

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**REIS, JUDEUS E MARRANOS: A CONSTRUÇÃO DO
MESSIANISMO PORTUGUÊS (SÉCULOS XV AO XVII)**

SAULO HENRIQUE JUSTINIANO SILVA

**MARINGÁ
2019**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**REIS, JUDEUS E MARRANOS: A CONSTRUÇÃO DO
MESSIANISMO PORTUGUÊS (SÉCULOS XV AO XVII)**

Tese apresentada por SAULO HENRIQUE JUSTINIANO SILVA, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História, Cultura e Política

Orientador:
Prof. Dr.: SEZINANDO LUIZ MENEZES

MARINGÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S586j	<p>SILVA, Saulo Henrique Justiniano,</p> <p>Reis, Judeus e Marranos: a construção do messianismo português (Séculos XV ao XVII) / Saulo Henrique Justiniano Silva. -- Maringá, 2019.</p> <p>181 f.</p> <p>Orientador: Sezinando Luiz Meneses.</p> <p>Tese (Doutorado - Programa de Pós Graduação em História) -- Universidade Estadual de Maringá, 2019.</p> <p>1. Messianismo Régio. 2. Messianismo Judaico. 3. Sebastianismo. 4. Portugal. I. MENEZES, Sezinando Luiz. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 949.9</p>
-------	---

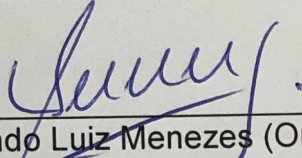
SAULO HENRIQUE JUSTINIANO SILVA

**REIS, JUDEUS E MARRANOS: A CONSTRUÇÃO DO
MESSIANISMO PORTUGUÊS (SÉCULOS XV AO XVII)**

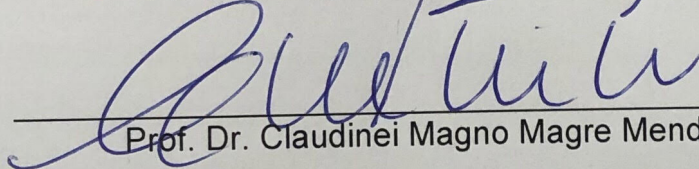
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História, Cultura e Política.
Orientador: Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes.

Aprovado em 22/07/2019

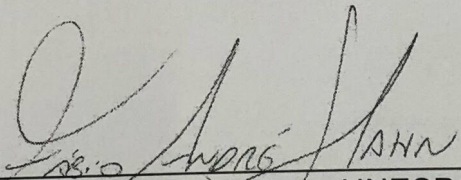
BANCA EXAMINADORA



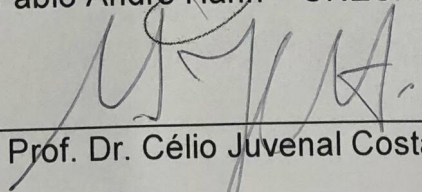
Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes (Orientador) – UEM



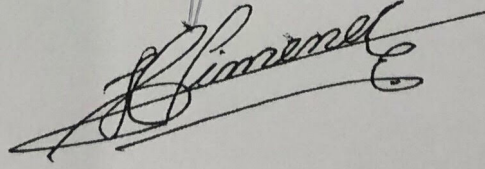
Prof. Dr. Claudinei Magno Magre Mendes – UNESP/Assis



Prof. Dr. Fábio André Hahn – UNESPAR/Campo Mourão



Prof. Dr. Célio Juvenal Costa – UEM



Prof. Dr. José Carlos Gimenez – UEM

*À Carla, fiel companheira de todas as horas. À
Martina, presente do Senhor em nossas vidas!*

AGRADECIMENTOS

Em um mundo cada vez mais egocêntrico, exercer a gratidão é um dom, pois além de reconhecermos que sozinhos não chegamos a lugar algum, honramos aqueles que dedicaram tempo precioso de suas vidas no intento de cooperar para nosso crescimento.

Agradeço primeiramente à minha esposa Carla Fernanda Barbosa Monteiro, pela cooperação e compreensão ao longo deste trabalho.

À minha filha Martina Monteiro Justiniano, cuja expectativa de sua chegada e seu sorriso me fortaleceram neste processo.

Ao meu pai, Manoel Francisco da Silva e à minha mãe, Maria Sueli Justiniano da Silva, de quem herdei, além dos traços físicos, o amor pela docência, pela História e o senso de justiça!

Aos meus irmãos Michele Cristina Justiniano Costa e Luiz Eduardo Justiniano da Silva, que me incentivaram desde a infância à curiosidade.

Ao meu querido sogro Antônio Carlos Monteiro (*in memoriam*), cuja admiração e carinho transcendem os limites terrenos.

Aos *Kerks Siribinhos*, que tanto nos ajudam com a pequena.

Ao Giovani Fatobeni Barbosa Monteiro, pela ajuda com as traduções e pela atenção e contribuições na leitura do texto.

Ao meu orientador Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes, pela sabedoria exalada em cada encontro. Pela amizade, carinho, compreensão e amor com o qual me tratou e trata todos os que dele se aproximam.

Ao Prof. Dr. Célio Juvenal Costa, amigo querido cuja capacidade reflexiva, sabedoria e bom humor conectam almas.

Ao Prof. Dr. José Carlos Gimenez pelas contribuições durante o exame de qualificação.

Aos professores Claudinei Magno Magre Mendes e Fábio André Hahn, que aceitaram participar da Banca.

Aos professores Lupércio Antônio Pereira, José Henrique Rollo Gonçalves e Marco Antônio Neves Soares, que ainda em tempos de graduação e especialização apresentaram os textos basilares que influenciaram minhas pesquisas.

Ao LEIP, por colaborar com o enriquecimento sobre temáticas relacionadas ao Império Português.

Ao amigo Felipe Augusto Fernandes Borges, um irmão que o doutorado me deu.

Aos amigos Marlon e Layara Peicher, Rafael e Mariana Estrabeli, Rogério e Camila Zambon, Vicentônio Regis do Nascimento Silva, Guilherme Tadeu de Paula, Herculanum Ghirello-Pires, Fernanda Ladaga, Wander William Marques, Michael da Cruz Ferrari e Arnaldo Martin Szlachta Junior que tornaram esse percurso mais leve.

À dona Neuza Aparecida Betiati Arevalo, pelo apoio, oportunidade e compreensão durante este processo.

À Márcia, secretária do PPH, que sempre esteve a disposição para responder até mesmo as questões mais óbvias que povoavam a cabeça de um pós-graduando.

À Célula Tronco A1 e à Sião, amigos e irmão queridos que me ajudaram com força e oração.

E sobretudo ao Divino Companheiro, autor e consumidor da minha fé!

Obrigado!

“Deus dará então aos homens uma grande alegria, pois a terra, as árvores e os imensos rebanhos e ovelhas darão aos homens o verdadeiro fruto, o vinho, o mel mais doce, o leite mais branco e o melhor trigo que os mortais podem ter. [...] A terra dos justos será santa, produzirá todas as coisas em abundância, bebidas suaves manarão das rochas, e um leite divino delas escorrerá para todos os justos”.

Lúcio Célio Firmiano Lactâncio (260 – 325)

SILVA, Saulo Henrique Justiniano. **Reis, judeus e marranos: A construção do messianismo português (Séculos XV ao XVII)**. 2019. 181 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Orientador: Sezinando Luiz Menezes.

RESUMO

Essa pesquisa de doutoramento que foi pensada a partir das discussões da obra “Mil Anos de Felicidade: A História do Paraíso” do historiador francês Jean Delumeau no Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP/UEM), tem por objetivo traçar a construção do messianismo em Portugal entre os anos finais do século XIV e as primeiras décadas do século XVII. Visou-se compreender como o messianismo régio, notadamente presente na Casa dinástica de Avis e o messianismo judaico, se amalgamaram e deram origem ao sebastianismo, expressão áurea do messianismo português. Para melhor compreensão, dividimos o trabalho em seis capítulos, a saber: A construção do messianismo régio português; D. Manuel e o ápice do messianismo régio; O messianismo judaico; David Reubeni e a efervescência messiânica; Messianismo e marranismo e O Sebastianismo. A evolução da pesquisa contou, em grande medida, com fontes coletadas nos arquivos digitais da Biblioteca Nacional de Portugal e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, além de documentos presentes em obras sobre a temática. A análise das fontes e da bibliografia embasaram o desdobramento da investigação que pontuou as origens medievais do messianismo régio até sua manifestação em Portugal. Buscou-se explicitar também as expectativas do futuro glorioso encarnadas em D. Manuel I; as interpretações cabalísticas sobre a vinda do Messias e o batismo forçado do judeus que os transformaram em cristãos-novos. O fervor messiânico causado pela presença do embaixador judeu David Reubeni e as Trovas do Bandarra que desencadearam a integração de expectativas régias e judaicas, também são contempladas no decorrer deste trabalho. Em suma as contribuições desta pesquisa apontam para a compreensão do messianismo como parte de uma longa tradição política e religiosa presente no reino lusitano.

Palavras-chave: Portugal; Messianismo Régio; Messianismo Judaico; Sebastianismo.

SILVA, Saulo Henrique Justiniano Silva. **Kings, jews and marranos: The construction of portuguese messianism (15th to 17th century)**. 2019. 181 p. Thesis (Doctorate Degree in History) – State University of Maringá, Maringá, 2019. Supervisor: Sezinando Luiz Menezes.

ABSTRACT

This PhD research that was thought from the discussions of the work “A Thousand Years of Happiness: The History of Paradise” by French historian Jean Delumeau in the Laboratory of Studies of the Portuguese Empire from Maringá State University, aims to trace the construction of messianism in Portugal between the late 14th century and the first decades of the 17th century. It was aimed to understand how the regal messianism, notably present in the dynastic House of Avis and the Jewish Messianism, were amalgamated and gave origin to the Sebastianism, golden expression of the Portuguese Messianism. For better understanding, we divided the work into six chapters, namely: The construction of Portuguese regal messianism; D. Manuel and the apex of royal messianism; Jewish messianism; David Reubeni and the Messianic effervescence; Messianism and Marranism and Sebastianism. The evolution of the research relied to a great extent on sources collected in the digital archives of the National Library of Portugal and the National Archive of Torre do Tombo, as well as documents present in works on the subject. The analysis of the sources and of the bibliography grounded the unfolding of the investigation that pointed the medieval origins of the regal messianismo until its manifestation in Portugal. It was also sought to explain the expectations of the glorious future incarnated in D. Manuel I; the Kabbalistic interpretations of the Messiah's coming and the forced baptism of the Jews that made them New Christians. The messianic fervor caused by the presence of the Jewish ambassador David Reubeni and the Bandarra Trovas that triggered the integration of royal and Jewish expectations are also contemplated in the course of this work. In sum, the contributions of this research point to the understanding of Messianism as part of a long political and religious tradition present in the Lusitanian kingdom.

Keywords: Portugal; Regius Messianism; Jewish Messianism; Sebastianism.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. FONTES PRIMÁRIAS.....	p. 178
--	---------------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A CONSTRUÇÃO DO MESSIANISMO RÉGIO PORTUGUÊS	19
1.1. O SIGNIFICADO DO MESSIANISMO	19
1.2. O EMBRIÃO DO MESSIANISMO RÉGIO.....	23
1.3. A MANIFESTAÇÃO DO MESSIANISMO RÉGIO EM PORTUGAL	31
1.4. A QUESTÃO DA SAGRAÇÃO DOS MONARCAS PORTUGUESES E O MILAGRE DE OURIQUE	35
1.5. A LITERATURA COMO INFLUÊNCIA MESSIÂNICA	38
1.6. O MESSIANISMO EM D. MANUEL	42
2. D. MANUEL E O ÁPICE DO MESSIANISMO RÉGIO	46
2.1. D. MANUEL E O SONHO DA ÍNDIA.....	48
2.2. O IMPÉRIO MANUELINO	53
2.3. A CRUZADA MANUELINA.....	56
2.4. A CARTA DE D. MANUEL AO SAMORIM DE CALICUTE	58
2.5. A PROCURA PELO PRESTE.....	63
2.6. A MORTE DO <i>VENTUROSO</i>	69
3. O MESSIANISMO JUDAICO	71
3.1. A PRESENÇA JUDAICA NA PENÍNSULA IBÉRICA.....	73
3.2. A UNIÃO DE D. MANUEL I COM A INFANTA ISABEL E O BATISMO FORÇADO	80
3.3. A CABALA E A CHEGADA DO MESSIAS.....	85
3.4. O MESSIANISMO EM ISAAC ABRAVANEL	87
4. DAVID REUBENI E A EFERVESCÊNCIA MESSIANIÂNICA	94
4.1. QUEM FOI DAVID REUBENI?	98
4.2. UM EMBAIXADOR JUDEU EM UM REINO ANTISSEMITA	102
4.3. EFEITOS DA PRESENÇA DO EMBAIXADOR EM PORTUGAL.....	109
4.4. A INFLUÊNCIA DE MOLCHO EM ROMA E O FIM DE REUBENI	112
5. MARRANISMO E MESSIANISMO	115
5.1. O FERVOR MESSIÂNICO.....	118
5.2. A PREOCUPAÇÃO POLÍTICA COM O FERVOR MESSIÂNICO	122
5.4. AS TROVAS DO BANDARRA E SUA INFLUÊNCIA MESSIÂNICA	129
5.5. AS INFLUÊNCIAS DIRETAS DAS TROVAS DO BANDARRA NO MESSIANISMO MARRANO 134	
5.6. O ALVORECER DO SEBASTIANISMO	137
6. O SEBASTIANISMO.....	140

6.1.	MANUEL BOCARRO FRANCÊS	146
6.2.	ASTROLOGIA.....	151
6.3.	CABALA.....	154
6.4.	A VIDA JUDAICA E SEBASTIANA.....	157
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165

INTRODUÇÃO

Característica comum às grandes correntes monoteístas, a espera por uma época de paz futura marcou o modelo teleológico de compreensão de tempo no ocidente, um caminho progressivo em direção ao fim da história. Expectativas de novos recomeços, de uma Idade de Ouro, ou mesmo de um tempo de igualdade entre os homens, povoaram o imaginário das populações europeias desde tempos imemoriais.

Propulsora das expectativas de salvação, a insatisfação diante das limitações deste mundo, quando comparada à satisfação plena de um modelo superior e sobrenatural, originou um modelo de espera redentora. Passou-se a aguardar um salvador capaz de trazer o reino celeste, com características terrenas, e que seria, em última instância, puro e perfeito.

Na Península Ibérica, as perspectivas messiânicas encontraram solo fértil. Palco de encontro das três grandes correntes monoteístas, as influências escatológicas¹ presentes nestas religiões marcaram significativamente a população local e, especificamente no pequeno reino de Portugal, deram origem a uma extraordinária atmosfera de espera messiânica não igualada em nenhum outro caso.

Fruto da conjunção de culturas messiânicas e da luta por autonomia frente ao domínio castelhano, Portugal vivenciou o florescimento de utopias que previam o aparecimento de um salvador tutelado por Deus (Messianismo régio) que asseguraria a independência, de um líder que levaria o povo eleito para a Terra Santa (Messianismo judaico) e de um salvador que estabeleceria o derradeiro império universal que prepararia o mundo para a volta de Cristo (Sebastianismo).

Este trabalho versa sobre a temática do messianismo em Portugal entre os séculos XIV e XVII buscando a compreensão de como expectativas judaicas e cristãs originaram um messianismo nacional português, o sebastianismo.

¹ O termo “escatologia” designa a doutrina dos fins últimos, isto é, o corpo de crenças relativas ao destino final do homem e do universo. Tem origem no termo grego, geralmente empregado no plural, *tá escháta*, “as últimas coisas” [...]. Porém, alguns especialistas, nomeadamente teólogos e historiadores da religião, empregam-no no singular, *escháto*, “o acontecimento final” [...], para designar o Dia do Senhor, o Dia do Juízo Final, segundo o Apocalipse cristão (LE GOFF, 2013, p. 299).

Estudos sobre personagens messiânicas e messianismos no mundo ibérico têm sido recorrentes no cenário brasileiro das ciências humanas pelo menos desde a segunda metade do século XX. Obras oriundas de trabalhos acadêmicos como dissertações de mestrado ou teses de doutorado ocupam a dianteira das produções sobre o assunto, para citar alguns: *No reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal nos séculos XVI e XVII*, produto da investigação doutoral de Jacqueline Hermann, publicado em 1998 e *O jovem rei encantado: Expectativas do messianismo régio em Portugal, séculos XIII a XVI*, resultado da dissertação de mestrado de Ana Paula Torres Megiani, publicado em 2003. Mas as principais obras sobre a temática advêm de resultados de profundas ambições notadamente eruditas, como *O Messianismo no Brasil e no Mundo* da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, de 1965, ou *O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal* do advogado Elias Lipiner, de 1993.

Apesar das especificidades representadas nos trabalhos citados, a obra seminal do historiador português João Lúcio de Azevedo, *A Evolução do Sebastianismo* de 1918 é o ribeirão de onde jorrou pela primeira vez a temática e que influenciou os demais. Tanto que não foi diferente conosco; a obra do distinto historiador apresentada a nós ainda em tempos de graduação levou-nos a nos embrenhar pelos tortuosos caminhos da investigação sobre o Messianismo.

Nosso trabalho traz um novo olhar sobre a temática, apresentando por exemplo o pretense messianismo em D. Manuel I marcado pela Carta ao Samorim de Calicute, os cálculos de Isaac Abravanel que vaticinaram a chegada do Messias judeu para o início do século XVI, a influência marcante do viajante David Reubeni na constituição das expectativas messiânicas entre os marranos e a influência de Manuel Bocarro Francês, um judeu sebastianista que, através do conhecimento científico da época, inaugurou um modelo de compreensão messiânica em Portugal, e o Sebastianismo sem D. Sebastião, que influenciou os escritos do padre Antônio Vieira.

Nesta Tese, a construção da narrativa ao longo do trabalho apresentará por si só a que se propõe a investigação. Portanto, no decorrer da leitura, será possível encontrar diversas asserções sobre a temática do Messianismo em Portugal. Mas principalmente, e como construção original, versaremos sobre o

encontro entre os messianismos judaico e régio na formação de uma terceira via messiânica. Além disso, é importante esclarecer que as análises e discussões baseiam-se nas percepções, crenças e significados que os próprios atores sociais analisados emprestaram às suas vivências. Por isso, para evitar o anacronismo, pecado mortal dos historiadores, nos empenhamos em uma análise dos episódios a partir da realidade em que eles foram produzidos.

Buscamos expor em um primeiro momento a evolução do messianismo régio, que entre os lusitanos foi representado pela dinastia de Avis, cuja narrativa redentora, apresentada pelo escrivão Fernão Lopes, buscou validar o poder de D. João I, filho ilegítimo do rei D. Pedro, como rei salvador da independência portuguesa ante os interesses castelhanos. Porém, foram as conquistas ultramarinas, principalmente as do reinado de D. Manuel I, que tornaram o caráter redentor ainda mais presente no cotidiano. Em seu reinado, Portugal tornou-se um vasto império marítimo que sob a égide da vontade de Deus levou o cristianismo aos cantos remotos do mundo. No reinado do *Venturoso*, Portugal alcançou a Era de Ouro comum às narrativas messiânicas. Os sonhos messiânicos foram esquecidos durante o reinado de D. João III e a Era de Ouro esfacelada quando o pior dos medos de Avis se tornou realidade, um rei Espanhol assumiu o trono português.

Tendo apresentado o messianismo régio de seu embrião até o seu auge, jogamos luz sobre um outro tipo de expectativa redentora entre os lusitanos, a espera messiânica dos judeus. Ainda mais antigo que o anterior, mas repouso na esfera da consciência religiosa, o messianismo judaico que floresceu em Portugal esteve intimamente ligado ao batismo forçado de 1497 e ao desenvolvimento de elucubrações cabalísticas que previam aquele momento como o propício para a chegada do Salvador. Esse tipo de Messianismo ganhou força com o fenômeno do marranismo, caracterizado por cristãos-novos e velhos convertidos a um tipo específico de judaísmo que combinava características do catolicismo popular a preceitos mosaicos. Esses criptojudes viram nas figuras de David Reubeni, embaixador de um suposto reino israelita na Península Arábica que a mando de seu soberano teria sido enviado a Portugal para pedir ajuda contra os muçulmanos na região, e Salomão Molcho, jovem Cristão-Novo que acreditando ser Reubeni o Messias esperado pelos judeus se converteu ao judaísmo e passou a apregoar os tempos messiânicos, a materialização das

expectativas messiânicas e o pontapé inicial para a proliferação de centros messiânicos liderados por rabinos escatológicos.

Por fim, apresentamos o embrião do sebastianismo. Por volta da década de 30 do século XVI, em Trancoso, vila localizada na região da Beira no Norte português, foram redigidas as *Trovas* do sapateiro Gonçalo Annes Bandarra. Os conteúdos dessas trovas, apesar de apresentarem certa polissemia, eram marcados pela figura de um redentor, o Encoberto. Por se tratar de um tempo no qual os marranos buscavam respostas para as suas esperanças redentoras, estes logo elevaram o autor ao título de profeta do Messias esperado. Pelo motivo de ter suscitado tais expectativas, Bandarra foi preso pela inquisição, julgado e condenado a não fazer novas trovas, pena demasiadamente branda para um tribunal que, em última instância, condenava pessoas à morte na fogueira.

No cenário marcado pela propagação das perspectivas salvacionistas entre os marranos e pela ascensão de um monarca estrangeiro sobre o trono português, os escritos de Bandarra tutelaram a origem de uma terceira via messiânica em Portugal, o sebastianismo. Sebastianismo é o nome dado ao messianismo português marcado pelas expectativas de retorno da Era de Ouro alcançada na dinastia de Avis, somado às perspectivas do messianismo marrano. Apesar de o jovem monarca desaparecido em Alcácer-Quibir emprestar seu nome ao movimento, “Sebastianismo” pode representar o regresso do Monarca ou a ascensão de outro nobre de origem lusitana ao trono português, ambos requerendo o fim do domínio castelhano. De forma geral, sebastianismo é o nome dado ao messianismo nacionalista português em finais do século XVI e início do século XVII.

Para uma melhor compreensão do trabalho, a composição do texto final requereu a divisão em seis capítulos.

No **primeiro capítulo**, buscamos apresentar uma breve história do Messianismo régio português e suas relações com a história maior do messianismo régio na Europa. O messianismo régio português está ligado a uma série de fatores que vão desde a influência da literatura de cavalaria vastamente difundida entre os nobres alfabetizados do reino, passando pelo ideal de cruzada contra os infiéis muçulmanos, que na Península Ibérica, mais do que na Palestina, ainda estava muito presente, e principalmente pelas intrigas

sucessórias e o temor constante de invasão castelhana. A face messiânica dos reis portugueses alcançou na dinastia de Avis solo fértil. Após a Batalha de Aljubarrota em 1385, onde tropas lideradas por D. João, mestre de Avis, venceram e expulsaram do território português o exército do pretendente castelhana D. Juan, foi necessário criar uma narrativa que validasse um herdeiro não oficial adornar o trono lusitano. Neste período, ao final do século XIV, surgiram as famosas narrativas míticas da gênese do Estado português. Esses relatos asseguravam que Cristo tinha dado vitória aos portugueses frente aos mouros, e por isso a consolidação do reino era validada pela presença do próprio Deus em Ourique. Diante da recusa papal de se ungir D. João rei de Portugal, a utilização do milagre por si só já o investia do poder.

A dinastia de Avis, ao longo de sua história, foi a que mais se validou do Milagre de Ourique para assegurar seu poder. Com a finalidade de expandir a fé católica, as conquistas ultramarinas no Atlântico e posteriormente no Índico eram encaradas como vitórias concedidas pelo próprio Deus. O messianismo régio era uma tentativa de afirmação dos portugueses frente ao eminente perigo castelhana. A esperança redentora portuguesa não dizia respeito propriamente ao fim da história, como previa o messianismo dos judeus, mas antes à necessidade de se ter um rei que garantisse a autonomia portuguesa.

No **segundo capítulo**, continuando a temática do messianismo régio, tratamos da especificidade das ambições imperiais de D. Manuel I, rei entre os anos de 1495 e 1521. Pouco estudado pela historiografia que trata da temática, o *Venturoso* encarnou as aspirações de um destino miraculoso Português, e isso pôde ser notado na famosa Carta do rei ao soberano de Calicute. Da mesma forma que representou o ápice do messianismo régio, pode ter correspondido ao fim deste tipo de esperança, que reapareceu após o desastre de Alcácer-Quibir com outros contornos.

No **terceiro capítulo**, apresentamos o modo como a influência judaica esteve ligada a uma série de fatores que, do ponto de vista religioso, tendiam a enxergar aquele momento como as dores do parto da era messiânica. Posicionamos a narrativa religiosa ligada a fatores mais amplos, que estão ligados ao contexto maior da Península Ibérica. Em Castela, podemos pontuar as perseguições aos judeus a partir das guerras de sucessão do Trono em 1391, os *progons* decorridos deste processo e a expulsão do território em 1492. Em

Portugal, como decorrência de um processo que está ligado à Espanha, o batismo forçado de 1497 e as prerrogativas do discurso de redenção aperfeiçoado pela Cabala vastamente difundida no território são alguns fatores que contribuíram para o surgimento de perspectivas onde a narrativa messiânica ultrapassou os limites do transcendente e se colocou na esfera do imanente.

De grande importância para o desenvolvimento deste trabalho, no **quarto capítulo** apresentamos a situação dos cristãos-novos no início do século XVI e como a visita de um embaixador de um suposto reino judaico no Oriente, David Reubeni, encarnou as expectativas salvacionistas presentes entre os criptojudeus. De grande importância também é a figura do jovem Cristão-Novo Diogo Pires, que assumiu o nome judaico Salomão Molcho, que fugindo de Portugal se especializou na ciência da Cabala no oriente e conseguiu junto a Clemente VII ser um interlocutor dos cristãos-novos em Roma, chegando a influenciar nas decisões sobre a instauração de um tribunal inquisitorial em Portugal.

No **quinto capítulo** apresentamos o marranismo como combustível propulsor da efervescência messiânica no reino de Portugal. Também pontuamos os principais personagens do messianismo judaico tal como Luís Dias, Diogo de Leão da Costanilha, António de Valença e Gonçalo Annes Bandarra, considerado o mais importante de todos pela relevância que suas *Trovas* alcançaram na evolução do sebastianismo no século XVII. Também apresentamos, através de correspondências entre o monarca e o Papa, a preocupação do rei português com a evolução do fervor messiânico que tomou parte significativa do reino.

No **sexto e último capítulo** nos detemos a expor o surgimento do sebastianismo no contexto da União Ibérica. Apresentamos como o nobre exilado João de Castro transformou as *Trovas* do Bandarra no principal escrito dos ideais salvacionista português. Neste momento da tese apresentamos Manuel Bocarro Francês, um judeu sebastianista, figura importante no desenvolvimento deste trabalho, pois encarnou os ideias redentores do messianismo judaico e restauradores do sebastianismo, foi Bocarro que primeiro vaticinou o Duque de Bragança como o encoberto que haveria de recolocar Portugal no lugar de destaque como grande Império mundial.

1. A CONSTRUÇÃO DO MESSIANISMO RÉGIO PORTUGUÊS

Existe consenso na historiografia em declarar Portugal o mais antigo Estado Nacional estabelecido na Europa. Essa consolidação se deu em finais do século XII, quando as tropas lideradas por Afonso Henriques de Borgonha expulsaram os muçulmanos do Condado Portucalense na Batalha de Ourique. Esse episódio, acompanhado da proclamação de independência de Castela, elevou o condado à categoria de reino e o então conde portucalense, vitorioso no confronto contra os infiéis, a rei Afonso I.

A história do reino de Portugal foi marcada por duas frentes de disputas, uma de ordem religiosa, a luta contra os muçulmanos considerados inimigos da cristandade, e outra de origem eminentemente política, o espectro castelhano e suas tentativas de reassumir o controle da porção ocidental da Península. Essa díade composta de islâmicos e castelhanos alimentou o surgimento de narrativas que buscavam atestar a legitimidade do reino, sendo que sua plausibilidade recaía no fato de que Deus, em sua infinita grandeza ao conceder vitória em batalha contra os mouros, justificava sua predileção pelos portugueses. Posteriormente, as conquistas ultramarinas também reafirmariam o caráter divino conferido ao pequeno reino.

A necessidade de se valer diante dos perigos iminentes que rondavam o Estado Português originou o fenômeno do messianismo régio, um aspecto político salvacionista que não foi inédito na história europeia, mas que ainda assim, em Portugal, especificamente na casa de Avis, assumiu grandes proporções.

Esse capítulo é dedicado à compreensão do fenômeno deste tipo de messianismo, bem como de sua história e de como este se manifestou no pequeno reino ibérico.

1.1. O SIGNIFICADO DO MESSIANISMO

O termo Messias, radical de “messianismo” ou “messiânico”, foi elaborado e largamente utilizado pelos hebreus. A maneira como viveram e interpretaram suas relações com os povos vizinhos forjou o significado do conteúdo que, com

o caminhar da história, assumiu sentido amplo sendo adotado como categoria analítica para a compreensão de fenômenos similares.

A expressão *Mashiach* traduzida do hebraico bíblico “ungido” poderia se referir às pessoas consagradas, como reis, profetas, sumo-sacerdotes ou mesmo personalidades redentoras como o persa Ciro, “a quem tomo pela mão direita, para abater as nações diante de sua face, e descingir os lombos dos reis, para abrir diante dele as portas, e as portas não se fecharão” (BÍBLIA SAGRADA, 2019, Isaías 45: 1). O Ungido do Senhor era investido de poder divino para libertar, legislar, julgar e até mesmo auspiciar o futuro.

A mutação do significado messiânico se deu no período de regresso do exílio babilônico, por volta do século VI a.C. *Mashiach* passou a representar a personificação das expectativas de um tempo de paz e prosperidade em que Israel reassumiria o lugar de destaque como nos tempos do reinado de Davi. O redentor passou a ser representado como um guia divino, a luz que reconduziria o povo eleito a um tempo de desenlace da história, a Era de Ouro outrora perdida (WERBLOWSKY, 1979).

Para os israelitas, o Messias é representante dos interesses divinos, mas não deixa de ser humano. Representado como um líder político e guerreiro que humilhará os inimigos de Deus e estabelecerá um glorioso reino terreno, o estabelecimento do poder messiânico culminaria no fim da história.

Com o advento do cristianismo, a concepção sobre messianismo sofreu deveras modificações. A vertente religiosa oriunda do judaísmo consolidou sua crença na perspectiva de que o Messias veio, morreu, ressuscitou, subiu aos céus e retornará como um líder guerreiro nos últimos dias para julgar as nações. O cristianismo inaugurou a ideia de um Messias juiz, que julgará as nações e declarará quais serão os dignos de salvação.

Entre finais da antiguidade e início da Idade Média, se acirraram os debates teológicos sobre a natureza do Messias, desavenças marcadas pela controvérsia. Os judeus aguardavam o redentor que reconduziria o povo eleito à Jerusalém terrena, reconstruiria o templo destruído pelos romanos e restabeleceria a era dourada do rei Davi. Os cristãos, por sua vez, ainda mais ambiciosos, aguardavam o retorno de Jesus, o julgamento final e a condução do povo santo à Jerusalém Celestial, onde reinariam com Cristo. “Eleito” e “santo” aqui não são sinônimos, visto que para os primeiros a salvação messiânica é

circunscrita aos judeus; já no segundo caso, assumindo delimitações estritamente religiosas, ela é para aqueles que guardaram a fé até o dia final.

Ao longo da história, principalmente durante os tempos medievais, personagens se diziam a reencarnação de Cristo, ou o Messias dos judeus, ou ainda aqueles que preparavam o mundo para a volta ou vinda destes. A temática que em um primeiro momento era baseada nos fundamentos teológicos passou a fazer parte dos interesses dos estudos históricos. A pergunta era: Por que em determinados momentos da história apareceram líderes carismáticos reclamando para si a identidade redentora?

Na medida em que sociólogos, ou historiadores culturais, se debruçaram sobre a temática, estes perceberam que o messianismo não estava reduzido às religiões de raízes abraâmicas. Outros modelos de crenças também produziram seus guias salvadores. Para Max Weber, a figura messiânica está relacionada às religiões onde a figura de Deus é superior à dos mortais e incompatível com a deficiência humana:

Quanto mais perfeita e poderosa a divindade, porém, tanto mais agudo se torna o problema de explicar porque criou ele um mundo de ordem tão inferior. As soluções foram variadas; uma delas é garantir que tudo se harmonizará no futuro por meio de transformação político-social do mundo, operada religiosamente por um enviado divino (WEBER, 1944, p. 191 *apud* QUEIROZ, 1965, p. 7).

Ao longo da história, percebeu-se que o Messias poderia representar mais do que a emanção do poder divino; poderia também ser o surgimento de uma grande liderança, a reaparição de um líder esquecido, ou a reencarnação do herói morto que, seguindo a mesma narrativa religiosa, corrigiria as imperfeições do mundo. Geralmente, esse modelo messiânico personificado na figura do herói esteve ligado a colorações nacionalistas.²

Em um mundo fortemente marcado pelo domínio da religião, o Messias-herói-nacional é um representante da vontade divina, mas não a reencarnação do Cristo, ou mesmo o Messias esperado pelos judeus. Dificilmente conseguiremos dissociar a esfera do imanente da do transcendente, mas o

² Não compreendemos nação da maneira como passou a se conceber a partir do século XIX. A ideia aqui é apresentá-la como um povo que compartilha dos mesmos signos e cultura.

Messias herói age na esfera terrena e está ligado à necessidade de luta contra os usurpadores estrangeiros do povo.

Henri Desroche (2000) traça um modelo de tipologias messiânicas observadas ao longo da história subdividindo-as em três grandes áreas: personagens, reinos e cronologias.

A de personagens subdivide-se em *historicamente presentes* e *historicamente ausentes*. O personagem messiânico historicamente presente é aquele que tem algum vínculo com a divindade e por isso reivindica seu direito messiânico. O personagem messiânico historicamente ausente necessita da historicização para se valer, e geralmente sua força se constrói em relação à oposição com o anti-Messias (anticristo). Ele está ausente, mas acredita-se que um dia voltará, destruirá seus inimigos e reinará com poderes absolutos, trazendo um tempo de paz e felicidade.

A tipologia de reinos, ou reinados, fragmenta-se em seis partes: Religioso, Político, Econômico, Sexual/Familiar, Naturista e Cósmico. Entendemos que contribuem com este trabalho as ramificações Política e Cósmica. O aspecto político é marcado pelo estabelecimento de dinastias, regimes, ou pela superioridade nacionalista, notável pelo fenômeno dos direitos divinos outorgados à autoridade política. O reino messiânico cósmico é “estendido ao mundo vegetal, animal e astral, encontrando assim, as predições poéticas, profanas ou sagradas sobre a Idade de Ouro: economia da abundância, paz universal [...], novas relações entre vivos e mortos” (DESROCHE, 2000, p. 35).

Em relação à cronologia, o milenarismo é a mais utilizada para a compreensão da Era Messiânica. O Milênio é o ápice da plenitude do Messias, o momento em que seria por fim estabelecido o reino de bondade, paz e felicidade perfeita. O termo remete à passagem bíblica neotestamentária do Apocalipse³ de João, quando após o reinado do Anticristo a besta seria

³ E vi descer do céu um anjo, que tinha a chave do abismo, e uma grande cadeia na sua mão. Ele prendeu o dragão, a antiga serpente, que é o Diabo e Satanás, e amarrou-o por mil anos. E lançou-o no abismo, e ali o encerrou, e pôs selo sobre ele, para que não mais engane as nações, até que os mil anos se acabem. E depois importa que seja solto por um pouco de tempo. E vi tronos; e assentaram-se sobre eles, e foi-lhes dado o poder de julgar; e vi as almas daqueles que foram degolados pelo testemunho de Jesus, e pela palavra de Deus, e que não adoraram a besta, nem a sua imagem, e não receberam o sinal em suas testas nem em suas mãos; e viveram, e reinaram com Cristo durante mil anos. Mas os outros mortos não reviveram, até que os mil anos se acabaram. Esta é a primeira ressurreição (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Apocalipse 20: 1-5).

acorrentada e os santos viveriam mil anos de felicidade com Cristo. Esse reino seria terreno e precederia a aniquilação total de satanás. Apesar de se referir a “milênio” e ter sua origem no cristianismo, a nomenclatura assumiu sentido amplo, e o termo “milenarismo” passou a expressar o reinado terreno do Messias, que não necessariamente deveria ter mil anos.

Utilizando as tipologias apresentadas por Desroche, mostraremos em nosso trabalho dois tipos distintos de messianismo que fundiram-se e deram origem a uma terceira ramificação. O primeiro, régio, assinalado pela dinastia de Avis e marcado pela manifestação de um herói historicamente presente, que estabeleceu um reinado messiânico político que se embasa na representação religiosa de Cristo em Ourique. O segundo, judaico, manifesto por uma liderança historicamente ausente, que constituirá um reino cósmico e reinará pela eternidade. O terceiro, como afluência dos anteriores, marcado pela figura messiânica do rei historicamente ausente, que estabelecerá um reinado que é político e cósmico e governará as nações até a volta de Cristo.

1.2. O EMBRIÃO DO MESSIANISMO RÉGIO

Ainda na antiguidade, textos proféticos apresentavam o ideal de um rei messiânico que preparava o mundo para a volta de Cristo. Os escritos que previam a ascensão deste monarca ficaram conhecidos como “sibilinas cristãs”, e a mais famosa é datada do século IV e tem por nome *Tiburtina*, uma referência à cidade de Tibur, hoje conhecida como Tivoli (MINÓIS, 2016).

O conteúdo da *Tiburtina* parte da ideia de que Roma seria saqueada e tomada e que um imperador grego chamado Constans se levantaria e restabeleceria a unidade do Império. É importante lembrar que no momento da redação da sibilina o hérulo Odoacro ainda não havia deposto o último imperador romano do Ocidente, mas a supremacia imperial sofria com crises econômicas e sucessivas invasões bárbaras.

Constans governaria por um período que variava de 112 a 120 anos. Após o reinado de paz, se levantariam Gog e Magog, as cidades bíblicas representantes do mal, e seriam derrotadas pelo Imperador, que depois da vitória iria a Jerusalém e “depositaria seu diadema e suas vestes reais. Entregaria o

reino dos cristãos a Deus pai e a Jesus Cristo, seu filho. Então cessaria o Império Romano” (DELUMEAU, 1997, p. 33). Esse episódio ainda seria seguido pela chegada do Anticristo, que enganaria a muitos e seria derrotado pelo arcanjo Miguel. Depois destes acontecimentos viria o fim dos tempos.

Seis séculos após a elaboração do texto original, a *Tiburtina* sofreria algumas alterações que buscariam atribuir um sentido de contemporaneidade ao texto romano. No século X, o monge Adson, abade de Montier-em-Der, atribuiu a um rei francês a alcunha de Imperador dos Últimos Tempos. É claro que a reinterpretação do abade não era sem propósito, visto que o texto havia sido redigido a pedido de Gerberge, esposa do rei francês Luís IV. O abade escreveu:

[...] pois ainda que vejamos o Império romano em grande parte destruído, enquanto duraremos reis dos francos, os quais devem possuir o Império romano, a dignidade deste não perecerá totalmente, pois residirá nesses reis. Nossos doutores asseguram, com efeito, que um rei dos francos governará a totalidade do Império romano (DELUMEAU, 1997, p. 33).

Outros escritos circularam pela Europa com conteúdo escatológico peculiar. Um outro texto sibilino do século VII, falsamente atribuído a Metódio de Patara, bispo de Olímpia e Tiro que viveu no século IV, trouxe novas colorações à ideia de um Imperador dos Últimos Dias e seus inimigos. Possivelmente escrito sob influência da ascensão islâmica no Oriente, o Pseudo-Metódio narra a reação dos ismaelitas⁴, povo que na narrativa bíblica havia sido derrotado por Gideão e seus homens, que se levantariam destruindo parte dos cristãos do oriente. Neste momento de angústia e dor, um rei que se encontrava morto ressuscitaria e destruiria os inimigos da fé.

O Pseudo-Metódio trouxe um elemento novo no curso da temática do milenarismo: O rei ressurreto que reinará antes da chegada do Anticristo e do julgamento final.

[...] então virá um poderoso imperador que se acreditava morto havia muito tempo, e ele derrotará os muçulmanos e inaugurará uma era de paz; então Gog e Magog entram em cena, devastam o mundo antes de ser esmagados pelo enviado de Deus; o

⁴Também chamados Midianitas (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2006, Juízes: 7 1-12), mas é possível atribuir duplicidade ao termo, pois no medievo era possível encontrar referências aos islâmicos como ismaelitas, ou seja, descendentes de Ismael, filho de Abraão com a escrava Agar. Segundo a tradição muçulmana, os árabes são descendentes do patriarca Ismael, diferente dos hebreus, descendentes de Isaac.

imperador abdica da coroa em Jerusalém e morre; começa o reinado do Anticristo, logo derrotado pelo próprio Cristo, que então processe o julgamento (MINÓIS, 2016, p. 156).

No final do século XII, o abade calabrês Joaquim de Fiore idealizou uma teologia escatológica *sui generis* com grande repercussão na baixa Idade Média e modernidade. Segundo Norman Cohn, foi o “sistema profético que haveria de ser o mais influente de todos os conhecidos na Europa até o aparecimento do marxismo” (COHN, 1981, p. 89).

Nascido por volta de 1135 em Celico na Calábria, Joaquim era filho de notário e na adolescência assumiu o ofício do pai. Desvencilhou-se da profissão por volta de 1177 quando, após visitar os lugares santos do cristianismo, fez-se abade cisterciense, mas “logo rompeu com a ordem [...] julgando que não era suficientemente fiel ao ideal monástico” (DELUMEAU, 1997, p. 40) e fundou a Ordem de São João de Fiore.

Entre os anos de 1190 e 1195, Joaquim de Fiore teria recebido “uma inspiração de intenso valor profético que lhe revelava um sentido oculto das Escrituras” (MEGIANI, 2003, p. 42). Desta inspiração surgiram as obras *Concordia novi et veteris testamenti* (Concordância do Novo e Antigo Testamento), *A expositio in Apocalypsim* (Comentário sobre o Apocalipse), *Psalterium decem chordarum* (Saltério de dez cordas) e *De unitate et essentia Trinitatis* (Sobre a unidade e a essência da Trindade), além de outras atribuídas ao abade de possível origem apócrifa.

Apesar de não ter negado a fé Católica ou mesmo a supremacia do Santo Padre, visto que “foi encorajado por nada menos do que três papas que ele escreveu as revelações com que havia sido favorecido” (COHN, 1981, p. 90), Joaquim teve sua obra *De unitate et essentia Trinitatis* condenada postumamente no IV Concílio de Latrão em 1215. Jean Delumeau (1997) concluiu que a condenação da obra não manchou a carreira ilibada do monge e seu mosteiro em Fiore.

A teologia do abade calabrês se desenvolve de maneira bi e tripartida.

Por um lado, há dois testamentos, o Antigo e o Novo, duas igrejas, a Sinagoga e a Igreja de Cristo. Por outro lado, há e haverá três estados: o dos leigos, ou casados, o dos clérigos e o dos monges. Esta organização da sociedade, que é também

um motor da história, corresponde às três pessoas da Trindade (LE GOFF, 2013, p. 287).

Pai, Filho e Espírito Santo representavam os períodos da história humana. O primeiro, marcado pela Lei, o segundo pelo Evangelho e o terceiro pela plenitude da graça de Deus no qual os verdadeiros cristãos viverão livres dos prazeres mundanos.

Norman Cohn detalha melhor as idades prescritas pelo abade de Fiore:

A primeira Idade era a Idade do Pai ou da Lei; a segunda idade era a Idade do Filho ou do Evangelho; a terceira idade, a Idade do Espírito, seria, relativamente às suas predecessoras, como o esplendor de dia comparado à luz das estrelas e à aurora, ou como o pino do Verão comparado ao Inverno e à Primavera. Se a primeira fora uma idade de terror e servidão e a segunda uma idade de fé e de submissão filial, a terceira 'Seria uma idade de amor, de alegria e de liberdade, em que o conhecimento de Deus seria revelado diretamente nos corações de todos os homens. A Idade do Espírito haveria de ser o Sabbath ou o tempo de descanso da humanidade. O mundo seria então um único enorme mosteiro, em que todos os homens seriam monges contemplativos absortos em êxtase místico e unidos em cânticos a Deus. E esta nova versão do Reino dos Santos haveria de durar até ao Juízo Final (COHN, 1981, pp. 89 – 90).

Joaquim de Fiore define as idades previstas em sua teologia de maneira que estas tivessem um começo, um meio, que seria o apogeu, e um fim. A exemplo dessa ideia, Delumeau apresenta-nos:

[...] assim o primeiro tempo começou com Adão, teve seu apogeu a partir de Abraão e chegou a seu término com Cristo. O segundo iniciou com o rei Ozias (século VI a.C.), “frutificou” a partir de João Batista e de Jesus, e se aproxima de seu fim. O terceiro foi inaugurado por São Bento, “frutificará” em breve com o retorno de Elias e terminará no juízo final. No momento presente, segundo Joaquim, estamos “entre o segundo e terceiro estado” (DELUMEAU, 1997, p. 43).

Na teologia joaquimita, o fim de uma idade poderia estar entrelaçado com o início de outra. A terceira Idade já havia se iniciado com São Bento entre os séculos V e VI, ao mesmo tempo em que a segunda idade se aproximava do fim.

Para o abade de Fiore, antes do Fim, levantar-se-iam dois Anticristos, um antes da Idade do Espírito e o outro antes do Juízo Final. Por se tratar de um tempo marcado pelas Cruzadas, Joaquim expõe a possibilidade de ser Saladino, sultão do Egito e da Síria que impôs duras derrotas ao exército de Cristo na Terra

Santa, o primeiro Anticristo. O que caracterizará o Anticristo está baseado na literatura apocalíptica de Daniel:

[...] proferirá palavras contra o Altíssimo, e destruirá os santos do Altíssimo, e cuidará em mudar os tempos e a lei; e eles serão entregues na sua mão, por um tempo, e tempos, e a metade de um tempo (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 7: 25).

E o outro será o *Ultimus Anti-christus*, que virá na consumação dos séculos.

A teologia de Joaquim de Fiore previa um tempo de paz que seria a Idade do Espírito, um período caracterizado pelo Milênio, ainda que não houvesse uma periodização específica. Mas, na teologia do abade, não há a figura de um Messias que não fosse o próprio Cristo. Suas obras não trataram da vinda de um Imperador dos Últimos Dias, como nas sibilinas cristãs; no entanto, o ideal Joaquitano foi reinterpretado e assumiu novas colorações ao longo dos séculos.

Após a morte de Joaquim em 1202, muitos escritos a ele atribuídos circularam na Europa do século XIII, como *Super Hieremiam* (Sobre Jeremias) e *Super Isaiam* (Sobre Isaias), ambos redigidos entre as décadas de quarenta e cinquenta. Não há registros exatos de quem tenha escrito as obras. Para alguns, teriam sido membros da Ordem de São João de Fiore; para outros, franciscanos.

A recém-criada Ordem de São Francisco colaborou significativamente para a divulgação das ideias joaquinitas. João de Parma e Hugo de Dignes, dois membros importantes da Ordem, acreditavam que estava nos frades menores a “elite dos ‘homens espirituais’ que, segundo o abade de Fiore, devia renovar a Igreja e governá-la em seu último período” (DELUMEAU, 1997, p. 50).

A ala radical dos franciscanos se identificava com os ideais monásticos de pureza e renúncia pregados por Joaquim. A ordem, que no princípio pregava a pobreza absoluta, se viu obrigada a fazer concessões, distanciando-se do ideal inicial do beato de Assis; dessa forma, aqueles que mantiveram o radicalismo original ficaram conhecidos como Espirituais.

Os Espirituais adaptaram o joaquimismo a seu ideal de mundo. Lutando contra os privilégios do clero e a majestosa riqueza da Santa Sé, pregavam contra o papa, o qual acreditavam ser o Anticristo que inauguraria a idade do Espírito.

[...] eles mesmos forjavam profecias cuja paternidade atribuíam com sucesso a Joaquim e que se tornariam muito mais conhecidas e influentes que os próprios escritos de Joaquim. Nestas obras, os Espirituais adaptavam a escatologia de Joaquim de maneira tal, que eles mesmos poderiam ser considerados como a nova ordem que, substituindo a Igreja de Roma, haveria de conduzir a humanidade às glórias da Idade do Espírito (COHN, 1981, p. 91).

O principal escrito dos franciscanos espirituais foi o *Liber introductorius in Evangelium aeternum* (Introdução ao Evangelho Eterno), possivelmente escrito pelo frade Gherardo da Borgho San Donnino e publicado em 1254. A obra atribuída ao próprio Joaquim de Fiore afirmava que:

[...] depois de 1200 começara a se operar a passagem dos dois primeiros Testamentos ao terceiro, o qual ia se impor em 1260, o “Evangelho eterno” substituindo então o de Cristo, e a Igreja romana dando lugar a uma Igreja espiritual da qual os franciscanos eram a prefiguração (*apud* DELUMEAU, 1997, p. 51).

Por sua conduta e excitação das camadas populares contra o Santo Padre, Gherardo foi condenado pelo concílio provincial de Arles, preso e, por não renunciar aos ideais por ele pregados, passou o resto da vida encarcerado.

A fusão entre as profecias Pseudo-joaquimitas, a *Tiburtina* e o Pseudo-Metódio deu origem a um messianismo milenarista na Alemanha do século XIII. Nessa nova modalidade profética miscigenada, cujo principal autor é um dominicano dissidente denominado irmão Arnaldo, o Imperador do Sagrado Império Romano-Germânico, Frederico II da dinastia de Hohenstaufen, seria o Imperador dos Últimos Dias. Este deporaria o Papa e inauguraria a Idade do Espírito no ano de 1260 (COHN, 1981).

Em tempos de Cruzadas, o nome Frederico havia adquirido grande carga simbólica. Frederico I Barba-Ruiva pereceu afogado em 1190 durante a terceira cruzada, mas sua imagem de rei guerreiro defensor da cristandade não se apagou do imaginário além-alpes e novas profecias acerca de um novo Frederico começaram a circular logo depois de sua morte. Nesse contexto de expectativa, o neto do Barba-Ruiva, também chamado Frederico, assumiu o trono do Sagrado Império em 1220 e se lançou nas cruzadas, tendo sido coroado rei de Jerusalém em 1229.

As atitudes de Frederico II fascinavam seus contemporâneos. Era inteligente, versátil, cruel contra os inimigos da fé e ao mesmo tempo blasfemo, “ameaçando por sua vez despojar a Igreja daquelas riquezas que, segundo ele, eram a fonte da sua corrupção” (COHN, 1981, p. 92).

Se, para os germânicos, Frederico era o Imperador dos Último Tempos, para os Espirituais era a encarnação do mal.

[...] o Comentário Sobre Jeremias, atribuído a Joaquim mas escrito à volta de 1240, previu mesmo que Frederico haveria de perseguir a Igreja de tal maneira que no ano de 1260 ela estaria completamente destruída. Para os Espirituais italianos, a punição do clero, embora inteiramente merecida e indispensável como prólogo da Terceira Idade, seria todavia obra demoníaca. Para eles, o Imperador era a Besta do Apocalipse, o Santo Império Romano era Babilónia - instrumentos de Satanás, e também eles destinados ao aniquilamento (COHN, 1981, p. 92).

Os franciscanos espirituais depositavam a sua fé em um descendente de Carlos Magno que também se chamaria Carlos e que iria depor o Papa e inaugurar a Idade do Espírito. Anteriormente, no século XI, o líder da Cruzada dos mendigos Pedro, o Eremita, profetizara a ressurreição de Carlos Magno, que assumiria a frente do movimento cruzado.

De volta ao caso alemão, as profecias sobre a vitória do Hohenstaufen sobre o papado e a inauguração de uma era de paz sofreram um duro revés. Frederico II morreu em 1250. Não obstante, mesmo após sua morte, surgiram pregadores que acreditavam que o imperador continuava vivo e que reapareceria em 1260 para inaugurar a Idade do Espírito.

Não demorou para aparecerem impostores que afirmavam ser a ressurreição de Frederico. Em 1284, pelo menos três Fredericos apareceram na Alemanha, o primeiro deles em Wörms, outro em Lübeck - sendo este recebido com grande euforia pelos cidadãos. Tanto o primeiro quanto o segundo, diante das ameaças e do perigo de serem desmascarados, fugiram antes de serem pegos; já o terceiro, segundo Cohn, parecia mais um lunático do que propriamente um impostor. Chegou a ser coroado em Neuss e conseguiu contar com o apoio de alguns nobres, mas por pouquíssimo tempo, pois foi preso e queimado vivo a mando do Imperador reinante Rodolfo, que viu seu trono ameaçado.

O que se vê nesses episódios é que a crença em idades míticas, como a profetizada por Joaquim de Fiore, ou mesmo a aparição de um monarca salvador, tornou-se ao longo da Idade Média uma arma ideológica e política (LE GOFF, 2013).

Como parte constitutiva da Europa, Portugal não passou ileso às influências dos movimentos messiânicos e milenaristas. No reinado de D. Dinis (1279 – 1325), ainda na dinastia de Borgonha, Portugal se efetivou no cenário de interesses das potências europeias. O lavrador, como ficou conhecido, se casou com a filha de Pedro III de Aragão, D. Isabel, que em vida foi cognominada a Santa, tendo sido canonizada postumamente.

Pedro III de Aragão era casado com Constança da Sicília, filha de Manfredo de Hohenstaufen, filho natural de Frederico II. A família real da Suábia era a principal opositora às pretensões do poder da Igreja Romana. Foram eles, os líderes do partido dos gibelinos, fiéis ao domínio do Sagrado Império Romano Germânico frente aos guelfos, grupo opositor liderado pelo Papa.

Foi durante o reinado de D. Dinis que se iniciou a tradição popular conhecida como Culto do Espírito. Manifestação religiosa, marcada pela forte influência joaquimita, estava bastante presente na casa dos Hohenstaufen, daí a possibilidade de ter chegado ao reino através da relação entre D. Isabel e o monarca português.

A festividade, que se baseia na adoração da terceira pessoa da trindade, era marcada pela caridade e pela igualdade entre as pessoas envolvidas. Os principais propagadores do Culto do Espírito em Portugal foram os franciscanos espirituais, também partidários do joaquimismo, que ansiavam por um tempo onde todos seriam iguais, a riqueza não seria considerada e o verdadeiro cristianismo reinaria até que o próprio Cristo voltasse.

Essa manifestação popular sempre foi tida como subversiva frente à ortodoxia religiosa católica que temia a perda das “rédeas” entre as classes menos privilegiadas. De fato, segundo Thomaz (2009), o Culto do Espírito era uma estratégia dos gibelinos a fim de desestabilizar o poder da Igreja institucional.

D. Dinis também foi o responsável por conseguir, junto ao Papa João XXII, a fundação da *Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo* em 1319. A Ordem de Cristo, como ficou conhecida, abrigou parte significativa dos

Cavaleiros Templários, Ordem suprimida em 1312. Perseguidos pelo Papa, os cavaleiros do Templo de Salomão, conhecidos por seu papel durante as cruzadas, receberam proteção e estadia em Portugal, mas em contrapartida abriram mão de seus recursos financeiros. A posse do tesouro templário colaborou significativamente para a expansão portuguesa. Foi a partir da Ordem de Cristo que a coroa tomou partido nas atividades comerciais do reino (MAINKA, 2012).

1.3. A MANIFESTAÇÃO DO MESSIANISMO RÉGIO EM PORTUGAL

A estabilidade política portuguesa foi abalada quando o último monarca de Borgonha, D. Fernando, faleceu em 1383. O rei não havia deixado herdeiros por varonia e sua única herdeira, D. Beatriz, estava casada com o rei castelhano D. Juan I da dinastia de Trastámara.

Sabendo das seculares pretensões castelhanas sobre Portugal, ao assinar o acordo matrimonial, D. Fernando confiava, para o caso de sua morte sem herdeiros masculinos, à D. Leonor Teles, sua esposa e rainha-mãe, a regência do reino até que o filho de D. Beatriz nascesse. Essa determinação foi firmada no Tratado de Salvaterra dos Magos, assinado meses antes da morte do soberano português.

Marcado por ambições pessoais e pelo histórico que envolvia Castela e o estado lusitano, Juan decidiu invadir Portugal. A princípio, alguns membros da média e baixa burguesia, sob o comando de D. João, Mestre de Avis, filho natural de D. Pedro e meio-irmão de D. Fernando, saldaram a possibilidade de União com o estado vizinho. Esse fato estava ligado em grande medida à insatisfação com um governo liderado por D. Leonor Teles e seu suposto amante, João Fernandes Andeiro. Sobre este episódio, o historiador português Oliveira Marques escreveu: “Ao que parece, o Mestre de Avis convidara a princípio o monarca castelhano a entrar em Portugal, de preferência a aceitar uma situação perigosa para os seus partidários e para si próprio” (MARQUES, 2009, 117).

A situação mudou quando o ódio contra Castela e os castelhanos, somado à questão da rainha-mãe, trouxe a D. João a possibilidade de ascensão ao trono.

Nesse contexto, o Mestre de Avis encabeçou uma revolta de duas frentes tanto contra a rainha-mãe e seu amante como contra D. Juan e a princesa portuguesa.

Em 1383, colaborou no assassinato de João Fernandes Andeiro, obrigou Leonor Teles a fugir de Portugal e se autoproclamou Regedor e Defensor do Reino.

D. Juan invadiu Portugal em duas oportunidades, a primeira entre janeiro e outubro de 1384, quando as tropas castelhanas foram derrotadas sob comando do hoje Santo Condestável Nuno Álvares Pereira em Atoleiros, no Alentejo. Em um segundo momento, entre maio e outubro de 1385, quando foram derrotados em Aljubarrota, “às mãos de um exército muito mais pequeno mas dispendo de organização superior e beneficiando do apoio dado por arqueiros ingleses” (MARQUES, 2009, p. 117).

Em 1385, D. João de Avis foi proclamado rei em reunião das cortes em Coimbra, assumindo o título de D. João I.

Para fortalecer o apoio inglês, contraiu em 1387 casamento com Felipa de Lancastre, filha de João de Gande, duque de Lancastre, e neta do rei Eduardo III. Fez isso com o apoio da Inglaterra e com grandes legistas, como o famoso jurista João das Regras ao seu lado. Em um contexto marcado pelo Cisma do Ocidente (1378 – 1417), quando a cristandade ocidental se dividia entre dois papas, um com sede na cidade francesa de Avignon e outro em Roma, D. João I passou apoiar o Papa romano e obteve deste o reconhecimento.

O reinado de quase meio século de D. João I foi marcado pela centralização política. As organizações administrativa, judicial e econômica foram estruturadas de cima para baixo, a língua portuguesa passou a ser o idioma oficial nos documentos reais e a Coroa aumentou significativamente seu poder em detrimento da nobreza e das Cortes, que passaram a ser convocadas cada vez menos.

A realeza, emancipando-se das Cortes [...] baseou-se numa burocracia sempre mais institucionalizada, centralizada e com funcionários leais, exclusivamente, com a Coroa. Assim, os reis ultrapassaram logo os fundamentos tradicionais da vassalagem e se dispuseram a atuar também na economia e no comércio. Essa dinâmica de transformações políticas e econômicas aumentou também a mobilidade social (MAINKA, 2012, pp. 21 – 22).

Em 1415, atendendo aos interesses da burguesia mercantil e a fim de recuperar o apoio de parte da nobreza que tinha se colocado ao lado de D. Juan, ou D. Leonor, na Guerra de Sucessão, D. João atacou e conquistou Ceuta, no estreito de Gibraltar, um território muçulmano, marcando o início das possessões ultramarinas portuguesas.

Ceuta é a definição dos interesses que constituíram o estado português, pois além de ser a porta de entrada do mar mediterrâneo, era parte representante da luta contra os infiéis e ao mesmo tempo cercava o território castelhano. Isto é, Portugal passaria a ter duas frentes em uma eventual investida militar, uma a oeste, outra ao sul de Castela.

D. João I morreu em 1433, ano em que foi escrita por Fernão Lopes a *Crónica de D. João I*, que apresenta o monarca como o “Messias” de Lisboa, aquele que livrou Portugal das más intenções do rei de Castela.

Fernão Lopes constrói uma narrativa marcada pelas tendências messiânicas joaquimitas, neste momento fortemente presentes no reino, apresentando o monarca, cognominado de Boa Lembrança, como o Messias e os portugueses que o apoiaram como “Povo do Messias”. O cronista apresenta D. João como o salvador de Portugal frente aos interesses de D. Juan de Castela, a representação do Anticristo que enganou a nobreza tradicional portuguesa.

A construção da imagem do monarca de Avis feita por Fernão Lopes se insere naquilo que Henry Desroche (2000) chamou de messianismo político, que está “ligado à instauração de regimes ou de dinastias que utilizam um discurso baseado no nacionalismo e associado a um líder messiânico apresentado como iniciador de uma nova era” (p. 34).

As narrativas sobre a Revolução de Avis colocam o messianismo em foco na história portuguesa e o rei como o líder guerreiro que defendeu os interesses do reino contra os artifícios do Anticristo castelhano.

Difícilmente podemos concluir que D. João acreditava em sua messianidade, mas o romantismo envolto nos escritos sobre seus feitos nos dão pistas para assegurar que o embrião do messianismo régio português se dá a partir dos feitos da segunda dinastia.

O messianismo português ganhou contornos ainda mais decisivos quando, em 1420, o terceiro filho de D. João I, D. Henrique, conhecido pela

historiografia como o Navegador, foi nomeado pelo Papa com o título de Mestre da Ordem de Cristo.

D. Henrique iniciou, sob a batuta da Ordem de Cristo, diversas incursões pelo norte e costa ocidental do continente africano, buscando uma ofensiva militar contra os muçulmanos e a expansão daquilo que chamavam de verdadeira fé.

A Ordem de Cristo, criada por D. Dinis e herdeira dos Templários, era marcada fortemente pela devoção ao Espírito Santo, ou àquilo que José Eduardo Franco (2002) chamou de Culto Pentecostal, uma característica clara do joaquimismo. Baseado nessa perspectiva e nas pistas que temos, compreendemos a expansão marítima levada a cabo pelo mestre da Ordem como o cumprimento dos desígnios divinos a fim de universalizar a fé cristã e, por que não, inaugurar a Idade do Espírito.

Em nome da expansão da fé e da ofensiva contra os muçulmanos no norte da África, um episódio marcante neste contexto aconteceu no reinado de D. Duarte (1433 – 1438), que assumiu o trono após a morte de seu pai, D. João. Encabeçadas por D. Henrique, em 1437 as tropas portuguesas tentaram ampliar seus domínios no Marrocos. Assegurados da vitória e animados pela conquista de Ceuta, executaram um ataque a fim de tomar Tânger do domínio islâmico. Tal empreendimento se configurou em um grandioso desastre.

Buscando conquistar essa cidade marroquina, na sequência da política que conduziu ao feito de Ceuta, o exército português de cercador tornou-se cercado e sofreu uma estrondosa vergonha – a vergonha de “ir por lá e volver tosquiado”. O revés da agressão. Só isso. É certo que o desastre quebrantou a Nação. Não tanto pelos mortos que lá ficaram, mas pelo orgulho ferido pelo infante D. Fernando, irmão do rei, que não voltou (MATTOSO, 1994, p. 420).

D. Fernando, o mestre da Ordem de Avis, foi entregue como refém ao Sultão de Fez, sob promessa de uma nova ofensiva militar para libertá-lo. Nas negociações diplomáticas para a alforria do prisioneiro, os muçulmanos exigiam a devolução de Ceuta, fato que não aconteceu. O Infante morreu no cativeiro em 1443.

Em tempos de conformação de um império ultramarino português e das vitórias em nome da fé, o episódio envolvendo o mestre de Avis foi narrado como

a nobre entrega sacrificial em favor do reino, surgindo assim a lenda do Infante Santo. No entanto, como afirma a historiadora Jacqueline Hermann, esta versão foi “desmentida por uma carta que provavelmente o próprio infante escrevera da masmorra, na qual demonstrou ter mantido até o final a esperança de ser libertado” (HERMANN, 1998, p. 138).

Mesmo com o revés em Tânger, a narrativa criada entorno do Infante Santo possibilita a compreensão de uma dinastia marcadamente messiânica, na qual seus membros, assim como Cristo, dão a vida em favor da salvação de seu povo.

1.4. A QUESTÃO DA SAGRAÇÃO DOS MONARCAS PORTUGUESES E O MILAGRE DE OURIQUE

A investidura real em Portugal era feita por “alevramento” ou “aclamação”, diferentemente dos reis franceses ou ingleses que eram “coroados”, ou “entronizados”. Esta distinção na forma demonstra aspectos importantes na construção do messianismo régio português.

Os reis portugueses, pelo menos da dinastia de Avis, não recebiam a sagração com o óleo santo em cerimônia litúrgica, como previsto nas solenidades marcadas pela autoridade pontifícia. Isso, em grande medida, residia no fato de as autoridades canônicas considerarem a Casa de Avis bastarda. É de grande importância lembrar que João I não era filho legítimo de um rei e que sua ascensão e validação ao trono estavam ligadas à sagacidade das interpretações do direito canônico feitas por João das Regras. Os legistas romanos consideravam em parte as premissas do jurisconsulto português, talvez porque o outro lado interessado nessa questão, Castela, estava a apoiar o movimento cismático de Avignon. Deste modo, estes últimos aceitavam a autoridade real de Avis, mas não se comprometiam totalmente com a autoridade espiritual.

Há registros de que em 1428, D. Pedro, segundo filho de D. João I, suplicou que seu pai fosse sagrado como nas cerimônias de outros monarcas católicos. A este pedido, Roma, por meio do papa Martinho V, autorizou a bula *Venit ad presentiam nostrum*, que estabelecia “uma ligação direta entre a

concessão da unção régia e o compromisso de cruzada contra os infiéis” (HERMANN, 1997, p. 136). Não se sabe ao certo, mas D. João I parece não ter aceitado as prerrogativas romanas, pois não há registros de tal unção ao longo de seu reinado.

Seguiu-se outra tentativa com D. Duarte em 1436, mas juristas da cúria impuseram restrições quanto à maneira de unção. Os reis portugueses não poderiam ser ungidos na cabeça, como acontecia em França e Inglaterra, pois o ato deveria se restringir ao braço e ombro. Além do que o monarca deveria reconhecer que o reino pertenceria à Igreja, que a unção não causaria prejuízo a outros reis e que ele estaria compromissado com a cruzada perpétua, e a Santa Sé se comprometeria em enviar um legado ao país para verificar se estavam realmente investindo quantias suficientes na luta contra os muçulmanos.

O historiador António Brásio é o principal difusor da ideia do *Problema da sagração real portuguesa*. Ao ser citado por Jacqueline Hermann, ele afirma que

[...] Portugal era bastante criticado pelos juristas canônicos pelo frequente desrespeito às “liberdades eclesiásticas” verificadas no reino, o que despertava desconfiança e a exigência de um compromisso de que o rei atual e seus sucessores não ousassem, sob nenhum pretexto, pedir ou exigir subsídios ao clero, “como até agora se fizera”, sem licença especial do sumo pontífice (BRÁSIO 1962 *apud* HERMANN, 1998, p. 137).

Apesar das idas e vindas, em outubro de 1436, o papa Eugênio IV concedeu a unção, ainda que no ombro e no braço, aos reis portugueses. O ritual deveria ser conduzido pelo arcebispo de Braga e seguir o modelo de coroação inglesa, levando em consideração que o rei, na época, era filho de Felipa de Lancastre.

Até onde sabemos, a cerimônia legalizada pelo papa nunca chegou a acontecer de fato, possivelmente porque nesta mesma época se deu o infortúnio da tentativa de conquista de Tânger.

As buscas por justificação junto ao papa de alguns monarcas portugueses estavam ligadas à expansão da fé católica feita pelos mesmos, sobretudo no norte e costa ocidental africanas. Por terem levado a cabo a luta contra o infiel, como no caso vitorioso de Ceuta e no desastre de Tânger, o que se esperava era um verdadeiro reconhecimento junto a Roma. No entanto, não há

documentação que apresente a sagração de reis segundo rituais litúrgicos na dinastia de Avis. José Mattoso (1991), no capítulo *A coroação dos primeiros reis de Portugal* da obra *A memória da nação*, afirma que tal cerimônia podia ser vista na sagração dos reis da primeira dinastia, Borgonha.

Talvez pelo fato de não ter havido a unção papal, a imagem dos monarcas de Avis fora construída a partir de uma estética eminentemente guerreira. Além disso, possivelmente, a coroa tenha ficado em segundo plano, dando lugar ao cetro, que marcou o poder real em Portugal. Essas características podem ter influenciado o termo “Messias de Lisboa” de D. João I. Um Messias herói, defensor dos interesses de seu povo, que peleja para afastar os invasores de seus domínios; um messianismo que é acima de tudo político:

Os grandes, à primeira, escarnecendo dos pequenos, chamavam-lhes povo do Mexias de Lisboa, que cuidavam que os havia de remir da sujeição del Rei de Castela e os pequenos aos grandes, depois que cobraram coração e se juntavam todos em um.⁵

Foi neste contexto envolvendo o problema da sagração real da Casa de Avis que surgiram as primeiras narrativas milagrosas sobre os acontecimentos envolvendo a Batalha de Ourique, no baixo Alentejo. Até então, a batalha liderada por Afonso Henriques tinha características militares, sem qualquer abordagem mítica.

O mais antigo relato sobre os sinais milagrosos envolvidos na Batalha de Ourique pode ser visto na *Crónica de 1419*, possivelmente escrita por Fernão Lopes. Nela se relata a aparição milagrosa de Cristo a Afonso Henriques antes do conflito. Esse episódio foi interpretado como um evidente indício da intervenção divina na sagração dos reis portugueses, que haviam recebido do próprio Deus a coroa real, e não por ingerência humana.

Em meados do século XV, após as últimas tentativas junto à Santa Sé em prol do reconhecimento da sagração litúrgica, foram escritas *As Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra de 1451*, que reafirmam a intervenção do próprio Cristo na fundação do reino de Portugal.

⁵ LOPES, F. Crónica de D. João I. Disponível em <https://www.azpmedia.com/espacohistoria/index.php/cronica-de-d-joao-i/capitulo-iv>.

A narrativa milagrosa ganhou outras versões. No século XVI, já no reinado de D. Manuel I, Duarte Galvão escreveu a *Crónica d'El-Rei d. Afonso Henriques*. No século seguinte, em 1602, o frei Bernardo de Brito escreveu a *Crónica de Cisterce*, e em 1632 o frei António Brandão escreveu *Monarquia Lusitânia*. As duas últimas edições foram feitas em tempos de domínio espanhol, o que demonstra a força da literatura e o valor do mito fundador como estratégia de restauração.

Na Crônica de Duarte Galvão, datada de 1505 e influenciada pela *Crónica de 1419*, aparece a conversa entre D. Afonso Henriques e Cristo: “- Senhor! Aos hereges, aos hereges faz mister appareceres, que eu sem nenhuma dúvida creio e espero em ti firmemente” (GALVÃO, 1906, p. 76). A resposta de Cristo foi “- não te apareci deste modo para acrescentar tua fé, mas para fortalecer teu coração neste conflito, & fundar os princípios do teu Reyno sobre terra firme” (*Ibidem*, p. 77).

Podemos observar que a aparição de Cristo a Afonso Henriques e a sagração feita pelo próprio Deus parecem “querer compensar de forma definitiva e inquestionável a falta do ato de consagração nas cerimônias de ‘alevantamento’ dos reis portugueses” (HERMANN, 1998, p. 150). O rei português é rei, não porque o papa o investiu, mas porque Deus assim o quis. Essa narrativa apontava para o futuro glorioso do reino Ibérico, e a expansão ultramarina dava pistas disso.

1.5. A LITERATURA COMO INFLUÊNCIA MESSIÂNICA

A construção do messianismo português também contou com a reverberação de uma literatura largamente consumida entre a nobreza e a burguesia desde o século XIII, sendo esta a novela de cavalaria. A *Demanda do Santo Graal* é a primeira obra traduzida para a língua vernácula.

A novela de cavalaria era uma narrativa presente naquilo que os estudiosos chamaram de Romance Cortês. O Romance, por sua vez, era inspirado na tradição oral das *Canções de Gesta*, consistindo estas de “poema cantado que relatava os feitos dos heróis cavaleiros das cortes medievais; [...] artistas itinerantes [...] apresentavam seus espetáculos musicais e teatrais [...] em praças, igrejas e pátios” (MEGIANI, 2003, p.54).

As *Canções de Gesta* foram largamente utilizadas pelos francos, pois além de situarem a posição cavaleiresca na história em uma sociedade marcada pelo analfabetismo, também validavam o poder de uma dinastia reinante no poder. Os Capetíngios, que reinaram sobre a França entre os séculos X e XIV, buscaram no Imperador Carlos Magno uma ancestralidade gloriosa. O maior exemplo de uma *Canção de Gesta* no período em questão foi a *Chanson de Roland*, que mostrava a grandeza do Imperador Carolíngio.

Surgido na França, o Romance Cortês transformou as *Canções de Gesta* em um estilo literário. As *Canções* permitiam modificações e adaptações; já a literatura sistematizava a narrativa em verso e prosa, e desta forma o modelo estilístico alcançou outras cortes europeias.

Se na França o passado glorioso era marcado pela figura de Carlos Magno, os vizinhos ao norte do Canal da Mancha tinham o Rei Arthur. No século XI, os Normandos tomaram posse da Inglaterra e assumiram dos dominados – Celtas e Anglo-Saxões – a figura do lendário rei e de seus fiéis cavaleiros.

No século seguinte, o cronista Geoffrey de Monmouth elaborou uma obra que mostrava os feitos reais britânicos desde o surgimento da Inglaterra. A *Historia Regum Britanniae* consagrou Arthur como o mais antigo monarca da dinastia Plantageneta, tendo ele vivido no século VI. A obra materializou a *Matéria da Bretanha*, conjunto de histórias sobre os feitos do Rei Arthur e dos cavaleiros da Távola Redonda.

A *Historia Regum Britanniae* ganhou uma tradução francesa redigida pelo poeta Wace, que dedicou a obra a Henrique II e sua esposa Leonor da Aquitânia. Esta versão francesa influenciou Chrétien de Troyes, tanto que o levou a escrever as primeiras Novelas de Cavalaria que logo se popularizaram.

A tradução francesa da *Matéria da Bretanha* transcendeu os limites dos Plantagenetas e dos Capetíngios, alcançando a Península Ibérica. Em Castela, os *Anales Toledanos Primeros* demonstram ter sofrido grande influência da versão francesa da *Matéria* e das obras de Troyes. A relação de influência no texto castelhano talvez esteja no fato de a filha de Henrique II e Leonor da Aquitânia, Leonor Plantageneta, ter se casado com Afonso VII de Castela.

Em Portugal, a *Matéria* chegou repleta de elementos religiosos e com uma temática leiga, possivelmente transformada como estratégia das ordens

religiosas a fim de converter e doutrinar a cavalaria no século XII (MEGIANI, 2003).

A *Novela de Cavalaria* mais antiga traduzida para a língua portuguesa foi, como já citado, a *Demanda do Santo Graal*. Não há um autor que reclame para si a autoria do texto publicado na década de 20 do século XIII e editado em Portugal em meados deste mesmo século. O que se percebe, segundo Heitor Megale (1988 *apud* MEGIANI, 2003), é que a *Demanda* compõe a narrativa da *Post-Vulgata da Matéria da Bretanha*, possivelmente escrita pelo monge francês Robert de Boron. “Nesse texto os temas cristãos foram privilegiados, o que explica a transformação de uma série de mitos célticos em símbolos comprovadamente ligados ao cristianismo” (MEGIANI, 2003, p. 58).

A *Demanda do Santo Graal* é uma narrativa intensamente marcada pela atmosfera messiânica e por Galaaz, personagem principal da trama e a encarnação do salvador.

A narrativa é marcada pela busca do Santo Graal, cálice sagrado que Jesus usou em sua Última Ceia e que continha o sangue aspergido por Cristo na cruz. O sangue teria sido recolhido por José de Arimatéia e levado por seu parente para a Inglaterra e lá repousava na corte do Rei Arthur no castelo de Camelot, no reino de Logres. O Graal ficava no centro da sala da Távola Redonda e sua luz incandescente era majestosa e atraía os olhares de todos. Um dia o Graal desaparece e inicia-se uma busca incessante por ele.

No início da *Demanda* chega em Logres Galaaz, que, investido como cavaleiro por Lancelot, protagoniza milagres e prodígios, apresentando aos leitores sua diferença diante dos outros cavaleiros:

[...] ele se assenta no assento perigoso, destinado ao predestinado (outros que se sentassem ali morreriam) e consegue retirar da pedra ou pedrão uma espada, que neste caso, representa uma prova espiritual. Logo é descoberto que Galaaz é o filho de Lancelot com a filha do rei Pelles, o guardião do Graal, que se encontrava enfermo e só poderia ser curado pelo jovem. A concepção do cavaleiro havia sido ocasionada por meio de encantamento, uma vez que Lancelot era apaixonado pela rainha Guinevere (Genevra), a esposa de Artur. Portanto, o filho era bastardo e pairava sobre ele o pecado da luxúria cometido por seus pais (ZIERER, 2013, p. 3).

Apesar de bastardo e concebido em pecado, Galaaz foi o cavaleiro escolhido, por sua santidade e honradez, para encontrar o cálice sagrado. Era casto, puro de coração, se mantinha livre das mulheres e do pecado, além de jurar defender o cristianismo acima de todas as coisas. “Nele se concentravam todas as características do Messias que, embora não consiga livrar o mundo da guerra e da destruição, representa a inauguração de uma nova época” (MEGIANI, 2003, p. 61).

Em sua viagem em busca do Graal,

[...] Galaaz usava uma estamena (túnica de lã com farpas) para lembrá-lo do seu compromisso espiritual. Ao longo da narrativa, recebe vários objetos que confirmam o seu caráter de eleito principal para encontrar o Santo Vaso: o escudo branco com a cruz vermelha (em alusão aos templários e aos Cruzados), feito com o sangue das narinas de Josefes, o filho de José de Arimateia, a espada da estranha cinta, que só podia ser desembainhada por ele, e a espada do Pedrão (ZIERER, 2003, p. 3).

Ao longo da narrativa, Galaaz cura leprosos, faz um paraplégico andar, expulsa demônios e ainda converte um muçulmano. Seus feitos eram claramente uma analogia de Jesus Cristo.

Como já apresentado, a *Demanda do Santo Graal* foi escrita no século XIII sob influência do joaquimismo, e Galaaz representava a chegada da Idade do Espírito Santo.

A função de Galaaz é expressa no significado de seu nome – Galaad em francês. Galaad é um nome bíblico de uma região ocupada pelas tribos de José e que segundo os exegetas medievais, quer dizer figura de Jesus Cristo (SARAIVA, 1988, p. 72 apud MEGIANI, 2003, p. 63).

O ideal de pureza e salvacionista de Galaaz influenciou profundamente a nobreza portuguesa consumidora deste tipo de literatura. Segundo António José Saraiva, a castidade tornou-se um valor estimável entre os monarcas da dinastia de Avis, em grande medida influenciada pelo herói da *Demanda*. D. Afonso V, com 23 anos, assumiu uma vida casta após a morte de sua esposa. Até mesmo o “Condestável⁶ Nuno Álvares ter-se-ia inspirado, declaradamente, na vida pura

⁶ Condestável era um cargo militar criado por D. Fernando (1345 – 1383, rei desde 1367) em 1383. O condestável era o segundo na hierarquia militar abaixo apenas do Rei.

e casta do cavaleiro Galaaz; segundo seu cronista, este teria preservado a virgindade como demonstração de distinção e heroísmo” (MEGIANI, 2003, p. 63).

Inegável foi a influência que as crônicas reais produzidas em território português no século XV receberam das novelas de cavalaria. Neste século, a Batalha de Ourique ganhou contornos milagrosos. Afonso Henriques, além de monarca guerreiro, como era representado nas crônicas de então, passou a ser um escolhido de Deus na cruzada contra os mouros - representação do mal. Na véspera da Batalha, recebeu a visão de Cristo, que lhe garantiu vitória contra os infiéis.

Ao longo do século XV, a narrativa do Milagre de Ourique assumiu novas conotações, como a da aparição de um ermitão⁷ que entrega profecias a D. Afonso, ou mesmo da absurda superioridade numérica dos muçulmanos frente o exército português.

Os contornos míticos da imagem de Afonso Henriques foram aumentando à medida em que os portugueses conquistavam territórios e ultrapassavam barreiras outrora intransponíveis na empreita ultramarina. Cada vitória e conquista selava o destino salvacionista do nascente Império.

A construção da memória de D. Afonso Henriques em finais do século XIV e de seus feitos sobrenaturais objetivava assegurar a grandeza, o vaticínio do futuro glorioso português.

As virtudes de Galaaz, o cavaleiro da *Demanda do Santo Graal*, permaneceram vivas entre os sucessivos reis da dinastia de Avis, que viam seus sucessos expansionistas como o propósito celestial.

1.6. O MESSIANISMO EM D. MANUEL

A expansão náutica alcançou seu auge nos tempos de D. Manuel I, que reinou entre os anos de 1495 e 1521. Ele, como o quinto monarca de Avis,

⁷A figura do ermitão, representante da devoção sincera diante de uma Igreja marcada pelos prazeres mundanos, passa a ser figura constante na literatura cavalheiresca. Galaaz, a personagem da *Demanda do Santo Graal*, também é beneficiada pela presença desta figura errante.

vislumbrou um horizonte que nunca fora possibilitado até então pelos reis anteriores: a conquista da Índia.

D. Manuel tornou-se herdeiro do trono português após a morte de D. Afonso, filho legítimo do Príncipe Perfeito⁸, em 1491, e em outubro de 1495 foi feito rei.

Fruto do casamento do infante D. Fernando, duque de Viseu, filho do rei D. Duarte, com Beatriz de Portugal, D. Manuel reuniu uma sucessão de fatores que fortaleceu o caráter excepcional que marcou seu reinado.

A rapidez pela qual assumiu posições de destaque entre a nobreza lusitana fez o filho caçula de D. Fernando ser lembrado como o *Venturoso*, sinônimo de “afortunado”. O ano de 1484 marcou significativamente a ascensão manuelina, uma vez que foi nesse ano que este se tornou Duque de Viseu, Duque de Beja e 14º Mestre da Ordem de Cristo, todos títulos que havia herdado após a morte de seu irmão, D. Diogo. Em 1491, tornou-se herdeiro da coroa portuguesa. Foi do quinto na linha de sucessão ao único membro legítimo por varonia da casa de Avis após a morte de D. João II.

Sobre a figura do rei D. Manuel recaía a difícil tarefa de enfim alcançar as Índias, principal produtora de especiarias consumidas no ocidente. Já na primeira tentativa, o monarca logrou êxito e em 1498, Vasco da Gama chegou em Calicute, porção ocidental do subcontinente indiano. Além da chegada no oriente, foi durante seu reinado que houve a conquista do território brasileiro, que neste momento foi ofuscado pelo sucesso no Índico.

As conquistas do monarca, sobre as quais nos deteremos melhor nos próximos capítulos, foram vistas como evidência de uma predileção divina. Deus proporcionava vitórias ao grande rei D. Manuel, o escolhido para concretizar o futuro glorioso, predito no passado português. A forma não convencional como assumiu o trono e as conquistas náuticas o levaram ao patamar de rei messiânico. O navegador Duarte Pacheco Pereira, enaltecendo as conquistas manuelinas, escreveu:

E entre todos os reis ocidentais da Europa, Deus somente quis escolher Vossa Alteza que este bem soubesse e recebesse e possuísse os tributos dos reis e príncipes bárbaros do Oriente, os quais Roma no tempo da sua prosperidade, quando mandava

⁸ Como ficou conhecido o rei D. João II.

numa grande parte do orbe (PEREIRA *apud* COSTA, 2011, p. 257).

Sobre o nome do rei e a sua semelhança com um dos nomes de Deus e a grandeza de suas possessões, que chegavam a mais de 4000 léguas, Valentim Fernandes salientou:

[...] sem favor nem ajuda de nenhum outro rei, salvo do Emanuel eterno Deus, cujo lugar vossa potentíssima Senhoria possui em a terra. [...] Onde fica Alexandre Magno? Onde ficam os Romanos? (FERNANDES *apud* COSTA, 2011, p. 257).

Luís Filipe Thomaz escreveu, em um célebre trabalho publicado primeiramente em francês na década de 1990 e posteriormente em português, que:

[...] há indícios de que sonhava com um tipo de império universal e messiânico, o último de Daniel, um quinto império como o que profetizaria mais tarde o padre António Vieira mais ou menos equivalente ao reino do Espírito Santo que o abade calabrés Joaquim de Flora ou Fiore havia anunciado no século XII (THOMAZ, 2008, p. 52).

Em Portugal, existiam influências claras de um messianismo baseado no Apocalipse de Daniel, e isso, em grande medida, era motivado pelo pensamento judaico fortemente presente no reino.

O Quinto Império, como colocado por Luís Filipe Thomaz, marcou decisivamente o pensamento do padre António Vieira no século posterior, mas existem evidências de que D. Manuel acreditava na universalização da Fé Cristã e que a destruição dos infiéis e a conquista de Jerusalém possibilitariam o retorno de Cristo.

Acerca da influência joaquimita também citada pelo historiador, há vestígios que nos levam a creditar sua possibilidade, pois a Ordem de Cristo, ordem em que D. Manuel foi Grão-Mestre, recebeu influências do pensamento do Abade de Fiore. Inclusive, o fato de D. Manuel ter tido franciscanos como confessores, os principais divulgadores da teologia de Joaquim de Fiore, também pesava sobre a questão. Por esses fatores, compreendemos que a universalização da Fé poderia representar o início da Idade do Espírito e a consolidação do Imperador dos Últimos Dias, sob batuta portuguesa.

D. Manuel I era tanto a encarnação de correntes de pensamentos salvacionistas, como símbolo da tradição do monarca messiânico presente no milenarismo cristão medieval (marcado pelo Imperador dos Últimos Dias) ou mesmo do Messias herói nacional. O messianismo manuelino foi régio, centrado na figura do herói, e se insere no contexto de validação do caráter glorioso da Casa de Avis. Essas correntes validavam sua vida como sendo a do escolhido para preparar o mundo para a universalização da Fé cristã.

2. D. MANUEL E O ÁPICE DO MESSIANISMO RÉGIO

Nascido no dia da festa de Corpus Christi de 1469, o filho mais novo do duque D. Fernando recebeu o nome de Manuel, do hebraico bíblico “Deus conosco” (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Mateus 1: 23). Aos 26 anos, em 27 de outubro de 1495, assumiu por circunstâncias extraordinárias o trono português.

Como já exposto, a ascensão manuelina ao trono foi precedida por uma série de acontecimentos que envolviam desde o assassinato de seu irmão D. Diogo em 1484, à misteriosa morte de D. Afonso, herdeiro legítimo do rei D. João II.

Com o trono, D. Manuel herdava o destino messiânico presente na casa de Avis, e a forma particular pela qual ascendeu à função real e os feitos iniciais de seu governo pareciam comprovar o destino redentor do monarca chamado de *Venturoso*.

É verdade que D. João II, pouco antes de morrer, tentou legitimar D. Jorge de Lancastre, seu filho natural, como herdeiro do trono. Essa tentativa de legitimação envolveu questões diplomáticas com a Santa Sé e promessas de ajuda bélica à França. No enquadramento político peninsular, D. Manuel era o predileto dos Reis Católicos. O eventual apoio aos franceses na campanha do sul da Itália representava o antagonismo português para com os interesses espanhóis.

Sabe-se, porém, que D. João II declinou de suas intenções de validar o filho bastardo como herdeiro, apesar de D. Manuel, o verdadeiro sucessor, até onde a documentação nos apresenta, não ter se movido no intuito de impedir as ações do rei, diferentemente de seus apoiadores, que prontamente se posicionaram. D. Isabel de Castela colocou praças militares na fronteira com Portugal, prontas para agir caso a ordem fosse subvertida. Aos esforços da Católica, juntava-se o cardeal D. Jorge da Costa, amigo íntimo do Papa Alexandre VI, inimigo do *Príncipe Perfeito*.

Além das questões apresentadas, ainda existia o caso de Maximiliano, arquiduque da Áustria e futuro imperador romano germânico, que descendia de D. Leonor de Portugal, filha de D. Duarte, segundo rei da casa de Avis, e que

também se considerava com direitos ao trono. Segundo João Paulo Oliveira e Costa,

[...] se tivesse optado por D. Jorge, o rei não assegurava de imediato o trono a seu filho; abria antes as portas para um conflito em que o duque de Beja era o contendor mais apetrechado e em que podia ainda entrar, de forma imprevisível o imperador Maximiliano (COSTA, 2011, p. 104).

As possibilidades de validação de D. Jorge ao trono português cessaram quando em 24 de outubro de 1495 o rei validou, uma vez mais, D. Manuel como herdeiro do trono. A expressão “uma vez mais” se dá porque D. João II já o havia reconhecido após o falecimento de D. Afonso em 1491. O rei faleceu dois dias após o ocorrido.

Na data de 27 de outubro de 1495, em Alcácer do Sal, D. Manuel foi aclamado rei de Portugal. Seu primeiro pronunciamento real aconteceu no dia posterior, em carta enviada a Funchal:

Posto que a herança destes reinos nos pertencesse como sabeis, ainda por mais descargo de sua consciência ele [D. João II] o deixou assim declarado em seu testamento e somos por graça de Nosso Senhor alevantado por rei destes reinos (VEREAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FUNCHAL, 1495 *apud* COSTA, 2011, p. 107).

Seguiu-se ao discurso real a convocação das cortes para a vila alentejana de Montemor-o-novo. Lá ocorreu o esperado encontro com D. Jorge. O cronista Damião de Góis relata a cena (GOIS, 1749):

D. Jorge, o qual, depois de ter feito sua devida reverência, logo D. Diogo Fernandez de Almeida, Prior do Crato, seu aio, tomou pela mão e assentados ambos de joelhos, diante do rei lhe disse: Senhor, o rei D. João vosso primo, que Deus tenha em glória, segundo me disse morrendo, de uma coisa estava muito contente da vida deste mundo e de outra muito suspenso e cheio de tristeza, estava incerto do que seria depois de sua morte deste seu filho, que ante vós está e quão devido herdeiro deixava a estes reinos em vós e por isso me mandou, muito confiante de vossa virtude, bondade e bom zelo (p. 77).⁹

⁹ Dom George, ho qual, depois de ter feita fuadeuidareuerencia, logo dom Diogo Fernandez Dalmeida, Prior do Crato, feu aio, tomou pella mão, & affentados ambos em geolhos, diante del Rei lhe dixee. Senhor, el Rei dom loão voffo primo, que Deos tenha em gloria, fegundo me dixee morrendo, de huma coufalha muito contente da vida defte mundo, & doutra muito fufpenfo, &

Com o apoio de D. Jorge, que, como apontado por Góis, passou a ser tratado como um filho, D. Manuel rompia a última barreira que, *quiçá*, pudesse impedir a consolidação de seu reino.

2.1. D. MANUEL E O SONHO DA ÍNDIA

Logo no início de seu reinado, D. Manuel retornou à busca de uma rota marítima para a Índia, dando sequência às ações de seu antecessor. É válido lembrar que, nos tempos do *Príncipe Perfeito*, Bartolomeu Dias chegou ao cabo da Boa Esperança em 1488, no extremo sul do continente africano, em busca de uma rota alternativa para o Oriente das Especiarias. Mas o plano das índias perdeu força nos últimos anos do reinado joanino, pois a empreita era cara e foi perdendo apoio nas cortes.

Quando o *Venturoso* se propôs a retomar a missão, também encontrou vozes que discordavam do propósito, como narra o cronista João de Barros¹⁰:

[...] muitos e diferentes votos, e os mais foram que a Índia não se devia descobrir, porque além de trazer consigo muitas obrigações por ser estado muito remoto para poder conquistar e conservar, debilitaria tanto as forças do Reino que ficaria ele sem as necessárias para a conservação (BARROS, s/d, p. 1)

O rei, em contrapartida, invocou a herança de D. Henrique, o *Navegador*, que obteve para Portugal conquistas importantes; ele teria, ainda, segundo relato de Barros, acrescentado que “Deus em cujas mãos ele punha este caso daria os meios que convinham a bem do estado do Reino” (BARROS, s/d, p. 2).

A conquista das índias, no que diz respeito a D. Manuel, se insere em um contexto maior. Desde a tomada de Constantinopla pelos Turcos Otomanos em 1453, a Europa se via cercada pelos muçulmanos; nesse aspecto, o esforço de se chegar ao oriente via périplo africano tinha o objetivo de juntar forças com o

cheo de trifteza, efa por ir incerto do que feria depois de fua morte defte teu filho, que ante vos efa, quomo voffo humilde vaffallo. Há outra por faber quaõ bom Rei, & quaõ bom fenhor, & quam diuido herdeiro deixaua a efes Regnos em vos, & por iffo me mandou, muito confiado de voffa uirtude, & bondade, & bom zelo (GÓIS, 1749, p. 77).

Preste João, lendário rei cristão africano, e com os cristãos da Índia, também chamados de cristãos de São Tomé. Segundo a tradição, o apóstolo Tomé havia sido incumbido de pregar o Evangelho aos povos do Oriente.

Roger Crowley (2016) e Luís Filipe Thomaz (2008) apresentam outra face da expansão manuelina, minar o poder do sultão mameluco no Egito. O monarca africano mantinha o controle do comércio de especiarias entre Oriente e Ocidente.

Deste modo, as ambições manuelinas sobre o Oriente eram ao mesmo tempo religiosas e econômicas. Em 8 de julho de 1497,

[...] concluídos os demorados preparativos da viagem definitiva à Índia – compreendendo navios, material, pessoal e, até, estudo prévio da rota que os ventos dominantes permitiam – foi decidida a partida da esquadra, de que era o Capitão-Mor Vasco da Gama e Piloto-Mor o experimentado Pêro Dalanquer. [...] Esta esquadra compunha-se de duas naus iguais de cerca de cem toneis, sendo a S. Gabriel comandada por Vasco da Gama, e a outra, a S. Rafael, por seu irmão mais velho Paulo da Gama. Eram acompanhadas por uma caravela de metade da tonelagem das naus, a S. Miguel, alcunhada de Bérrio, sob comando de Nicolau Coelho. Na esquadra ia incorporada uma nau maior, só destinada a depósito de mantimentos (COUTINHO, 1947, p. 37).

Em 20 de maio de 1498, os portugueses enfim aportaram em Calicute, na costa oeste do subcontinente indiano, também chamada de Malabar. Gama coroava uma política expansionista portuguesa que tinha se iniciado, pelo menos, em 1434, quando Gil Eanes conseguiu superar o cabo do Bojador.

As embarcações chegaram em uma época na qual as chuvas de monções impediam navios mercantes de aportarem na cidade eminentemente comercial, e por isso as naus portuguesas chamaram a atenção da população no litoral.

No dia seguinte, Gama enviou o cristão-novo João Nunes para fazer os primeiros contatos com os locais.

Tão logo aportou, Nunes foi tomado por um muçulmano e apresentado a dois mercadores tunisianos que falavam um pouco de castelhano e genovês. Os norte-africanos mostraram-se surpresos, pois não esperavam encontrar portugueses no Índico. Um escritor anônimo a bordo da comitiva narrou a pergunta: “Por que não mandam cá el-rei de Castela e el-rei de França ou a Senhoria de Veneza? (DIÁRIO DE VIAGEM DE VASCO DA GAMA, 1998, p. 75)

Em contrapartida, a essa altura, o que mais impressionava os portugueses era fruto da indagação: como poderia “um homem tão longe de Portugal entender nossa fala?” (Op. Cit, p.75)

Os muçulmanos apresentaram a cidade a Nunes e um deles, que ficou imortalizado por Camões nos Lusíadas como Monçaide, o ajudou na compreensão do sistema de governo da cidade, que [...] era governada por um rei, o *samudri raja*, “Senhor do Mar”, que receberia com prazer o general como embaixador de um reino estrangeiro; especialmente se o objetivo da viagem fosse estabelecer comércio com Calicute.

Gama, acompanhado por Monçaide, mandou dois condenados que estavam a bordo para tentar uma audiência com o Samorim, que prontamente aceitou o pedido e ainda presenteou os mensageiros.

A esta altura, o Capitão-Mor sabia da quantidade de mercadores muçulmanos na região do Malabar, mas a prontidão com que o líder indiano aceitou sua visita, somada às lendas relacionadas às pregações de São Tomé, fez com que os portugueses acreditassem que os indianos eram cristãos.

Na manhã do dia 28 de maio, uma semana após a chegada na Índia, o Capitão-Mor enfim desceu da embarcação que o levou 19 mil quilômetros mar adentro de Lisboa a Calicute, na companhia de treze homens. O escritor, um dos treze, destacou: “Íamos todos muito bem ataviados (armados de escudo), levávamos bombardas nos batéis, trombetas e muitas bandeiras” (DIÁRIO DE VIAGEM DE VASCO DA GAMA, 1998, p. 78).

O Samorim, apesar de manter residência em Calicute, passava a maior parte do tempo em uma cidade próxima com o alto escalão das castas indianas. O nobre enviou *palanquins*, típico transporte indiano carregado por homens, para levar os visitantes ao palácio real.

Ao entrar na cidade, foram levados a uma:

[...] grande igreja. O corpo da igreja é da altura de um mosteiro. Ela é toda lavrada de cantaria (pedra), telhada de ladrilhos [...] Dentro estava uma imagem pequena, que diziam ser de Nossa Senhora (DIÁRIO DE VIAGEM DE VASCO DA GAMA, 1998, p. 79)

É interessante perceber que o escrivão tinha certeza de ter ouvido dizer que a imagem se tratava de Nossa Senhora, mas como ter esta certeza? A

narrativa não apresenta a presença dos tunisianos neste momento. Seria um tremendo esforço interpretativo da parte dos portugueses tentar traduzir o idioma local, o *malaiala*, ou mesmo o árabe, à língua latina.

O escritor ainda notou que os santos pintados nas paredes eram diferentes: “os dentes eram tão grandes, que saíam da boca uma polegada, e cada um tinha quatro ou cinco braços” (DIÁRIO DE VIAGEM DE VASCO DA GAMA, 1998, p. 80).

Obviamente, pode-se constatar que se tratava de um templo hindu e que a limitação do conhecimento dos portugueses da época sobre as demais manifestações religiosas os impedia de reconhecer esse fato.

Finalmente, foram levados à presença do Samorim. Diante do nobre indiano, os convidados receberam frutas e água para beber. Retirando-se para uma sala ao lado com o Rajá e seus intérpretes, Gama apresentou sua missão. Dizia vir em nome de D. Manuel, rei “de muitas terras, muito rico de todas as coisas, mais do que qualquer rei daquelas partes” (DIÁRIO DE VIAGEM DE VASCO DA GAMA, 1998, p. 82) e que já fazia sessenta anos que buscavam chegar nessas terras. Disse ainda estar em posse de uma carta do próprio monarca português e de nobres regalos, e que os levaria para o próximo encontro.

Na manhã seguinte, Gama enviou os ditos presentes ao palácio. Os itens eram “12 lambéis (brasões), quatro capuzes de grã (lã tingida de vermelho), seis chapéus, quatro colares de coral, um fardo cheio de bacias em que havia seis peças, uma caixa de açúcar e quatro barris cheios, dois de azeite e dois de mel” (DIÁRIO DE VIAGEM DE VASCO DA GAMA, 1998, p. 84). Os mimos nunca impressionariam o chefe indiano, tanto que o *Bel*, uma espécie de braço direito do Samorim, não deixou que os mesmos chegassem ao Senhor dos Mares. Alegava que até mesmo o mais pobre mercador vindo de Meca poderia oferecer mais. O Capitão-Mor retrucou dizendo que “não era mercador, mas sim embaixador e [...] quando o rei de Portugal lá voltasse a mandar outros homens, então lhe mandaria muitas outras coisas, muito mais ricas” (DIÁRIO DE VIAGEM DE VASCO DA GAMA, 1998, p. 85).

Enfim, Gama recebeu a chance de se dirigir ao monarca hindu mais uma vez. O segundo encontro foi frio; o Samorim esperava presentes, e os portugueses não os tinham. Chegou a questionar acerca de uma imagem de

Santa Maria em ouro, que sabia existir dentro de uma das embarcações, mas o Capitão respondeu que não era de ouro e sim dourada e que “mesmo que fosse de ouro, ele não a daria, porquanto ela o trazia pelo mar, e o trouxera à sua terra”. Mas, finalmente, a Carta¹¹ foi lida ao Samorim, que, enfim, não fez restrições à presença mercantil portuguesa em seu litoral. O navegador lusitano poderia voltar a sua embarcação e comprar e vender como os outros mercadores.

As mercadorias que os portugueses levaram não tinham grande valor para as populações da região. Os produtos eram “pulseiras, panos, camisas novas e outros itens” (CROWLEY, 2016, p. 101), mas, em contrapartida, eles puderam comprar a preços baixíssimos especiarias e pedras preciosas.

Em agosto de 1498, a armada zarpuou de Calicute rumo a Portugal, tendo a primeira embarcação sob comando de Nicolau Coelho chegado no Tejo em julho de 1499. Um mês depois, chegava o Capitão-Mor a bordo do São Gabriel.

O regresso de Gama foi marcado por uma grande euforia vinda dos partidários dos projetos do *Venturoso*. Afinal, foi no reinado de D. Manuel que pela primeira vez navegadores vindos do Atlântico avistaram o território indiano. Isso representava mais uma conquista proporcionada por Deus e assegurava o destino glorioso lusitano.

Desde a chegada, Gama não escondeu o fato de o grande Senhor de Calicute confiar a mercadores mouros o comércio na costa indiana e que os presentes enviados pelo rei português não tinham despertado grande interesse no nobre indiano, que nem sequer os recebera. Mas uma notícia agradou de sobremodo D. Manuel I, o Samorim era cristão! “[...] é certo que, pela amostra de Calicute, deveriam ser heréticos, ou estavam abastados pela perda de contato com os irmãos de fé” (COSTA, 2011, p. 155). A suposição de Gama e seus homens sobre a religião dos indianos talvez tivesse recebido forte influência de Gaspar da Gama.

De origem incerta, Gaspar da Gama teria sido enviado pelo Sabaio¹² de Goa aos portugueses “com intenções de cobrar direitos às naus portuguesas ou de lutar contra elas, em caso de recusa, se achava ali” (LIPINER, 1987, p. 84).

¹¹ Não há registro da Carta enviada por D. Manuel por Vasco da Gama. A carta que temos foi enviada pelo monarca lusitano via Pedro Álvares Cabral.

¹² Líder político de Goa.

Judeu e falante de castelhano, Gama se aliou aos portugueses em luta contra a armada muçulmana no Malabar, apresentando estratégias de combate. Como aliado, foi convertido ao cristianismo e levado junto a Vasco da Gama para Lisboa.

Foi o converso que, talvez para agradar aos novos amigos, dizia que existiam 12 reinos que poderiam agrupar uma força de “292 mil cristãos na Índia, contra apenas cerca de 25 mil muçulmanos” (AMADO & FIGUEIREDO, 2001, p. 67).

Empolgado, no segundo semestre de 1499, D. Manuel I iniciou os preparativos para uma nova armada para a Índia: “Perante informações obtidas entendeu o rei organizar uma armada mais poderosa, que impressionasse os povos do oriente e que pudesse trazer maior carga de especiarias” (COSTA, 2011, p 159).

No verão de 1500, a armada composta por treze navios sob o comando de Pedro Álvares Cabral, um cavaleiro da Ordem de Cristo, partiu do Tejo em nova expedição às Índias.

A empresa de Cabral assumiu nova característica, pois agora a ação portuguesa tinha perfil bélico; tinha o propósito de atacar os Mouros caso tentassem impedir as intenções lusitanas. Se a palavra norteadora da expedição de Vasco Gama foi Descobrimento, com Cabral, a Carreira da Índia assumiu as características de Conquista.

A armada lusitana não mediu esforços para atacar os mouros no Malabar. De fato, a frota cabralina foi provocada a agir quando os muçulmanos investiram contra a feitoria recém-instalada em Calicute. Houve batalha e os portugueses sobressaíram frente os oponentes, naquilo que ficou conhecido como massacre de Calicute.

A expedição de Cabral foi marcada por baixas significativas, como a de Bartolomeu Dias, que onze anos antes havia dobrado o cabo da Boa Esperança. Dias morreu afogado no Sul da África. E Pero Vaz de Caminha, célebre escrivão do descobrimento do Brasil, que padeceu na Guerra contra os mouros no Malabar (COSTA, 2011).

2.2. O IMPÉRIO MANUELINO

Tão logo a expedição de Gama regressou, D. Manuel I agregou novos títulos aos convencionais “Rei de Portugal e dos Algarves d’aquém e d’além mar em África”, utilizados desde D. Afonso V. Agora, a titulação dizia “Senhor da Guiné e da Conquista, da Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia” (BOXER, 2011, p. 63; COSTA, 2011, p. 41).

O título empregado “Senhor da Guiné” correspondia à larga faixa costeira da África ocidental, batizada genericamente de Guiné.

“Conquista” era uma referência ao direito, obtido por meio das bulas *Dum diversas*, de 1452, *Romanus Pontifex*, de 1455, e *Inter coetera*, de 1456, assim como pelo tratado de Tordesilhas de 1494. A bula de 1452 autorizava o monarca português a atacar e submeter mouros, pagãos e descrentes inimigos de Cristo e a “capturar os seus bens e territórios; a reduzi-los perpétua e a transferir as suas terras e territórios para o rei de Portugal e para seus sucessores” (BOXER, 2011, p. 38). A segunda o autorizava a dominar e converter pagãos que pudessem ser encontrados nas regiões litorâneas entre o Marrocos e a Índia; com a anuência desta Bula, a Coroa havia se tornado detentora de um extenso domínio marítimo, antes mesmo de sequer ter chegado em algumas regiões. A *Inter coetera*, de 13 de março de 1456, “concedia à Ordem de Cristo [...] a jurisdição espiritual sobre todas as regiões conquistadas pelos Portugueses, no presente ou no futuro” (BOXER, 2011, p. 39). Por fim, o Tratado de Tordesilhas garantia que, em se tratando de locais situados 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, os lusitanos tinham o direito de tomar posse e expulsar os infiéis dos territórios sob sua jurisdição.

Ao tomar-se conhecimento das três primeiras Bulas, fica claro o domínio português diante dos outros Estados europeus no que se refere à questão ultramarina. Se pensarmos no episódio em que os tunisianos perguntaram aos viajantes que chegaram na comitiva de Vasco da Gama o porquê de o rei de Castela, da França, ou a senhoria de Veneza não terem mandado expedições para a Índia, e em que a resposta dada fora: “porque o el-rei de Portugal não queria consentir que os mandassem para cá!” (DIÁRIO DE VIAGEM DE VASCO DA GAMA, 1998, p. 75), torna-se nítido que esse relato demonstra a exclusividade lusitana neste assunto. Por isso, antes mesmo de conquistar qualquer coisa de fato, D. Manuel se considerava o Senhor da Conquista.

“Navegação e Comércio” era uma referência clara ao caráter econômico do empreendimento, “pois com esse título o rei arrogava sobre os outros príncipes cristãos o monopólio da navegação e do comércio com a África e o Oriente” (AMADO & FIGUEIREDO, 2001, p. 64).

“Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. “Etiópia” correspondia a uma extensa faixa de terra na África Oriental, onde acreditava-se haver um reino cristão amigo, governado pelo Preste João. A menção de “Arábia, Pérsia e Índia” tratava do direito de “controle da navegação no seio do próprio oceano Índico, portanto em relação a todas as potências costeiras” (THOMAZ, 2008, p. 47), por mais que, com exceção da Índia, os portugueses aportassem somente alguns anos depois da adoção do título.

Para Luiz Filipe Thomaz, a adoção dos títulos assumidos por D. Manuel tinha por objetivo o estabelecimento de suas pretensões imperiais frente a outros reinos cristãos. Curiosamente, percebe-se que o título imperial pretendido pelo monarca lusitano não se referia a um império terrestre convencional, mas sim a um império transcendente, tanto que o monarca não se candidatou ao cargo de Imperador quando, em 1519, seu primo Maximiliano de Habsburgo, imperador romano-germânico, faleceu. Pelo contrário, ele apoiou seu sobrinho Carlos da Espanha, que se sagrou imperador, frustrando os planos do francês Francisco de Valóis.

Apesar dos sucessivos pedidos de pessoas importantes da administração real, como o vice-rei da Índia D. Francisco de Almeida e seu sucessor Afonso de Albuquerque, que em cartas destinadas ao monarca pediram ao rei que assumisse o título imperial, ou mesmo o navegador Duarte Pacheco Pereira no prefácio de *Esmeraldo de Situ Orbis* a chamar D. Manuel de “Nosso César Manuel” ou “Majestade”, título eminentemente destinado ao imperador, visto que em Portugal a tratativa real era “Alteza”, o monarca lusitano nunca assumiu formalmente o título nobiliárquico, ainda que fosse de fato rei de reis, visto as conquistas em África.

As pretensões manuelinas eram as de um Império universal sob batuta cristã, e para a efetivação destes planos seria necessária a destruição dos muçulmanos. Mais uma vez, a história de validação dos anseios dos monarcas portugueses se esbarrava no choque de interesses contra os islâmicos.

Baseada nessas questões, deu-se a Cruzada manuelina. A destruição do bloco islâmico em todos os aspectos era um sonho de D. Manuel, sendo esta idealizada desde o Marrocos, passando pelo sultão do Egito e pelo Império Otomano, e culminando com a tomada de Jerusalém, onde seria estabelecido o centro do império mundial.

Para conseguir essa vitória, era necessária uma união da cristandade contra um inimigo comum. Foi na intenção de se encontrar cristãos na Índia que D. Manuel despachou a frota de Gama.

Nesse sentido, o monarca lusitano enviou ao próprio Papa um chamado de Cruzada Geral. Valentim Fernandes redigiu a *Epístola do sereníssimo príncipe Manuel I, por graça de Deus rei de Portugal excelentíssimo*, na qual exorta catolicamente sua beatitude a vencer os inimigos da Fé e especialmente a arrancar-lhes por força de armas o Santo Sepulcro¹³, e: “[...] roga a Deus que ilumine a inteligência do Papa para que ele possa compreender qual é o verdadeiro interesse da cristandade” (FERNANDEZ *apud* THOMAZ, 2008, p. 94). O pedido do rei não teve grande repercussão, pois à época o sumo-pontífice Júlio II, Giuliano della Roveri, estava muito mais preocupado com as guerras de conquista na Península Itálica.

Apesar desta tentativa de convocar a cristandade contra aqueles que eram chamados de inimigos da Fé, parece que o interesse dos reis europeus repousava nas lutas por poder em um contexto marcado pela perda significativa da jurisdição política da Igreja e pelo fortalecimento das monarquias nacionais. Essas disputas forneceram munições que ajudariam a fazer prosperar o empreendimento luterano alguns anos depois.

2.3. A CRUZADA MANUELINA

Ainda que este existisse em toda Europa, o ideal de cruzada estava fortemente presente na Península Ibérica. Afinal, foi apenas na última década do

¹³Epistola serenissimi principis Hemanuelis primi Dei gratia Portugalliae Regis excellentissimi; responsoria ad Summum Romanum Pontificem qua Beatitudinem suam in fidei hostes debellandos sanctum que se pulchrumarmisab eis vindican dum catholice et potissimum ad bostatur.

século XV que o último bastião mouro, o território de Granada, foi definitivamente conquistado pelos exércitos cristãos.

Os muçulmanos tomaram parte significativa da Espanha visigótica em 711. Sob influência Omíada, a última grande religião monoteísta, fundada em 610 pelo profeta Muhammad, encontrou na península Ibérica solo fértil para seu desenvolvimento.

Por mais de setecentos anos (711 – 1492) os muçulmanos tiveram autonomia política na península, fundaram um califado e postularam influências relevantes sobre a cultura, filosofia, línguas e culinária dos povos ibéricos. Foram gradativamente expulsos do território e, no final do século XV, após a tomada de Granada, organizada pelos reis católicos, deixaram definitivamente a região.

A campanha de reconquista cristã foi fortemente marcada por relatos de intervenção divina, como a presença constante de São Tiago nas sucessivas vitórias cristãs, ou mesmo o aparecimento de Jesus Cristo a D. Afonso Henriques.

As cruzadas e, principalmente na Península Ibérica, a reconquista, marcaram decisivamente o imaginário cristão da baixa Idade Média e do início da modernidade. O ideal de monarca salvador, influenciado pelo ambiente profético, colaborou para o florescimento do imaginário de cunho messiânico, fortemente marcado por tons milenaristas.

Em Portugal, o ideal de reconquista esteve intimamente ligado à fundação do reino, e o perigo mouro iminente desenvolveu entre diversos reis portugueses o modelo de rei cruzado, ou mesmo de rei salvador. Assim foi com D. Afonso I de Borgonha, D. João I, D. Manuel I e D. Sebastião de Avis.

O reino de Portugal assistiu à ascensão de um movimento messiânico nacional que buscou legitimar e assegurar sua autonomia política. Podemos afirmar que a esperança salvacionista lusitana transcendeu a esfera popular, atingiu os setores dirigentes e fixou-se na alma, no modo de ser português.

Voltando-nos para o caso específico do *Venturoso*, vê-se que a política expansionista da Índia frequentemente é lembrada por seu caráter exclusivamente econômico e D. Manuel, como um rei especieiro. Em grande medida, essa interpretação fatalista se deve a vertentes historiográficas que apelaram para a explicação economicista como sendo a única válida para abordar o empreendimento. É claro que a questão econômica inegavelmente

esteve presente, mas em tempos onde a delimitação razão/fé não era clara, devemos compreender a Carreira da Índia também por seu viés místico.

A expedição de Vasco da Gama tinha por objetivo unificar a cristandade contra os muçulmanos e iniciar uma Cruzada, de padrão clássico, objetivando uma ofensiva militar que pretendia a conquista de Jerusalém, de onde, segundo a tradição, o Imperador governaria o mundo. Adiante, entraremos nessa seara, apresentando as expedições manuelinas no Mar Vermelho.

Frequentemente, também o empreendimento português no oriente é entendido como missionário, o que de fato posteriormente foi, mas no final do século XV seu papel era o de buscar, e não fazer, cristãos. Por isso, Gama rezou nos templos hindus pensando estar em igrejas, tomou os sacerdotes por padres e a imagem da deusa hindu Kali por Nossa Senhora, e voltou a Portugal sem se dar conta do próprio erro.

Nesse sentido, a segunda expedição à Índia, agora sob o comando de Pedro Álvares Cabral, tinha por objetivo fortalecer os laços entre os portugueses e os supostos “cristãos do oriente”.

2.4. A CARTA DE D. MANUEL AO SAMORIM DE CALICUTE

Na Carta de 11 de março de 1500 em nome de D. Manuel, possivelmente escrita por Duarte Galvão e entregue ao Rajá indiano por Pedro Álvares Cabral, fica clara a compreensão dos redatores de que o soberano de Calicute era um líder cristão. A missiva inicia da seguinte forma:

Grande e de muito poder, príncipe Samorim, por mercê de Deus, rei de Calicute. Nós, dom Manuel, por sua divina graça, rei de Portugal e dos Algárves, d'aquém e d'além mar em África, Senhor da Guiné, etc., a vós enviamos muito saudar, como aquele que muito amamos e prezamos (MANUEL I, 2001, p. 64).

Feita a devida apresentação, o rei relata a grandiosidade de seus feitos náuticos e descreve como estes aproximavam os portugueses dos irmãos indianos.

[...] E por isso ser verdade mui conhecida por experiência – se com são e verdadeiro juízo quiserdes considerar a grandeza da

novidade e mistério da ida de nossa gente e navios a vós e a essas vossas terras – haveis de fazer nessas partes do Oriente o que todos fazemos nessas do Poente, onde damos muitos louvores ao senhor Deus por fazer ao mundo, em nossos dias e vossos, tantas mercês que nós pudéssemos saber, ouvir, ver e conhecer, e ajuntar e quase vizinhar por conversação prezamos (MANUEL I, 2001, p. 65).

Nesse próximo relato, o monarca demonstra seu caráter de predestinado pela vontade divina, mostrando que há mais de 60 anos os monarcas que lhe antecederam buscavam encontrar o caminho para a Índia, mas Deus quis que ele, D. Manuel, encontrasse em sua primeira tentativa a rota de navegação para essas terras distantes:

[...] E prazendo a Nosso Senhor, quis dar-lhe o fim por nós desejado, quis que aqueles que agora lá foram fizessem de uma só viagem outro tanto caminho até chegar a vós, quanto em todas as viagens passadas estava feito em 60 anos. Estes são os primeiros que logo mandamos, tanto que, por graça de Deus, tomamos o Regimento de nossos reinos e senhorios. Assim que, ainda que esta coisa se veja feita por homens, não se deve julgar por obra de homens, mas só possível a Ele (MANUEL I, 2001, pp. 65 – 66).

A seguir, manifesta a predileção divina por Portugal, pois há muito tempo buscava-se uma rota marítima para o oriente, segundo o monarca desde os tempos dos romanos, mas foi dado aos portugueses ter êxito nesta empreita.

Desde a criação do mundo houve, nessas partes de lá e nestas de cá, grandes poderes e senhorios de príncipes e reis, de romões e outras gentes que possuíram a maior parte da terra, dos quais se lê terem grande vontade e desejos de fazer essa navegação. Trabalharam nisso, mas, naqueles tempos, não aprouve a Deus dar-lhes em suas mãos tal possibilidade; e nós mesmos não poderíamos agora senão o tivéssemos de sua mão e vontade (MANUEL I, 2001, p. 66).

Feito isso, o rei apresenta a ideia de que aqueles que atentarem contra a vontade divina receberão o castigo do próprio Deus. É cabível supor, neste próximo trecho, que D. Manuel esteja fazendo uma ameaça velada ao monarca indiano, tentando obrigar o Samorim a atender as suas proposições:

E, pois, enquanto não quis que isso fosse, todos os homens passados não tiveram poder para o fazer. Não deve ninguém cuidar que, agora que Ele quis, haja homens poderosos para contrariar e desfazer, sendo já agora muito maior mal e injúria contra Deus querer resistir à sua vontade, tão manifesta e conhecida – que seria porfiar contra ela, antes de sabida (MANUEL I, 2001, pp. 66 - 67).

Novamente, D. Manuel retoma o caráter amigável do documento. Baseando-se naquilo que foi apresentado a ele por Vasco da Gama e reforçado pelo converso Gaspar da Gama, o rei tinha plena certeza de que o Samorim era de fato cristão:

E entre as coisas por que damos principalmente muitos louvores ao senhor Deus, neste feito, é por nos ser dito haver nessas partes gentes cristãs, que será o principal nosso desejo, para convosco havermos conversar e nos aproveitar e prestar com grande conformidade de amor e irmandade, como os reis cristãos devem fazer entre si (MANUEL I, 2001, p. 67).

Após isso, D. Manuel, já avisado por Gama sobre os muçulmanos que se ocupavam do comércio no Malabar, parece querer precaver o nobre indiano do perigo das pessoas desta religião; afirma, ainda, que o contato entre o rei português e o Samorim por terra era atrapalhado por eles. Aqui, há uma clara alusão aos Turcos Otomanos, muçulmanos não árabes senhores das terras entre Europa e Ásia que, desde 1453, quando tomaram Constantinopla, impediam a livre circulação terrestre e marítima nessas regiões.

[...] E ele há por mais servido, por tal que a sua santa fé cristã fosse comunicada entre vós e nós e ajuntada, como o foi, por todo o pequeno universo, uns 600 anos depois da vinda de Jesus Cristo, até que, por pecados dos homens, vieram algumas seitas e crenças contrárias – preditas por Cristo – que haviam de vir depois dele, para prova e manifestação dos bons e para todo engano da maldade daqueles que mereciam condenação e perdimento, porque não quiseram receber a verdade para serem salvos. E, portanto, Deus lhes avisou o saber e entender por obrarem erros e crerem mentira e serem condenados; pois não quiseram crer na verdade e consentiram na falsidade; as quais seitas ocuparam, entre essas vossas terras e estas nossas, muita parte da terra, e onde nossa comunicação convosco sendo impedida por terra. E agora está novamente aberta pela nossa navegação, despejada por Deus, a quem nada é impossível; pelo qual, conhecendo-nos tudo isto, e desejando prosseguir e cumprir, como devemos, o que o mui alto Deus tanto nos mostra

ser de sua vontade e serviço, mandamos agora nosso capitão, naus, mercadorias e feitor, que, por vosso prazer, haja aí de estar e fazer (MANUEL I, 2001, pp. 67 - 68).

Como havia sido expresso por Vasco da Gama, a religião cristã indiana tinha algumas características heréticas, o que não apresentava um problema imediato aos portugueses, que desejavam juntar forças contra os muçulmanos. Essa suposta heresia talvez estivesse relacionada ao fato de que o cristianismo que chegou ao subcontinente indiano era o que havia sido pregado pelos apóstolos São Tomé e São Bartolomeu, diferentemente do europeu, que se originava de São Pedro, o apóstolo que pregou em Roma junto a São Paulo. Na busca de tentar homogeneizar a fé, o rei mandou ornamentos eclesiásticos para que os indianos pudessem conhecer a doutrina cristã ocidental:

E também mandamos pessoas religiosas e doutrinadas na fé e religião cristã, também ornamentos eclesiásticos, para celebrarem os ofícios divinos e sacramentos, para possais ver a doutrina da fé cristã que temos – dada e instituída por Cristo Jesus, nosso Senhor e Salvador, a 12 apóstolos, discípulos seus – a qual, depois de sua santa ressurreição, foi por eles geralmente pregada e recebida por todo o mundo, dos quais alguns, a saber, Santo Tomé e São Bartolomeu, pregaram nessas vossas partes da Índia, fazendo muitos e grandes milagres, tirando essas gentes da gentildade e idolatria – em que dantes todo o mundo estava - , e alguns dos ditos apóstolos convertendo-os à verdade da santa crença e fé cristã, ordenando nosso Senhor Jesus Cristo, entre todos seus apóstolos e discípulos, por seu principal vigário, São Pedro, o qual – pregando na grande cidade de Roma, que naquele tempo das gentes e idolatria – padeceu por ele martírio e ali jaz sepultado, onde, desde então e até agora, foi e é instituída pelos santos padres seus sucessores – pela mesma ordenança de Cristo – a principal cabeça e sede da fé e religião cristã, querendo o senhor Deus, segundo se mostra, em Roma – assim como dantes era a madre do erro e falsidade – fosse e permanecesse madre da verdade sob cuja obediência e verdadeira doutrina estamos nós, todos os reis e príncipes e senhorios cristãos (MANUEL I, 2001, pp. 68 - 69).

Logo, mais adiante na Carta, a questão material aparece - lembrando que fé e proveito, nestes tempos, eram faces da mesma moeda:

[...] E por fazedes nosso proveito e proveito de vossas terras, assim temporal como espiritual, apraza-vos receber e adjuntar convosco nossa amizade, trato e conversação, que tão

pacificamente vos apresentamos; por seu santo serviço, receberdes e tratardes nosso capitão e gentes com aqueles são e verdadeiro amor, com que os mandamos a vós (MANUEL I, 2001, p. 69).

Próximo à conclusão, D. Manuel, agora não mais veladamente, claramente ameaça o Samorim caso a “vontade de Deus” não fosse cumprida:

E caso que, para algum, as erradas vontades e espíritos trovadores do bem, que nunca falecem, achemos em vós o contrário disso – o que, por toda a razão, mal poderíamos crer nem esperar de vossa virtude – nosso determinado propósito é de seguir a vontade de Deus, antes que a dos homens, e não deixarmos, nenhuma contrariedades, de prosseguir neste caso e continuar nossa navegação, trato e conversação nessas terras de que o Senhor Deus quis haver novamente por servido por nossas mãos, não querendo que nosso trabalho para o servir fosse debalde, segundo não menos esperamos de sua piedade que siga adiante, porque firmemente cremos e esperamos que – pois Ele fez essas terras e as deu a possuir a vós e a essas gentes dela – Ele ordenara como no céu se faça sua vontade, para que não faleça quem nelas acolha e receba nossa amizade e nossas gentes que lá vão, tanto por seu querer e vontade, e a que Ele tão maravilhosamente abriu o caminho e deu poder para irem elas; a qual coisa, Ele mesmo é sabedor, quanto desejamos que seja [feita] antes por boa paz e amizade a Ele. A Ele praza dar-vos sua graça para conhecerdes as coisas de sua vontade e santo serviço (MANUEL I, 2001, p. 70).

Ao longo da correspondência, o tom messiânico de D. Manuel I fica claro. A vontade de Deus era expressa em suas ações, afinal, ele acreditava ser o escolhido pelos desígnios divinos para fazer universalizar a fé cristã.

Não há registro claro sobre a resposta do Samorim à carta de D. Manuel. Segundo Fernão Lopes de Castanheda (1979), a missiva foi lida por um intérprete e, após a leitura, Pedro Álvares Cabral teria dado ao nobre indiano os presentes vindos do ocidente. Diferentemente dos presentes de Gama, os mimos eram mais requintados, estando à altura do líder. Os regalos eram: maças de prata, bacia d’água, agomil, copa, panos, almofadas de brocado e veludo, figuras etc. O chefe indiano teria agradecido e perguntado para que cada presente servia.

Os presentes trazidos por Cabral também não impressionaram o Samorim, acostumado com o ouro dos mercadores muçulmanos vindos de Meca e Medina, distante 50 dias de navegação de Calicute.

O retorno da expedição cabralina em 1501 revelou o verdadeiro mapa religioso da Índia: “os indianos não apenas eram idólatras ao invés de cristãos, como também na costa ocidental [...] os muçulmanos eram tão numerosos quanto influentes” (THOMAZ, 2008, p. 55).

De fato, a cidade indiana era fortemente influenciada por mercadores árabes, que por vezes eram conselheiros do Samorim. A atividade mercantil no Malabar era dominada pelos muçulmanos, que ao longo de séculos desenvolveram uma rede comercial eficiente e que ligava a Arábia e a costa oriental da África à Índia. “O bramanismo, religião da maioria dos governantes indianos de então [...], desaconselhava viagens por mar, por expor os viajantes a alimentação e a contatos impuros” (AMADO & FIGUEIREDO, 2001, p. 72).

Tão logo a notícia chegou a Portugal, a oposição ao empreendimento do *Venturoso*, cessada após a descoberta da rota marítima, se impôs novamente. Renunciar à campanha da Índia e se limitar à África e ao Atlântico pareciam opções seguras.

D. Manuel não desistiu facilmente de seu projeto imperial depois das duras notícias trazidas por Cabral. Talvez a não-desistência do projeto esteja ligada à persistência messiânica presente em seu círculo de conselheiros, que não só apoiaram o prosseguimento do empreendimento oriental, como também pensaram em uma nova estratégia para vencer os muçulmanos no Índico: procurar com afincamento pelo reino do Preste João na África.

2.5. A PROCURA PELO PRESTE

As cruzadas proporcionaram o contato dos europeus ocidentais com as lendas e mitos orientais. Nesse contexto, é apresentada a eles a história de um reino cristão africano cheio de maravilhas, liderado por um padre que também era rei. Para a cristandade ocidental, a simultaneidade entre os poderes temporal e religioso não era possível. A máxima bíblica “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” foi rigorosamente respeitada, ao menos no período medieval; segundo Le Goff (2013), isso impediu “a cristandade medieval de tornar-se uma teocracia, [tendo esta] recusado por exemplo, a tentativa de

dominação total do papado [...] e as tentativas totalitárias de imperadores Romanos-Germânicos” (p. 385).

Como tratava-se de um mito da cristandade oriental, a ingerência religiosa sobre as questões políticas não era vista como um problema. As lendas atestavam para um reino africano na região da Etiópia onde seu soberano atendia pelo título de Padre João, ou Preste João.

O imaginário sobre as terras sob domínio do padre rei contava com “um rio cuja nascente estava no Éden e que carrega pedras preciosas” (MINOIS, 2011 p. 115). Essas maravilhas e outros aspectos de seu governo estão contidos na *Carta do Preste João*, um falso documento, possivelmente escrito por um sacerdote do Oriente no século XII, endereçado ao imperador bizantino Manuel I Comneno (1143 – 1180). A *Carta*, recheada de manifestações míticas medievais, fazia referência a figuras de elefantes, camelos, hipopótamos, grifos (leões alados) e lâmias (monstros mitológicos com formas femininas). Além disso, ela apresenta uma fonte da juventude, da qual se diz que quem bebe da sua água é conservado na idade de 32 anos, e afirma que essas terras estão a apenas três dias do paraíso de onde Adão foi expulso.¹⁴

A correspondência do suposto monarca africano vai ao encontro da difícil, mas buscada castidade medieval. Isso fica explícito quando se trata das mulheres belíssimas encontradas na região, que apenas em algumas oportunidades se juntam aos homens, todas, para a finalidade única de procriação, e após os encontros são santificadas e retornam a seus aposentos (MINOIS, 2011).

Na *Carta*, o Preste João se apresenta como um rei rico e poderoso, que governa as três Índias.

Elas eram compostas pela Índia maior, convertida ao cristianismo pelo apóstolo Tomé; pelo que os geógrafos atuais chamam de Arábia; e por fim pela África, ou ao menos pelo que dela se conhecia e que corresponde ao Chifre de África, que então se chamava Etiópia (LE GOFF, 2013, pp. 384 – 385).

¹⁴A *Carta do Preste João* pode ser lida em <http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/carta-do-preste-joao>.

Ao longo do tempo, diversos comentários sobre a *Carta do Preste João* vão paulatinamente fixando as terras do monarca mitológico na terceira Índia, que é descrita no documento como África.

A partir do século XII, passam a circular várias suposições sobre a origem do Preste, dentre elas uma de que este teria sido filho de um dos três reis magos, ou que “seria um descendente dos cristãos convertidos pelo apóstolo Tomé, que teria vindo pregar na Índia, na região de Madras” (LE GOFF, 2013, p. 386).

No século XIII, ainda no ambiente marcado pelas cruzadas, vários papas pensaram em utilizar os domínios do reino do Preste João para atacar “por trás” os muçulmanos na Palestina e conquistarem a Terra Santa.

Passado o período das Cruzadas, a questão do domínio de Jerusalém deu lugar às pretensões mercantis. Desde a publicação de *Flor des Estoires de la Terre d’Orient*, do armênio Héthoum em 1307, vislumbrou-se uma possível aliança com o pretense reino cristão da Etiópia, a fim de asfixiar o Egito mameluco que detinha o poder sobre o mar Vermelho, principal rota comercial das especiarias orientais. A ideia era promover um bloqueio às pretensões lucrativas muçulmanas.

Já no final do século XIV, europeus passaram a identificar o Negus abissínia com o Preste João. Negus era o nome dado ao soberano cristão da Abissínia. Esta ideia perdurou ao longo de grande parte do século XV, tanto que “Henrique IV da Inglaterra, em 1400; o Duque de Berry, 1430 – 1432; Afonso V, o Magnânimo, rei de Aragão e das Duas Sicílias [...]” (THOMAZ, 2008, p. 58) mantiveram correspondências com o monarca africano.

Ainda no século XVI, alguns viajantes, como o judeu David Reubeni, asseguravam que o Preste era mesmo o rei da Abissínia. Em seu *Diário*, o israelita, em audiência com o Papa Clemente VII, teria dito: escreva “para mim uma carta [...] ao rei Preste João (ou seja, o Rei da Abissínia)” (REUBENI, 1987, p. 272).

Em Portugal, a procura pelo Preste podia ser vista antes mesmo das pretensões do *Venturoso*. Afonso V e João II enviaram expedições em busca do suposto reino cristão africano. Luiz Filipe Thomaz afirma que as pretensões das primeiras viagens de D. Henrique, o *Navegador*, eram as de encontrar o monarca e pedir sua ajuda contra os marroquinos.

Acreditava-se que a extensão do reino do Preste João no centro africano englobava da África atlântica até as margens do oceano Índico, e que o contato com o rei possibilitaria a passagem da cristandade aos lugares santos do cristianismo, sem a necessidade da passagem por territórios dominados pelos muçulmanos.

Desde a viagem de Vasco da Gama, sabia-se, no entanto, que a Abissínia era muito menor do que se imaginava e que esta não tinha saída para o litoral. Por isso, uma aliança com o Preste deveria ser estritamente militar, sem pretensões comerciais, pela natural ausência de portos. Pedro Álvares Cabral, três anos após a descoberta do caminho para a Índia, “levava instruções de desembarcar em Melinde dois degredados que deveriam, em seguida, tentar alcançar por terra o império abissínio, mas a tentativa não surtiu efeito” (THOMAZ, 2008, p. 60).

Em 1508, Afonso de Albuquerque, futuro governador da Índia, na época Capitão-Mor da costa da Arábia, enviou três emissários África adentro para enfim encontrar a corte do Preste João. Quatro anos depois, um comerciante armênio de nome Mateus se apresentou como emissário do então mitológico rei.

A pretensão manuelina era de adentrar o mar Vermelho e atacar os domínios muçulmanos; para isso, era necessária a ajuda em efetivo militar do Preste João, “já que os portugueses só conseguiriam deslocar ao mar Vermelho cerca de seis mil combatentes” (THOMAZ, 2008, p. 61).

Não demorou para que os opositores do projeto manuelino se levantassem contra Mateus, que logo foi tido como impostor. As causas para tal desconfiança vinham de que, dentre outras coisas, o embaixador afirmava que, na mesa do Preste, toda enfeitada com esmeraldas, comiam 30.000 pessoas. Lisboa, à época, tinha pouco mais de 70 mil habitantes, e estas proporções se davam “sentando-se ao seu lado direito trinta arcebispos e à sua esquerda vinte arcebispos” (BOXER, 2011, p. 37). Mesmo para os padrões do imaginário do século XVI, a narrativa do comerciante parecia absurda, mas Afonso de Albuquerque, um dos ideólogos do Império Manuelino, defendeu até o fim de sua vida a autenticidade do discurso do armênio.

Afonso de Albuquerque, assim como Duarte Galvão, foram os principais entusiastas do projeto imperial manuelino. A historiografia que se ocupa da temática afirma que Galvão foi o ideólogo do messianismo, mas, sem dúvida,

Albuquerque foi o maior executor das tarefas imperiais do monarca português. Governador da Índia entre os anos de 1509 e 1515, Albuquerque empreendeu diversas ofensivas contra as pretensões comerciais muçulmanas no Índico e comandou a expedição portuguesa no Mar Vermelho.

Em carta de 1513 enviada a Albuquerque, Duarte Galvão aconselhava o governador a desembarcar no oeste árabe e marchar até Meca a fim de destruir a Caaba e o túmulo de Maomé, que acreditava-se estar na cidade mais sagrada do Islã e não em Medina, como se sabe na atualidade. A missiva transcrita por Sanjay Subrahmanyam (2012) diz:

Agora me parece, segundo disse a el-Rei, que na perdição da Cristandade, pela vinda de Mafamede, se ordenou, por mistério de Deus, que o Preste João ficasse la nessas partes, com suas terras e gentes, na fé e verdade de Cristo, por tal que quando se cumprisse esse outro mistério da nossa navegação e da ida a essas partes, achassemos lá cristãos e gentes com que mais ligeiramente se pusesse as mãos a Mafamede em Meca, sua principal sede, a qual verão combatida per cristãos, [até agora] tam fora de se cuidar (p. 148).

Ainda na mesma correspondência, Galvão, certo do destino manifesto por Deus ao projeto imperial manuelino, escreveu:

Por tal que, assi como por doze apóstolos foi desfeita a idolatria, e esta crescida a fé catholica, assim per portugueses, poucos e sem poder pera isso, seja começado desfazer Mafamede e sua perversa seita (*apud* SUBRAMANYAM, 2012, p. 148).

Em 1515, Duarte Galvão foi nomeado embaixador português junto à corte do Preste João. Partiu com uma armada rumo ao Mar Vermelho, onde desembarcaria e seguiria até a Etiópia (Abissínia), na companhia de Mateus. Neste mesmo ano, Albuquerque foi substituído por Lopo Soares de Albergaria, que, ao contrário de seu antecessor, não acreditava nos projetos de D. Manuel junto ao Preste. Segundo Luís Filipe Thomaz (2008):

As expectativas messiânicas que tinham levado o cronista e secretário do Rei, já septuagenário, a aceitar a missão arriscada não foram suficientes, para fazê-lo aceitar o comando de uma armada. Ele abdicou da tarefa, preferindo – erro fatal – navegar sob o comando de Lopo Soares. Foi assim que a missão de iniciar as relações oficiais entre Portugal e Etiópia e,

consequentemente, de estabelecer a grande aliança que teria golpeado o Islã em cheio, coube a um homem que simplesmente não acreditava nela. O resultado foi catastrófico: Lopo Soares só foi ao Mar Vermelho em 1517, e conduziu a expedição como um passeio; ele não aceitou a rendição de Adém, que ele encontrou a sua mercê sem ter que desferir um golpe sequer; não combateu a esquadra turca que encontrou em Jiddah; e, depois que a idade, o cansaço e o calor acabaram com Duarte Galvão em Kamaran, ele regressou à Índia sem ter desembarcado Mateus na Eritréia (p. 62).

Foi apenas em 1520, já no governo de Diogo Lopes de Sequeira, que Mateus restabeleceu o contato com as autoridades que lhe enviaram ao rei português. O governador da Índia, em contato com *barnagais*, governador da Eritréia, vassalo do Preste João, pôde comprovar não só que a missão de Mateus era verdadeira, como também que existia intenção de acordo entre o reino da Etiópia e o reino de Portugal.

A notícia deste encontro fez com que D. Manuel, em abril de 1521, mandasse redigir duas importantes cartas do expansionismo português no Oriente: *Carta das Novas que Vieram a El-Rei Nosso Senhor do Descobrimento do Preste Joam e Verdadeira Informação das Terras do Preste João*, ambas publicadas em língua vernácula.

Logo após a impressão das cartas, o Papa Leão X, possivelmente requerendo que o domínio religioso sobre a região estivesse sob sua jurisdição,

[...] redigiu cartas ao Negus felicitando-o pela aliança que ele acabava de estabelecer com o rei de Portugal e concedendo-lhe os favores que este havia pedido para seu novo aliado. No mesmo dia [...] escreveu ao clero etíope, incitando-o a perseverar na fé e dar graças a Deus pela santa aliança que, finalmente, se delineava (THOMAZ, 2008, p. 63).

A ideia de publicar as cartas em português não era propriamente baseada nos interesses propagandísticos com relação a outros reis cristãos. Se assim fosse, teria as escrito em latim. Pequeno foi o empenho em divulgar aos portugueses os feitos da expansão manuelina sobre a África, pois “o público português era o que estava melhor informado sobre o exotismo do mundo ultramarino” (COSTA, 2011, p. 371). O objetivo destas cartas era desestabilizar a oposição diante do fato de estarem superados, e comprovar o sucesso das

pretensões imperialistas do monarca, além de fortalecer a opinião pública sobre o caráter divino da expansão lusitana.

Ao mesmo tempo da descoberta de que os indianos, em sua maioria, não eram cristãos, e de que os muçulmanos controlavam, com o apoio do Samorim, a costa do Malabar, a descoberta do “verdadeiro” Preste João restabelecia a natureza messiânica do reinado de D. Manuel. O contato com o Preste parecia iniciar uma nova era de ouro no reinado, pois enfim um monarca europeu havia encontrado o reino cristão africano, atestando não se tratar de uma lenda. Pensava-se que era o início de uma união com os irmãos africanos a fim de derrotar os muçulmanos na última Cruzada, no mar Vermelho, e reconquistar a Cidade Santa de Jerusalém, onde o Imperador dos Últimos Dias reinaria.

2.6. A MORTE DO VENTUROSO

Estas descobertas poderiam iniciar uma nova fase no expansionismo português no oriente, mas um fato inesperado pôs a perder os esforços. Em 13 de dezembro de 1521, menos de seis meses depois da publicação das Cartas, o *Venturoso* faleceu.

Apesar de Thomaz afirmar que D. João III não tinha as pretensões de seu pai e que o projeto imperial findava com D. Manuel, sabemos hoje que o *Piedoso* se mostrou aberto aos interesses de David Reubeni, embaixador judeu que esteve em seu reino por volta dos anos 1525, de uma união da cristandade com os judeus a fim de tomar a cidade de Jerusalém. No entanto, para além deste relato, não existem documentos que demonstrem a afeição do filho do *Venturoso* pelos projetos cruzadísticos de seu pai.

Na primeira metade do século XVI, o ideal messiânico alcançou outras proporções e ampliou sua influência nas diversas camadas da sociedade portuguesa. Foi nesse momento que o messianismo régio cristão se fundiu ao messianismo judaico e constituiu uma nova atmosfera de espera redentora, o Sebastianismo.

No reinado de D. João III, entre os anos trinta ou quarenta do século XVI, Gonçalo Annes, chamado Bandarra, sapateiro em Trancoso alimentado pelo messianismo fortemente presente entre os sefarditas e os resquícios do

imperialismo luso, escreveu trovas de sentido ambíguo mostrando a grandeza portuguesa e apresentando a ideia de um rei *encoberto* que recolocaria Portugal no lugar de destaque na expansão da fé no mundo. Concomitantemente ao ideal salvacionista cristão expresso em D. Manuel I, os cristãos-novos, antigos judeus batizados à força em 1497, passaram a ver os anos finais do século XV e os iniciais do XVI como os preparatórios para a vinda do Messias prometido nas escrituras. Em nossa próxima unidade, nos deteremos sobre a compreensão das transformações do messianismo judaico e das “dores do parto” da Era Messiânica entre os Sefarditas em Portugal.

3. O MESSIANISMO JUDAICO

O messianismo é parte fundamental da religião judaica e a crença na redenção do povo escolhido assumiu características diversificadas ao longo da história. Definir “messianismo”, ou mesmo fundamentar a ideia messiânica na história dos judeus, é uma tarefa que por si só renderia uma nova tese. Nosso objetivo é traçar um panorama histórico do messianismo judaico culminando com a onda de fervor messiânico em Portugal em fins da Idade Média e alvorecer da modernidade.

O substantivo *Mashiach* é recorrentemente utilizado na Bíblia Hebraica para objetos ou pessoas consagradas e ungidas por Deus, como reis, sacerdotes, profetas, patriarcas e até mesmo gentios, como Ciro, o medo-persa, descrito por Isaías como servo das vontades divinas, a quem o Senhor toma pela “mão direita para abater nações diante de sua face, e descingir os lombos dos reis; para abrir diante dele as portas, e as portas não se fecharão” (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Isaías 45: 1).

Apesar da recorrência do termo, a teologia hebraica não prevê um Messias com contornos escatológicos, como assumiu a temática ao longo dos séculos. Os hebreus, principalmente nos períodos patriarcal e dos juízes, influenciados pelas culturas do oriente próximo, assumiram uma compreensão cíclica da história, em grande medida por compreender que a vida humana e social obedecia aos critérios da natureza. De forma geral, as fases eram: idolatria, tribulação, penitência e socorro. Esse ciclo se repetia de tempos em tempos, de modo que não existia um fim para a história, apenas alguém, ou algo, que colocava o curso da história de volta nos trilhos, como o medo-persa descrito acima.

Sobre a ideia, Zwi Werblowsky (1972), no capítulo *O Messianismo da História Judaica* da obra *Vida e Valores do Povo Judeu*, afirma que as:

[...] tribos que cruzaram o Jordão com Josué e conquistaram a terra de Canaã não tinham motivações nem precisavam de crenças messiânicas. Eles não eram, afinal a geração para quem a promessa fora feita, mas aquela na qual a promessa aos patriarcas estava sendo cumprida (p. 20).

A história do povo Hebreu alcançou seu auge durante o reinado de Davi, especificamente quando este conquistou Jerusalém, na fronteira entre as montanhas de Efraim e o território de Judá. A cidade, que pertencia aos jebuseus, tornou-se o centro da vida religiosa e política dos israelitas (LEFTTEL 2010).

Os quase oitenta anos dos reinados de Davi e de seu sucessor, Salomão, foram marcados pelo expansionismo territorial e por sucessivas vitórias sobre os filisteus, inimigos históricos que tiveram seu território reduzido a uma pequena faixa na região costeira sul de Canaã. Esse período ficou marcado pela consolidação política e solidificação religiosa, afinal, foi Salomão quem erigiu um Templo de adoração ao Deus hebreu.

O período dos reinados de Davi e Salomão ficou conhecido como a Idade de Ouro da história hebraica. De certa forma, os reis judeus, por algum tempo, contiveram o ciclo anterior da história.

O que se viu depois do reinado de Salomão foram guerras civis, separação e invasões estrangeiras. A tranquilidade da Idade de Ouro foi substituída por “opressão sem alívio e iniquidade por regra” (WERBLOWSKY, 1972, p. 21). A percepção cíclica da história se metamorfoseou em uma maneira linear de compreensão do mundo. As angústias do tempo presente traziam elucubrações sobre um futuro esperado e o porvir era marcado pela salvação e reedição da dinastia davídica.

Gershon Scholem, grande estudioso da mística, definiu a cultura judaica a partir do desenvolvimento dos conceitos de revelação e tradição. Revelação trata da “Torá escrita”, revelada por Deus através de Moisés. Já a tradição remete à “Torá oral”, que teve por objetivo a aplicação da revelação no curso da história. A revelação é a lei, e a tradição a viabilidade da lei, como apresenta o autor:

[...] a revelação vige como uma voz que desde o Sinai ressoa através do mundo, uma voz que na verdade tem som, mas não significado imediato. Ela representa antes o interpretável que necessita de interpretação por meio da linguagem para ser entendida. Assim, a Tradição no judaísmo é entendida como “Torá oral”, a voz de Deus, tornada falável, que somente nela se faz interpretável, convincente e compreensível. Tal é a grande linha da tradição no judaísmo como uma tentativa, portanto, de

tornar pronunciável e aplicável a palavra de Deus em uma ordem de vida determinada pela revelação (SCHOLEM, 1999, p. 131).

O messianismo, doutrina redentora que prevê uma nova ordem para o mundo, mudanças catastróficas no curso da história e a restauração de um tempo ideal, apesar de presente nos textos bíblicos, pouco tem a ver com o fim dos tempos. Não existe uma reflexão na Torá oral que possibilite uma aplicabilidade na tradição e que trate sobre questões pertinentes ao fim dos tempos. A fonte que sustenta o messianismo na cultura está ligada à experiência histórica judaica no mundo e, principalmente, segundo Scholem (1999), à “réplica dessa experiência na imaginação dos judeus” (p. 131).

O antissemitismo, os *pogroms*¹⁵ e as perseguições religiosas, institucionalizadas ou não, foram combustíveis para a *práxis* messiânica ao longo da história judaica pós-bíblica.

3.1. A PRESENÇA JUDAICA NA PENÍNSULA IBÉRICA

A destruição de Jerusalém na década de 70 da era cristã foi um marco na história judaica. Este acontecimento marcou a dispersão dos judeus pelo mundo. Nesse momento, surgem dois grandes ramos do judaísmo ocidental, os ashkenazitas¹⁶, dispersos pelo norte e centro do continente europeu, falantes do iídiche, e os sefarditas, concentrados na Península Ibérica e norte da África, falantes do ladino ou judesmo, uma variante do hebraico combinada com o latim.

¹⁵ Ataques populares às comunidades judaicas.

¹⁶ Ashkenaz é um dos descendentes de Noé no relato bíblico. Fontes Talmúdicas identificam a Germânia com Gomer, pai de Ashkenaz. Historicamente, os ashkenazitas ou “descendentes de Noé” estavam dispersos pela atual Alemanha (a oeste do Elba), França, Inglaterra, pelos Países Baixos, pela Suíça e pelo Norte da Itália. Estima-se que sua população girasse em torno de 20 mil pessoas às vésperas da primeira Cruzada, no século XI (VAINFAS, 2010, p. 26). No livro de Jeremias, o capítulo 51, no verso 27, faz referência a Asquenaz – “Levantai uma bandeira na terra, tocai a trombeta entre as nações! Consagrai contra ela reinos – Ararat, Meni e Asquenaz – estabelecei contra ela um oficial de alistamento. Fazei subir cavalos, como gafanhotos eriçados”.

É possível que a presença israelita na Península Ibérica tenha se iniciado antes mesmo da *galut*.¹⁷ A respeito disso, existem algumas teorias apócrifas, como a história do profeta Jonas, que teria sido engolido por um grande peixe:

Levanta-te, vai a Nínive, a grande cidade, e anuncia contra ela que a sua maldade chegou até mim. E Jonas levantou-se para fugir para Társis, para longe da face de Iahweh (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Jonas 1: 2 - 3).

A cidade de Társis, para a qual o profeta teria fugido, muitas vezes é identificada como a colônia fenícia de Tartessos, localizada na Península Ibérica. Sobre essa possibilidade, o comentarista da Bíblia de Jerusalém descarta quaisquer relações entre a cidade citada na Bíblia e a colônia fenícia.

Outra possibilidade de explicação da presença judaica na Península Ibérica, antes da dispersão ocasionada por Tito, é apresentada no livro do profeta Abdias, ou Obadias: “Os exilados (eram no início) dos israelitas tomarão posse do país de Canaã até Sarepta, e os exilados de Jerusalém, que estão em Sefarad, tomarão posse da cidade do Negueb” (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Abdias, 20.). A palavra Sefarad apresentada no texto bíblico é recorrentemente traduzida como Hispânia, tanto que os judeus dispersos na Península Ibérica são convencionalmente chamados de sefarditas, como afirmamos anteriormente. Essa possibilidade surgiu com o *Targum*¹⁸ de Jonathan, que traduziu Sefarad por Ispamia ou Spamia e na tradução siríaca por Ispania ou Espanha. Por isso, “a partir do século VIII, Sefarad passou a ser a designação hebraica corrente para a Península Ibérica” (MUCZNIK, 2009, p. 498). Apesar da relação ainda presente entre Sefarad e Espanha, a possibilidade de Abdias estar se referindo à Península Ibérica é pouco provável, por conta de “[...] descobertas recentes em Sardes, capital da Lídia, na Ásia Menor, de uma inscrição bilíngue em aramaico e grego, [que] foi identificada como sendo Sefarad mencionada no profeta” (MUCZNIK, 2009, p. 498).

No Concílio de Elvira, realizado na Hispânia romana no século IV, os clérigos envolvidos determinaram que, a partir daquele momento, ficavam

¹⁷ Exílio, que também é sinônimo de *Diáspora*, palavra de origem grega que significa dispersão, deslocamento de populações ou etnias por motivos históricos variados. No caso judaico, a *diáspora*, além de *Galut*, também é chamada de *Tefutzah*, tradução hebraica para dispersado (VAINFAS, 2010, p.26).

¹⁸ Tradução Aramaica da Bíblia.

proibidas as relações matrimoniais entre judeus e cristãos. O Concílio também proibia a presença de judeus em lugares reservados para alimentação cristã.¹⁹

Apesar das suposições apoiadas por relatos bíblicos ou literários, a fonte arqueológica mais antiga da presença judaica na região é uma estela encontrada em Mértola, na região do baixo Alentejo, sul de Portugal. Esta inscrição funerária apresenta uma *menorah* (candelabro de sete pontas) e uma inscrição latina referindo-se a um indivíduo que descansou no “quarto dia das Nonas de outubro de 520, o que no nosso calendário corresponde ao dia 4 de outubro de 482” (DIAS, 2009, p. 212).

O fato de a inscrição estar em latim não representa um fator contrário às alegações da presença judaica, o que nos leva a crer que a comunidade estava assimilada aos costumes da vida local.

Após a queda do Império Romano do Ocidente, os sefarditas passaram por um processo de ruralização comum às populações europeias dos séculos V e VI. Os judeus, que até então se concentravam em cidades, voltados, sobretudo, a uma intensa atividade mercantil, passaram a viver como camponeses. Nestes termos, a aparente tranquilidade destoava das perseguições que desde tempos remotos os afligiam. Essa suposta vida de quietude e liberdade religiosa não durou muito tempo. Após a conversão do rei visigodo Recaredo, que abandonou o arianismo e assumiu o catolicismo, uma série de leis buscaram erradicar o judaísmo na Península Ibérica, ou forçar a conversão sefardita ao cristianismo, antecipando o que viria a acontecer definitivamente no século XV.

No século VIII, em meio à conquista islâmica da Península Ibérica, os sefarditas saudaram e lutaram em favor do exército invasor contra os opressores cristãos.

Os Omíadas, com o califado sediado na cidade de Córdoba, no sul da Península, destacaram-se pela tolerância intercultural e, por isso, o período no

¹⁹ [...] 16. Hereges não devem ser unidos em matrimónio com as meninas católicas a menos que aceitem a fé católica. Meninas Católica não pode se casar com judeus ou hereges, porque não conseguem encontrar uma unidade, quando os fiéis e os infiéis se unem. Os pais que permitem que isso aconteça não devem comungar por cinco anos. [...] 49. Senhorios não são para permitir que os judeus para abençoar as culturas que receberam de Deus e para que tenham oferecido graças. Tal ação faria a nossa bênção inválida e sem sentido. Qualquer um que continua esta prática deve ser expulso completamente da igreja. [...] 50. Se algum clérigo ou leigo come com os judeus, ele ou ela será mantida em comunhão, como forma de correção (CONCÍLIO DE ELVIRA).

qual os judeus estiveram sob sua jurisdição ficou conhecido como Primeira Idade de Ouro dos sefarditas.

Esta convivência durou até o século XI, quando o califado passou por uma desestruturação interna que colocou em xeque estas convivências. Com isso, comunidades judaicas importantes foram destruídas em meio a guerras de disputas de poder entre os muçulmanos.

Já nos séculos seguintes, a situação passou a ser insustentável, principalmente quando os Almóadas assumiram o controle do califado e intensificaram as perseguições. O momento em questão foi marcado por forte migração judaica, cujos membros deixaram os territórios islâmicos rumo ao norte cristão.

Sob o domínio cristão, os judeus gozaram de liberdade religiosa e assumiram papéis de grande importância, tais como recebedores de rendas, cobradores de impostos e, no caso português, no reinado de D. Afonso Henriques, foram nomeados como banco supletivo e vendedores ambulantes em todo o país (DIAS, 2009).

Enquanto os judeus eram perseguidos no restante da Europa, principalmente após o IV Concílio de Latrão de 1215, que determinou, entre outras coisas, o uso de vestes diferentes para os judeus, na Península Ibérica os sefarditas estavam integrados à comunidade. Este período ficou conhecido como a segunda Idade de Ouro do judaísmo ibérico, marcado pela proteção institucional e por leis que colocavam cristãos e judeus em igualdade jurídica.

O tempo de vantagens e proteção oferecidas aos judeus chegou ao fim em meados do século XIV, quando, por uma disputa sucessória pelo trono de Castela, os judeus se viram obrigados a tomar partido, visando sua preservação.

A disputa foi travada por Pedro, o cruel – herdeiro legítimo do trono –, contra o seu irmão bastardo Henrique de Trastámara. Os sefarditas optaram por apoiar Pedro, herdeiro legítimo da coroa; isto mostrava uma tendência há muito observada, pois, nas palavras de Leon Poliakov (1996), os judeus eram “legalistas por prudência, bem como por tradição” (p. 127), permanecendo fiéis ao rei legítimo.

O conflito terminou em 1366 e sagrou o bastardo como vencedor. O novo rei de Castela não tardou em empregar esforços contra seus inimigos. Já na

década de 1370, os judeus passaram a ser perseguidos e reprimidos no reino de Henrique, sendo que na década seguinte, um Édito real declarou que o “cativeiro era o que cabia naturalmente aos judeus” (VAINFAS & HERMANN, 2005, p. 22).

A última década do século XIV é extremamente importante quando buscamos compreender o fenômeno da conversão judaica em massa ao cristianismo, pois ela mostrou um alastramento do antissemitismo que se estendeu para os demais reinos ibéricos, como Catalunha e Aragão. Mas como compreender este momento tão trágico e ao mesmo tempo tão volúvel contra a comunidade judaica? Joseph Pérez, citado por Jacqueline Hermann e Ronaldo Vainfas, apresenta duas explicações, uma sociológica e outra conjuntural:

A explicação sociológica: o fato de muitos judeus, apesar da crise castelhana mencionada, desfrutarem de posições elevadas não só como comerciantes, se não como agentes dos reis e nobres em várias partes. Havia também os coletores de impostos, usurários, comerciantes de grosso trato, revendedores de grãos. A explicação de conjuntura: O alastramento da Peste Negra, que foi tardio na península, associado à fome e à depauperação da população urbana e rural em várias partes (PÉREZ, 1971 *apud* VAINFAS & HERMANN, 2005, p. 23).

A perseguição aos judeus foi implacável. Sinagogas destruídas e assassinatos em massa motivaram parte significativa da comunidade a se converter ao cristianismo, impedindo o alastramento e a intensificação das perseguições. É certo que os conversos, nome e estatuto jurídico pelo qual ficaram conhecidos os sefarditas que tinham optado pelo cristianismo, foram motivados por questões circunstanciais quando optaram pela conversão. Muitos abraçaram sinceramente a fé nova, como nos casos do médico Josué de Lorca, que assumiu o nome cristão Jerônimo de Santa Fé, e do ex-rabino Salomão Halevi, que acabou assumindo o nome Pablo de Santa Maria e encerrando seus dias como bispo de Burgos, cidade na qual fora sacerdote judaico. Outros continuaram a praticar o judaísmo secretamente ou nem mesmo chegaram a passar pelo processo de conversão, continuando judeus até a expulsão.

O matrimônio entre Fernando, rei de Aragão, e Isabel, rainha de Castela, em 1469, foi o início da unificação espanhola, em uma nação dividida “nas leis,

nas línguas, nos sistemas jurídicos e nas religiões” (VAINFAS & HERMANN, 2005, p. 25). Acreditando-se que o primeiro passo para a unidade nacional seria a unidade religiosa, um tribunal inquisitorial foi instaurado. O seu principal objetivo era fortalecer o catolicismo e reprimir e condenar as heresias no seio da Igreja. Nesse momento, os Conversos, que tinham seu poder de jurisdição restrito ao cristianismo, foram os principais alvos da Inquisição. Nesta linha de raciocínio, os sefarditas que abraçaram a fé em Cristo enquadravam-se nos planos inquisitoriais.

Após a instauração do tribunal nos reinos de Castela e Aragão em 1478, vemos a primeira leva de imigração sefardita atravessando a fronteira e se exilando no reino de Portugal.

Os acontecimentos do ano de 1492 foram decisivos na história judaica espanhola. Em janeiro, as tropas espanholas entram em Granada, último reduto muçulmano na Península Ibérica, e coroam 700 anos de batalhas de reconquista. No mês de março, foram os judeus que foram expulsos dos territórios castelhano e aragonês.

Na década de noventa, o número de judeus em Portugal era de aproximadamente 15 mil (MARQUES, 2009). Após a expulsão dada nos reinos vizinhos, esse número deu um salto exponencial. A contagem exata da quantidade de judeus que atravessaram a fronteira ainda hoje é uma incógnita. Para o judeu português Gedalya ibn Yahya, foram 300 mil, número confirmado por Isaac Abravanel, judeu exilado em Castela que, na época, imigrou para Veneza. Abraão Zacuto, astrólogo dos reis D. João II e D. Manuel I, chegou à quantia de 150 mil. Mas o cálculo mais preciso foi feito pelo cronista castelhano Andrés Bernáldez, contemporâneo do episódio e padre na cidade de Los Palácios. Segundo ele, foram 93 mil judeus que buscaram refúgio em Portugal, sendo que:

- 3000 saíram de Benavente e entraram em Portugal via Bragança.
- 30.000 saíram de Zamora e entraram em Portugal via Miranda do Douro.
- 35.000 saíram de Ciudad Rodrigo e entraram em Portugal via Vilar Formoso.
- 15.000 saíram de Alcántara e entraram em Portugal via Marvão.

- 10.000 saíram de Badajoz e entraram em Portugal via Elvas. (BERNALDÉZ, s/d p. 257 *apud* SOYER, 2013, p. 131).

Em Portugal, os sefarditas estavam integrados à cultura local, viviam uma vida intelectual pujante e estavam ligados ao processo de expansão náutica que marcou a história desse reino.

As relações entre judeus e cristãos remetiam aos primeiros tempos dos Borgonha, que concederam a eles proteção contra eventuais surtos persecutórios, em grande medida levados a cabo por questões econômicas. Os sefarditas foram importantes na consolidação e ocupação do território, além de decisivos na efervescência comercial e desenvolvimento econômico do reino.

É de 1446 a primeira compilação de leis portuguesas que restringiu algumas atividades judaicas. As Ordenações Afonsinas, de D. Afonso V, condenavam a união matrimonial mista e a presença de judeus em tabernas de cristãos. Efetivamente, tais leis tiveram muito mais sucesso retórico do que prático, pois poucos foram os judeus condenados por infringirem as regras.

Segundo Ferro Tavares (1982), a situação judaica em Portugal ao longo do século XV era privilegiada se comparada à dos demais judeus da Península. Os poucos enfrentamentos entre cristãos e judeus foram motivados mais por objetivos econômicos do que pelo ódio religioso.

A expulsão dos judeus espanhóis em 1492 culminou com o reinado de D. João II em Portugal. Sabendo da importância econômica, o monarca não restringiu a entrada em massa de judeus no reino, desde que estes pagassem quantias que variavam dependendo do ofício que exerciam e da localidade onde se estabeleceriam, mas a média era de 4 a 8 cruzados por cabeça. Em Lisboa, a coleta de impostos ficou a cargo de Fernando Afonso, que captou 8.390.220 reais; em Évora, o coletor foi João Mendes Cicioso, que recebeu um total de 8.951.312 reais. Juntas, sem considerar as outras cidades, Évora e Lisboa coletaram a enorme quantia de 17.341.532 reais em impostos de judeus imigrados de Castela (SOYER, 2013). Aqueles que eventualmente não pudessem contribuir com o fisco tornar-se-iam cativos da fazenda real.

A chegada do número significativo de judeus estremeceu as relações entre sefarditas e cristãos em Portugal. De fato, uma comunidade que contava

com 15 mil almas no início da década de 90 tornou-se 15% da população (CORRÊA, 2013) entre março de 1492 e outubro de 1497, algo em torno de 120 mil pessoas. Com exceção do Estado de Israel, nenhuma nação ao longo da história alcançou um índice tão elevado de presença judaica em seu território. Áreas de ação restrita a cristãos passaram a sofrer com a competitividade judaica, e essa situação se agravou ainda mais com o batismo forçado, como veremos.

No reinado de D. Manuel I, Portugal se efetivou como potência náutica e investiu nos judeus como fonte de sucesso de seus empreendimentos, concedendo aos israelitas o inédito estatuto de cidadãos comuns da corte. Em seu pronunciamento de posse, o rei ressaltou a importância judaica e exortou as cortes reunidas em Montemor-o-Novo para que não os fizessem mal.

[...] recomendamos e mandamos que logo tomem medidas e não consintais que aos judeus seja feito nenhum mal nem outro dano mas que sejam protegidos e amparados como sempre foram porque não aceitaremos o contrário e responderemos com a justiça. E se assim o fizerdes vo-lo agradeceremos muito e o teremos como grande serviço (*apud* MAGALHÃES BASTO, 1940, p. 121).

3.2. A UNIÃO DE D. MANUEL I COM A INFANTA ISABEL E O BATISMO FORÇADO

O cenário político europeu estava marcado pela rivalidade entre as duas potências europeias nas décadas finais dos quatrocentos, França e Espanha. E a acentuação dessa rivalidade se materializou na invasão de Carlos VIII de Valóis a Nápoles, território aragonês, em 1495. Neste contexto, Portugal emergiu como uma peça fundamental no xadrez diplomático europeu, afinal:

[...] a longa linha de costa que serpenteava de Calais até Marselha estava apenas nas mãos de três soberanos – os dois rivais e o português, pelo que a orla costeira lusa ganhou uma importância acrescida, que condicionaria as relações de Portugal com essas duas monarquias, como se verificou no reinado de D. Manuel I (COSTA, 2011, p. 117).

A predileção portuguesa recaía sobre os franceses e isso estava ligado às questões históricas entre os Avis e Castela, tanto que D. João II havia enviado

diplomatas a Carlos VIII buscando apoio caso decidisse pela sucessão de seu filho D. Jorge ao trono (COSTA, 2011; SOYER, 2013). Os Reis Católicos, que sempre apoiaram a elevação de D. Manuel ao trono, buscaram acabar com as rivalidades entre Portugal e Castela e, no contexto de negociação do apoio contra as pretensões dos Valóis, propuseram ao *Venturoso* que oferecesse a mão de uma de suas filhas em casamento.

A princípio, a princesa escolhida foi D. Maria, de apenas 14 anos, quarta na linha de sucessão das coroas de Castela e Aragão. Mas, ao longo das negociações, D. Manuel preferiu D. Isabel, a mais velha e a segunda na linha de sucessão, atrás apenas de João das Astúrias, príncipe herdeiro que, em tese, efetivamente unificaria o trono das monarquias hispânicas.

A proposta de D. Manuel foi acatada pelos Reis Católicos, que já haviam prometido Joana, a terceira na linha de sucessão, a Filipe de Habsburgo, filho do imperador romano germânico Maximiliano. Ele ainda casou João das Astúrias com Margarida, irmã de Filipe. Essa política de casamentos pressionava o reino da França entre os aliados de Fernando e Isabel.

Para a efetivação do contrato matrimonial entre o *Venturoso* e a Infanta Isabel, D. Isabel, a católica, ordenou a expulsão de todos os judeus e mouros do território de seu genro, que, depois de alguma relutância, acatou o pedido.

Em 30 de novembro de 1496, foi concretizada a união entre a infanta Isabel e D. Manuel, e aos judeus que estavam em território português foram dados, a partir de 24 de dezembro de 1496, dez meses para deixar o reino. Aqueles que não obedecessem estariam sujeitos à pena de morte e ao confisco de bens.

Historiadores e cronistas como Alexandre Herculano (2009) e o rabino Meyer Kayserling (2009) afirmam que, ao negociar o casamento com a infanta Isabel, D. Manuel I pretendia se colocar na linha de sucessão das casas dinásticas espanholas e, quem sabe, unificar a Península Ibérica sob a égide portuguesa. Durante anos, a historiografia apresentou o *Venturoso* como um ambicioso e calculista estrategista que, em última instância, estaria disposto a sacrificar a minoria judaica para validar seus planos. François Soyer (2013) contesta a narrativa construída em torno deste tema; segundo o historiador, o interesse do monarca português era o de conseguir, junto a Isabel e Fernando, uma paz regional duradoura que o desse tranquilidade para executar suas

verdadeiras pretensões: concluir a viagem de exploração rumo às Índias e liderar cruzadas contra os muçulmanos no Marrocos.

Uma aliança com Aragão e Castela também o ajudaria quando apresentasse seus planos junto ao Papa Alexandre VI, de origem castelhana. Afinal, para se iniciar uma Cruzada, seria necessária uma Bula Papal. Em setembro de 1496, Rodrigo Borja outorgou as bulas *Redemptor noster* e *Coginus jubente*. *Redemptor noster* ordenava os portugueses a apoiarem o seu rei, concedendo àqueles que ajudassem financeiramente na cruzada real uma indulgência perpétua. Em *Coginus jubente*, o Papa se comprometia em ceder a quantia do dízimo eclesiástico português para financiar os empreendimentos militares no norte da África.

O empreendimento no norte africano seria precedido pela concretização da carreira das Índias. Existia um consenso entre o rei e seus conselheiros mais próximos de que a chegada às Índias marcaria um novo momento para a cristandade, pois a união dos cristãos ocidentais com os supostos cristãos orientais asfixiaria a ação muçulmana na larga extensão terrestre entre o oriente próximo e o norte da África.

O monarca, que há pouco havia elevado os judeus ao status de cidadãos comuns da coroa, não tinha interesse na sua expulsão; pelo contrário, sabia da importância dos “[...] serviços que homens como o astrônomo e astrólogo Abraão Zacuto, expulso de Castela abrigado em Portugal, prestaram para os avanços náuticos do reino” (VAINFAS & HERMANN, 2005, p. 23). Em outras palavras, D. Manuel tinha plena consciência da importância judaica na prosperidade de seu reino. Por isso, voltou-se, enquanto o prazo de expulsão não se esgotava, para uma ostensiva política que previa a conversão em massa dos sefarditas. Conquistando tal proeza, estaria de acordo com os desígnios do contrato matrimonial e ainda contaria com os principais agentes econômicos do reino.

As medidas adotadas por D. Manuel para alcançar êxito em seus objetivos começaram ainda em 1496, quando determinou que os judeus poderiam somente sair em transportes, ou embarcações, que fossem previamente licenciados e possuíssem autorização régia para tal ação. Neste mesmo ano, é assinado o decreto que determinava que os filhos de famílias

judaicas menores de 14 anos seriam entregues para serem criados por famílias cristãs.

Em 1497, a saída dos judeus somente poderia ocorrer por meio do porto de Lisboa. Diante de tal situação, milhares de famílias judaicas, acampadas na cidade de Lisboa e esperando sair do reino, viram-se forçadas a se batizar. Neste momento, todos são obrigados a assumir uma nova identidade. A partir de então, são considerados cristãos, mas, para serem diferenciados dos “antigos”, passam a ser chamados de cristãos-novos.

Apesar da imposição de um novo estatuto, de uma nova identidade institucional e suas sinagogas terem sido destruídas ou transformadas em igrejas, os sefarditas, a partir de então cristãos-novos, gozaram de certas regalias no reinado manuelino. Após o cumprimento do édito de expulsão, ficava proibido durante 20 anos qualquer tipo de inquirição sobre os procedimentos religiosos adotados pelos conversos.

Alguns sefarditas se converteram verdadeiramente ao cristianismo após o batismo forçado e muitos outros continuavam a praticar a fé antiga em segredo. É sabido que antes da Inquisição não existiam perseguições institucionalizadas aos cristãos-novos em Portugal, mas isso não significava a inexistência de episódios de raiva coletiva contra os mesmos.

António José Saraiva desenvolveu a tese de que perseguições da raia miúda aos judeus eram comuns em Portugal, e isto não cessou após o batismo forçado: “O hábito generalizado de odiar e humilhar o Judeu de um sistema social de tensões afetivas que o simples fato da conversão em massa dos Hebreus portugueses não podia por si só abolir” (SARAIVA, 1969, p. 47).

Se outrora o judeu era um pária com estatutos e leis próprias, após a conversão, este se tornou súdito comum da coroa portuguesa. Letrados, médicos, farmacêuticos e comerciantes alfabetizados, os cristãos-novos passaram a concorrer abertamente com o clero detentor do saber e com os burgueses lusitanos. Antes, mesmo com os judeus tendo privilégios reais e poder aquisitivo considerável, estes ainda eram vistos como subcategoria, e qualquer cristão, por mais miserável que fosse, poderia se sentir superior a eles. Não ser judeu já significava estar um degrau acima na hierarquia social, mas a conversão forçada e o nascimento do cristão-novo rompeu a barreira que os tornavam inofensivos.

Os anos que se seguiram foram marcados por protestos dos cristãos-velhos contra as condutas religiosas dos cristãos-novos. As humilhações e revoltas eram práticas cotidianas nas ruas das principais cidades lusitanas, como o caso narrado por Mayer Kayserling, um rabino alemão que em finais do século XIX escreveu sua História dos Judeus em Portugal:

[...] no domingo de Pentecostes (25 de Maio) de 1504, reuniram na Rua Nova – a via mais importante da capital, habitada principalmente por criptojudéus – alguns cristãos-novos, conversando despreocupadamente. De um momento para o outro, viram-se cercados por um bando de rapazes, dos quais nenhum havia ultrapassado o décimo quinto ano de vida, que passaram a proferir contra eles calúnias e ultrajes. Um dos ofendidos desembainhou sua arma, ferindo cinco ou seis dos jovens delinquentes. Houve revolta, e só a chegada do governador com tropas armadas pôde evitar maiores consequências. Quarenta rapazes foram presos. Considerando a idade dos réus, foram condenados pelo Tribunal a chibatadas e ao degredo perpétuo para as Ilhas de São Tomé. A pedido da rainha esta última pena foi relevada. Em Abril de 1505, a plebe arrasou a sinagoga de Évora [...] (KAYSERLING, 2009, p. 184).

Mas nada superou a proporção do massacre ocorrido em Lisboa no ano de 1506.

Em tempos marcados pela peste e escassez, fiéis reunidos em uma missa no convento de São Domingos em Lisboa teriam visto a face da imagem de Cristo iluminada e prontamente compreendido o fenômeno como um milagre. Enquanto o povo gritava “milagre”, um homem, que o cronista Damião de Góis apontou como cristão-novo, teve a ideia inconveniente de argumentar se tratar do reflexo de uma vela e não de um milagre. Imediatamente o homem foi tomado por judeu, morto e crucificado no local. Durante três dias, a cidade ficou sob total controle dos revoltosos, que, incitados por frades dominicanos, improvisaram fogueiras nas ruas da cidade, julgaram cristãos-novos como hereges e os atiraram nas chamas. O já citado autor da *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel* apresenta um saldo de aproximadamente mil e novecentos mortos, dentre os quais se incluía João Rodrigues Mascarenhas, cobrador de impostos e um dos homens mais ricos de Lisboa.

D. Manuel I, que, na ocasião, estava ausente da cidade, reagiu aos acontecimentos de forma enérgica, condenando à pena de morte e ao confisco de bens os envolvidos diretamente, infligindo castigos aos cúmplices passivos e

fazendo o cerceamento de alguns privilégios concedidos aos habitantes da cidade.

Nesse momento de extrema animosidade entre cristãos velhos e novos, somada aos sucessivos acontecimentos que buscavam a aniquilação da fé de Moisés na Península Ibérica, os ideais messiânicos presentes na religião judaica desde tempos imemoriais floresceram. Os acontecimentos da vida real se materializaram em esperanças concretizadas na figura do Messias desejado, aquele que libertaria o povo de Deus e o levaria para a Terra Santa prometida aos seus ancestrais.

3.3. A CABALA E A CHEGADA DO MESSIAS

Neste contexto, a Cabala, doutrina mística judaica surgida em meados do século XII, ganhou força, e muitos místicos encontraram nela uma forma de explicação para a aparição do Messias.

A Cabala, que se traduz do hebraico “tradição”:

É a forma como as tendências místicas existentes no seio do judaísmo desde o período do Segundo Templo se exprimiram a partir de meados do século XII, em particular no Sul da França, nas regiões e na mesma época do apogeu do catarismo (MUCZNIK, 2009, p. 128).

Mircea Eliade afirma que “a cabala contribuiu para fortalecer, direta ou indiretamente, a resistência espiritual das comunidades judaicas da dispersão” (ELIADE, 2011, p. 161). O primeiro escrito cabalista data de 1180 e tem por nome *Bahir*, do hebraico, “claro”. O *Bahir* desenvolveu a ideia das dez *sefiroth*, que seriam as emanções divinas, as quais demonstravam os atributos de Deus. A partir das *sefiroth*, podia-se descobrir os mistérios da criação ainda não revelados.

O espanhol Abraão Abuláfia desenvolveu uma técnica de meditação a partir do estudo aprofundado do *Bahir* que possibilitava ao adepto, através da ciência combinatória das letras do alfabeto hebraico, chegar à contemplação mística e à visão profética do mundo.

A evolução mais significativa da cabala judaica foi o livro pseudoepígrafo *Zohar*, do hebraico, “esplendor”, que, segundo Gershom Scholem (1995), é de autoria do rabi Moisés de Leon, ainda que muitas vezes seja atribuído ao judeu dos primeiros séculos da era cristã rabi Simeão.

Scholem destaca a ideia de que “o *Zohar* está interessado, principalmente, no objeto da meditação, isto é, nos mistérios do mundo inteligível” (SCHOLEM, 1995, p. 229). Eliade complementa que “o *Zohar* representa a teosofia judaica, isto é, uma doutrina mística cujo objetivo principal é o conhecimento e a descrição das obras misteriosas da divindade” (ELIADE, 2011, p. 163).

Lúcia Liba Mucznik define a lógica do *Zohar* da seguinte maneira:

O *Zohar* organiza-se em torno de cinco mitos centrais: o processo cosmogónico e a elaboração inicial das dez emanções ou atributos *sefiroth* (de *safar* = contar), através dos quais a divindade eterna, o *Ein Sof* (o infinito), sai do seu ser secreto e inefável e se apresenta como criador; uma descrição pormenorizada da relação dinâmica no campo dos atributos divinos entre as *sefiradin* (justiça) e *h'essed* (caridade, misericórdia); a simbólica sexual na relação entre os elementos masculino e feminino, este designado por *Sh'eh'ina*, no seio do mundo divino; a luta entre o mundo do sagrado e do divino, à direita, e o mundo do mal e de Satã, à esquerda; e finalmente a descrição apocalíptica da Redenção e o papel do Messias (MUCZNIK, 2009, p. 128).

O *Zohar* corresponde, até nossos dias, o principal eixo do conhecimento místico de Deus para certas vertentes do judaísmo.

A expulsão da Espanha, em 1492, e a conversão forçada dos judeus em Portugal, em 1497, trouxeram um novo estágio das interpretações cabalísticas. Os acontecimentos decorrentes deste momento provocaram grande comoção entre os mais diversos setores, ocorrendo uma grande reviravolta emocional que transformou a forma e as condutas religiosas judaicas. Nas palavras de Scholem:

Os efeitos e consequências concretas do desastre de 1492 não se limitaram de modo algum aos judeus que viviam naquela época. Na verdade, o processo histórico desencadeado pela expulsão da Espanha requereu várias gerações – quase um século inteiro – para desdobrar completamente seus efeitos (SCHOLEM, 1995, p. 275).

Tais acontecimentos deram origem à chamada nova cabala, que concentrava seus interesses na Criação, pois “quem conhecesse a história do mundo e do homem podia eventualmente retornar à perfeição original” (ELIADE, 2011, p. 164). A nova cabala tinha como principal objetivo compreender a Redenção, como nos orienta Mircea Eliade (2011):

Após a expulsão, *páthos*, do messianismo invade a nova cabala; o começo e o fim foram atados um ao outro. A catástrofe recebeu um valor redentor: ela significava as dores do parto da era messiânica. Desde então, a vida foi entendida como a existência no exílio, e o sofrimento do exílio foram explicados por certas teorias audaciosas sobre Deus e o homem (p.164).

A doutrina messiânica passou a ser o carro chefe da nova cabala, pois esse tema, “que era a preocupação anterior dos interessados em apologética, converteu-se [...] no tema de uma propaganda agressiva” (SCHOLEM, 1995, p. 276).

3.4. O MESSIANISMO EM ISAAC ABRAVANEL

Isaac Abravanel, judeu, filósofo e místico português, foi um dos maiores propagadores do ideal messiânico sefardita no final do século XV.

Exilado em Castela e acusado de tramar com o Duque de Bragança a deposição de D. João II, Abravanel escreveu uma Trilogia messiânica entre os anos de 1496 e 1498 onde afirmava que a vinda do Messias estava marcada para o ano de 1503.

Em *Poços de Salvação*, primeiro e mais importante livro da Trilogia, buscou desconstruir o messianismo cristão, apresentando vinte e dois pontos que atestavam que a pregação de Cristo não era compatível com a proposta messiânica esperada pelos judeus. A lista era a maior já feita sobre o tema, tanto que até então “David Kimhi fala de cinco pontos e Lorki, em sua carta a Solomão, o convertido, enumera dez pontos” (NETANYAHU, 1998, pp. 206 – 207).

O que mais chama atenção na obra de Abravanel é a discussão do autor sobre a ideia de “Quinto Reino”, apresentada em dois momentos no livro de

Daniel, nos capítulos 2²⁰ e 7²¹. A temática do “Quinto Reino” é o crucial debate messiânico da Idade Média; tanto cristãos quanto judeus reclamavam ter a verdadeira explicação dessas passagens bíblicas.

²⁰ [...] ó rei, e diante de ti estava uma grande estátua: uma estátua enorme, impressionante, e sua aparência era terrível. A cabeça da estátua era feita de ouro puro, o peito e o braço eram de prata, o ventre e os quadris eram de bronze, as pernas eram de ferro, e os pés eram em parte de ferro e em parte de barro. Enquanto estavas observando, uma pedra soltou-se, sem auxílio de mãos, atingiu a estátua nos pés de ferro e de barro e os esmigalhou. Então o ferro, o barro, o bronze, a prata e o ouro foram despedaçados, viraram pó, como o pó [...]. O vento os levou sem deixar vestígio. Mas a pedra que atingiu a estátua tornou-se uma montanha e encheu a terra toda [...]. Tu és a cabeça de ouro. "Depois de ti surgirá um outro reino, inferior ao teu. Em seguida surgirá um terceiro reino, reino de bronze, que governará sobre toda a terra. Finalmente, haverá um quarto reino, forte como o ferro, pois o ferro quebra e destrói tudo; e assim como o ferro a tudo despedaça, também ele destruirá e quebrará todos os outros. Como viste, os pés e os dedos eram em parte de barro e em parte de ferro. Isso quer dizer que esse será um reino dividido, mas ainda assim terá um pouco da força do ferro, embora tenhas visto ferro misturado com barro. Assim como os dedos eram em parte de ferro e em parte de barro, também esse reino será em parte forte e em parte frágil. E, como viste, o ferro estava misturado com o barro. Isso quer dizer que se procurará fazer alianças políticas por meio de casamentos, mas essa união não se firmará, assim como o ferro não se mistura com o barro. "Na época desses reis, o Deus dos céus estabelecerá um reino que jamais será destruído e que nunca será dominado por nenhum outro povo. Destruirá todos esses reinos e os exterminará, mas esse reino durará para sempre. (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 2: 31-44).

²¹ “[...] Na minha visão à noite, eu vi os quatro ventos do céu agitando o grande mar. Quatro grandes animais, cada um diferente dos outros, subiram do mar. "O primeiro parecia um leão, e tinha as asas de águia. Eu o observei até que as suas asas foram arrancadas [...]. "A seguir vi um segundo animal, que tinha a aparência de um urso. Ele foi erguido por um dos seus lados, e na boca, entre os dentes, tinha três costelas. E lhe foi dito: 'Levante-se e coma quanta carne puder!' "Depois disso, vi um outro animal, que se parecia com um leopardo. E nas costas tinha quatro asas, como asas de uma ave. Esse animal tinha quatro cabeças, e recebeu autoridade para governar. "Na minha visão à noite, vi ainda um quarto animal, aterrorizante, assustador e muito poderoso. Tinha grandes dentes de ferro, com os quais despedaçava e devorava suas vítimas, e pisoteava tudo o que sobrava. Era diferente de todos os animais anteriores, e tinha dez chifres. "Enquanto eu estava refletindo nos chifres, vi um outro chifre, pequeno, que surgiu entre eles; e três dos primeiros chifres foram arrancados para dar lugar a ele. Esse chifre possuía olhos como os olhos de um homem e uma boca que falava com arrogância. "Enquanto eu olhava, "tronos foram postos no lugar, e um ancião se assentou. Sua veste era branca como a neve; o cabelo era branco como a lã. Seu trono ardia em fogo, e as rodas do trono estavam todas incandescentes. E saía um rio de fogo, de diante dele [...] O tribunal iniciou o julgamento, e os livros foram abertos. "Continuei a observar por causa das palavras arrogantes que o chifre falava. Fiquei olhando até que o animal foi morto, e o seu corpo foi destruído e atirado no fogo. E foi tirada a autoridade dos outros animais, mas eles tiveram permissão para viver por um período de tempo. "Na minha visão à noite, vi alguém semelhante a um filho de um homem, vindo com as nuvens dos céus. Ele se aproximou do ancião e foi conduzido à sua presença. A ele foram dados autoridade, glória e reino; todos os povos, nações e homens de todas as línguas o adoraram. Seu domínio é um domínio eterno que não acabará, e seu reino jamais será destruído. [...] 'Os quatro grandes animais são quatro reinos que se levantarão na terra. Mas os santos do Altíssimo receberão o reino e o possuirão para sempre; sim, para todo o sempre'. "Então eu quis saber o significado do quarto animal [...]. E também quis saber sobre os dez chifres da sua cabeça e sobre o outro chifre que surgiu para ocupar o lugar dos três chifres que caíram, o chifre que era maior do que os demais e que tinha olhos e uma boca que falava com arrogância. Enquanto eu observava, esse chifre guerreava contra os santos e os derrotava, até que o ancião veio e pronunciou a sentença a favor dos santos do Altíssimo, e chegou a hora de eles tomarem

Para os cristãos, o Quinto Reino é o reino de Cristo. Cristo é a “pedra” que destruiu a estátua no capítulo 2 e o “Filho do Homem” no capítulo 7; já o “povo do Altíssimo”, também presente neste capítulo, são aqueles que se mantiveram fiéis até os últimos dias. Quanto à alegoria do pequeno chifre, tratava-se do reino do Anticristo que mudará as leis e perseguirá os Santos, “mas o tribunal o julgará, e o seu poder será tirado e totalmente destruído para sempre” (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 7: 26). O derradeiro Reino será estabelecido após o juízo final.

Abravanel rejeitou a ideia de que o Quinto Reino representava Cristo e o povo do altíssimo, seus seguidores. Para ele, cada reino pertencia a uma nação distinta, que por sua vez habitava uma terra distinta. A partir disso, refuta a interpretação cristã, pois os cristãos não podem ser considerados um povo. Também não há uma terra cristã específica:

[...] mas se o Quinto Reino é o cristianismo, necessariamente se aplica aos gregos e romanos, que aceitaram o cristianismo, e portanto para as mesmas nações designadas pelos reinos anteriores (*apud* NETANYAHU, 1998, p. 212).

O judeu ainda refuta a interpretação cristã do texto quando recorre à parte que dita: “nunca será dominado por nenhum outro povo” (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 2: 44), que, segundo suas interpretações, significa que a promessa é para um povo em especial. A este pensamento, Benzion Netanyahu, principal estudioso de Abravanel, complementa:

[...] desta forma ele não poderia estar aludindo à cristandade que inclui numerosos povos e nações. Um povo, Abravanel salienta, é algo diferente de uma religião. O mesmo povo pode ter muitas religiões, assim como a mesma religião pode abarcar muitos povos. Da mesma forma, um reino pode, com o passar do

posse do reino. "Ele me deu a seguinte explicação: 'O quarto animal é um quarto reino que aparecerá na terra. Será diferente de todos os outros reinos e devorará a terra inteira, despedaçando-a e pisoteando-a. Os dez chifres são dez reis que sairão desse reino. Depois deles um outro rei se levantará, e será diferente dos primeiros reis. Ele falará contra o Altíssimo, oprimirá os seus santos e tentará mudar os tempos e as leis. Os santos serão entregues nas mãos dele por um tempo, tempos e meio tempo'. "Mas o tribunal o julgará, e o seu poder será tirado e totalmente destruído para sempre. Então a soberania, o poder e a grandeza dos reinos debaixo de todo o céu serão entregues nas mãos dos santos, o povo do Altíssimo. O reino dele será um reino eterno, e todos os governantes o adorarão e lhe obedecerão. "Esse é o fim da visão. Eu, Daniel, fiquei aterrorizado por causa de meus pensamentos, e meu rosto empalideceu, mas guardei essas coisas comigo" (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 7: 1 -28).

tempo, aceitar várias religiões, como foi o caso com o reino da Grécia, que primeiro adorou ídolos e depois aceitaram a fé de Jesus. Consequentemente, uma religião não pode ser chamada de reino não menos do que pode ser chamada de um povo (NETANYAHU, 1998, p. 212).

Mas, se o Quinto Reino não é o cristianismo, a história terminou em Roma? Pois existe uma lacuna entre Roma e o Quinto Reino. A esta pergunta levantada pelo próprio Abravanel, a resposta é não. Segundo o judeu, o Quarto Reino ainda subsistia e era representado pela Igreja, que mantinha aspectos romanos.

Quanto à interpretação dos dez chifres, que são dez reinos²², Abravanel explica que estes são dez imperadores romanos, a saber: “Júlio César, Otaviano, Tibério, Gaio Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Oto, Vitélio e Vespasiano” (NETANYAHU, 1998, p. 214), e o outro chifre²³, que perseguirá os santos, é o bispo de Roma, o Papa.

Quanto à estátua que tinha pés de ferro e barro, descrita no primeiro sonho de Daniel²⁴, é dito que os pés representam o Império Romano e o barro, os islâmicos. “Os pés de ferro e barro simbolizam essa divisão no império romano originalmente unido, o ferro fazendo alusão à Roma cristã, e o barro fazendo alusão ao Islã” (NETANYAHU, 1998, p. 215). Apesar de frágil, mesmo para a época, esse recurso se transformou em um ponto crucial para a teologia escatológica de Abravanel; afinal, não se podia negar o medo do avanço muçulmano sobre a Europa.

O uso dos islâmicos também respondia ao fato de que o Quinto Reino governaria o mundo inteiro. Deste modo, ele não poderia representar os cristãos, pois os muçulmanos reinavam em parte significativa do mundo que se conhecia até então.

Depois dessa longa discussão, não é novidade afirmar que o Quinto Reino de Isaac Abravanel era o do Messias, e o povo, o próprio povo judeu.

Feita a desfiguração do ideal cristão das profecias de Daniel, Abravanel se ocupou em encontrar uma data para a aparição do Messias. O místico acreditava que todas as revelações estavam nas profecias do judeu exilado na

²² BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 7: 24

²³ BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 7: 22

²⁴ BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 2: 33

Babilônia, e veio a concluir, a partir de um retrospecto dos acontecimentos da vida material, principalmente as expulsões de Espanha e Portugal, que a vinda do salvador estava próxima. Foram três estudos com o mesmo resultado, 1503.

O primeiro refletia sobre:

[...] a indicação enigmática em Daniel que a redenção viria após “um tempo, e tempos e metade de um tempo”²⁵, uma indicação que havia preocupado grandemente todos aqueles que buscavam calcular o fim – é interpretada por Abravanel de uma maneira simples, razoável e, deste modo, impressionante. “Tempo” significa o período da Primeira Nação que durou 410 anos. “Tempos” significa uma duplicação deste número, ou 820 anos, enquanto que “metade de um tempo” significa metade disso, isto é, 205 anos. O total, que constitui 1435 anos, é a duração do tempo da destruição da Segunda Nação até a aparição do Messias. Desde que a Segunda Nação foi destruída, segundo a tradição cronológica judaica, no ano 68 da presente era, a redenção precisaria vir cerca do ano 1503 (NETANYAHU, 1998, p. 218).

O segundo se baseava em outra perícopes: “Isso tudo levará duas mil e trezentas tardes e manhãs; então o santuário será reconsagrado” (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 8: 14). O que significavam essas informações? Abravanel:

[...] interpreta o verso como se referindo ao tempo que passaria entre a divisão do reino de Israel e o advento do redentor. [...] Segundo ele, esta indicava o início do declínio de Israel que levou à destruição e ao exílio. As “duas mil e trezentas tardes e manhãs”, ele interpreta como uma alusão para essa condição. “Desde aquele tempo,” diz Abravanel, “lá começou a “tarde” de Israel. A paz e a unidade já não estavam entre eles: havia uma mistura de bem e mal, simbolizada pela tarde, a ligação entre o dia e a noite. Este tempo da tarde durará até que a “manhã” venha. Ele durará até o tempo em que a brecha criada pela divisão do reino será curada pela reunificação de todas as tribos de Israel sob o Rei Messias.” De acordo com a tradição cronológica judaica, a divisão do reino ocorreu no ano 2964 da criação; adicione 2300 anos e você chegará novamente ao ano 1503 (NETANYAHU, 1998, p. 218).

Por fim, o terceiro estudo se baseava em outro versículo: “A partir do momento em que for abolido o sacrifício diário e for colocado o sacrilégio terrível, haverá mil e duzentos e noventa dias” (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 12: 11).

²⁵ BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 7: 25

[...] a palavra “dias” é interpretada por Abravanel como 100 anos, de acordo com o valor numérico das letras hebraicas da palavra מֵימֵי (dias). Junto com o número 1290, este faz um total de 1390 anos, que é o tempo entre a destruição do Segundo Templo e a queda de Constantinopla. Abravanel cria que a queda de Constantinopla e do império romano oriental marcava o começo do fim da Roma cristã. O fim, relacionado à Era Messiânica, viria no ano 1503, exatamente cinquenta anos após a conquista de Constantinopla pelos turcos (NETANYAHU, 1998, p. 219).

Além de 1503, baseado em lendas Talmúdicas e nos *Capítulos do Rabi Eliezer* do século VIII, que tratam da criação de Adão, o estudioso alargou a possibilidade de anos para a vinda do Messias. O décimo-primeiro capítulo dos *Capítulos* afirma que Deus colocou a alma em Adão na quarta hora do sexto dia. Aqui, Adão é uma alegoria do Messias, e o sexto dia, o sexto milênio. Baseando-se em cálculos cabalísticos, segundo Abravanel, uma hora para Deus equivalia a 83 anos, portanto, a quarta hora do sexto milênio havia começado em 5250, no calendário judaico, ou em 1490 d.C., e duraria até 5333, ou 1573 da era comum. Dentro desta janela temporal, o redentor poderia aparecer a qualquer momento.

Abravanel ainda apresenta a ideia dos 100 piores anos de sofrimento judaico. Para ele, os 50 primeiros foram marcados pelo exílio babilônico²⁶ e os outros 50 anos haviam iniciado com a tomada de Constantinopla e teriam seu fim com a vinda do Messias. Segundo ele, a referência: “feliz aquele que esperar e alcançar o fim dos mil trezentos e trinta e cinco dias” (BÍBLIA SAGRADA, 2017, Daniel 12: 12) era um incentivo para que seus pares aguentassem os difíceis momentos pelos quais passavam, tendo em vista a recompensa que viria com a redenção messiânica.

Os escritos de Abravanel vieram a calhar com o momento pelo qual os judeus portugueses, agora cristãos-novos, estavam passando. A conversão forçada, chamada por Carsten Wilke de “religiocídio ou etnocídio, pois visava abolir a identidade sociocultural dos judeus, deixando fisicamente em vida” (WILKE, 2009, p. 71), foi para muitos judeus um marco dos dias que antecederiam a vinda do Messias. Enquanto os escritos de Abravanel se popularizavam entre os cristãos-novos, D. Manuel I iniciava sua política expansionista fortemente marcada por um ideal milenarista cristão. A evolução

²⁶ Abravanel concluiu que foram 50 anos, mas foram 70 anos: de 607 a 537 a.C.

do messianismo régio nos tempos do *Venturoso* é o tema principal de nossa próxima unidade.

4. DAVID REUBENI E A EFERVESCÊNCIA MESSIANIÂNICA

O batismo forçado em finais do século XV marcou decisivamente a história dos sefarditas portugueses e coroou esforços seculares, começando com o visigodo Sisebuto em 631, de sucessivos monarcas a fim de assegurar o catolicismo como fé homogênea na Península.

Com a conversão, surgiu um novo *status* social, o de cristão-novo, judeu de alma em um corpo cristão, mas que na prática não era nem um, nem outro. Se outrora o judeu estava integrado à sociedade plural lusitana, pluralidade essa lembrada por Gilberto Freyre (2003) no clássico *Casa-Grande e Senzala*,

[...] população indecisa no meio dos dois bandos contendores [nazarenos e maometanos], meia cristã, meia sarracena, e que em ambos contava parentes, amigos, simpatias de crenças ou de costumes (p. 67),

após o batismo, o cristão-novo se tornou um indesejável, nem judeu, nem cristão, potencialmente suspeito de infidelidade à Igreja e ao Estado, um possível herege. E aqui vale lembrar que a heresia judaica, como é colocado em alguns documentos da época, só passou a ser considerada como tal após a adesão destes ao cristianismo. Apenas nesse contexto, manter as práticas e ritos da antiga da fé poderia ser considerado uma heresia.

Antes, por sua condição, os judeus tinham uma série de privilégios. Eram os detentores das operações financeiras, das cobranças de imposto e das concessões bancárias. Nessas funções, eram indispensáveis à coroa. Com a conversão, como cristãos que passaram a ser, as práticas comuns aos judeus passaram a ser compreendidas como ameaça aos cristãos-velhos. António José Saraiva (1969) orienta-nos na direção de que um cristão português, antes do batismo em massa dos judeus, por mais miserável que fosse, se sentia mais importante e digno do que o mais rico judeu. O ato de D. Manuel, efetivado em 1497, colocou sefarditas e cristãos juridicamente na mesma posição.

Não tardou para que as acusações recaíssem sobre os cristãos-novos, que recorrentemente passaram a ser acusados de armazenar cereais e vendê-los inflacionados, praticando a usura, algo não condenável na prática judaica, mas altamente reprovável entre os cristãos, além de serem denunciados em

conluíus com a participação de médicos e boticários para envenenar os cristãos-velhos. Essas imputações ganhavam maior destaque quando apareciam histórias que as justificavam, como a de um certo médico de Campo Maior que havia confessado ter envenenado muitos cristãos por prazer (KAYSERLING, 2009).

O ápice do antissemitismo português foi o episódio, já narrado nesse trabalho, do Massacre de 1506, que, segundo Damião de Góis, cronista de D. Manuel, teria vitimado cerca de mil e novecentas almas. Anita Novinsky (1997) concluiu que, após o batismo forçado, houve um movimento nunca visto antes, “o antissemitismo sem judeu”. Isso não significa que ao longo da história portuguesa não houvesse episódios de levantes populares contra os judeus²⁷, ainda que pouco fortuitos se comparados ao de 1506. De fato, os episódios mais cruéis e as perseguições mais notórias se deram não quando os mesmos praticavam livremente sua fé, ou moravam em bairros segregados, mas depois que se tornaram cristãos.

O reinado de D. João III, sucessor de D. Manuel, foi particularmente importante no que diz respeito à tentativa de integrar os cristãos-novos na sociedade lusitana e às tratativas junto a Roma de estabelecer um tribunal inquisitorial em território português, como o que existia em Castela e Aragão desde a segunda metade do século XV. No ano de 1524, o monarca, a fim de obter álibi que comprovasse suas intenções, confiou ao doutor Jorge Temudo de Montemor e a Henrique Nunes de Borba a incumbência de investigar e obter provas concretas de judaísmo entre os cristãos-novos.

Temudo apresentou pesquisas que procuravam demonstrar as heresias, pois os cristãos-novos judaizantes não iam à igreja aos domingos e dias santos, mas antes festejavam os sábados e a festa da Páscoa. Outras acusações eram as de que os judeus não recebiam a extrema-unção diante da morte, não enterravam seus mortos nas igrejas - ou nem mesmo faziam sepulturas, não incluíam em seus testamentos somas para bancar a missa fúnebre e, por fim,

²⁷ Em 1383 em meio a Guerra de Sucessão, um grupo de cristãos tentou sem sucesso assaltar a Judiaria Grande de Lisboa. Em dezembro de 1449, jovens foram condenados pela justiça por maltratar judeus no mercado de peixe de Lisboa, querendo vingar dos judeus em decorrência da ação judicial iniciou-se um *progom* ao sul da Judiaria de Lisboa, pilharam casas e mataram alguns judeus, como resposta à ação antissemita D. Afonso V condenou os líderes do movimento ao degredo, execução ou açoitamento público (WILKE, 2009).

ele acrescenta que se houvesse um tribunal inquisitorial, mais coisas sobre o criptojudaísmo dos cristãos-novos seriam descobertas.²⁸

Henrique Nunes, nascido judeu, recebeu o apelido de Firma-Fé devido ao seu fervor e zelo com os negócios da igreja. Natural de Borba, converteu-se ao catolicismo em Castela, onde se tornou homem de confiança de Diogo Rodrigues Lucero, o primeiro inquisidor de Córdoba. Firma-Fé foi convidado pelo monarca Português para, assim como Temudo, atuar na função de espião dos cristãos-novos.

Em audiência com D. João III, o Firma-Fé recebeu a ordem de entrar em contato com os investigados e se apresentar como correligionário, obtendo informações sobre a ação criptojudáica secreta. Assim o fez, não apenas em Lisboa, como também em Santarém, Évora e Olivença, onde foi descoberto. Em julho de 1524, enquanto se deslocava para Badajoz, foi reconhecido e apontado como traidor, esfaqueado e morto. Os assassinos, descobertos

²⁸ Segue na íntegra a carta do doutor Jorge Temudo a D. João III: Senhor. Dipois de beijar as mãos a vossa Alteza, e rogar ao Senhor Deos por seus dias de vida, e acrescentamento de seu Real estado: Quanto ao que V. A. de my quis saber em Monte-mór: pela informação que do caso recebi ho mais secretamente que pude, Seja V. A. certo que estes homees nom vam ás igrejas aos domingos e festas, assi como por ella está ordenado. Nam se enterram nas igrejas, donde sam fregueses, nem elegem nelas sepulturas; mas mandam-se em terrar nos adros de N. Senhora da Graça, de S. Roque, da Trindade, e do Carmo, e alguus deles se emterrão nas crastas destes moesteiros em couas altas e terra virgem. Nunca tomam nem pedem ho Sacramento da Extrema-uncção, e morrem sem ele. Nom fazem testamentos, nem mandam ao tempo de seus emterramentos dizer nenhuas missas, oras, nem trintauros, nem fazem saimentos aos oito dias, nem ao mez, nem ao anno, postoque alguns, muito poucos, quando se emterrão lhe digão alguma Missa, isto se faz a muito poucos. Há hii presumçam que guardam ho sábado e Pascoas antigas. Todos se confessam no tempo da coresma, e alguns tomam ho Sacramento da Comunhã, outros o mandão levar aos curas, e não ho tomam, dizendo que não podem, outros ho não pedem, e morrem sem ho tomar. São muito caridosos antre si, e os seos; e pera há gente de outra profissam nom usam de nenhuma caridade. No tempo da peste emterrão muito bem os mortos, assi aos seus, como os estranhos posto que sejam doutra naçam. Cazam-se á porta da igreja, bantizão seos filhos nella, e isto fazem muito bem. Esta emformaçam recebi pelos curas de alguuas igrejas desta cidade, com os quaes pratiquey este cazo em signal de confissam. Elles dizem, que se hii ouvesse Inquisiça, que outras cousas mais claras se descobririao. Se V. A. mandar que nisto de faça mais, falo hey asi como fazer todas as outras de seu serviço. Nosso Senhor, muito alto e muito poderoso Principe, Rei, e Senhor, a vida e estado de V. A. acrecente, e tenha sempre em sua santa guarda. De Lisboa há 4 de Fevereiro de 1524,, O doutor Jorge Temudo,, (R. Archiv, gavet. 2 maço 2. Original autografo). Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=xsgjAQAIAAJ&pg=PA229&lpq=PA229&dq=Carta+do+doutor+Jorge+Temudo+a+elrei+D+Jo%C3%A3o+III&source=bl&ots=31NgrvC7gy&sig=ACfU3U17VmAtQBfocXal70vjPIPGFnSHBw&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwj4mbHazO7gAhVUGbkGHatvAx8Q6AEwAHoECAAAQ#v=onepage&q=Carta%20do%20doutor%20Jorge%20Temudo%20a%20el-Rei%20D%20Jo%C3%A3o%20III&f=false> acessado em 06/03/2019.

posteriormente, foram Diogo Vaz e André Dias Viana, dois cristãos-novos de Olivença.²⁹

O curto período em que Firme-Fé atuou, entre 1523 e 1524, rendeu três cartas a D. João III. A primeira instruía o monarca acerca do combate eficaz da fé judaica, na segunda constava uma relação dos nomes das famílias investigadas e a última descrevia os sinais externos dos judaizantes, a fim de serem facilmente reconhecidos. Dentre estes últimos, estavam:

[...] não usem nas manilhas, pulseiras e outros adornos de prata ou de ouro, imagens de santos, cruces, vieiras ou bordões de Santiago; era não levarem livros de reza à igreja, nem usem de rosários; era faltarem frequentemente aos ofícios divinos; era não irem a procissões e romarias, nem mandarem dizer missas e trinitários; era não darem esmola quando se lhes pedia por Deus ou por Santa Maria; era, enfim, sepultarem os mortos separadamente; cada cadáver em sua sepultura, contra o costume geral de servir o mesmo jazigo para os parentes conjuntos por sangue ou por afinidade (HERCULANO, 2009, p. 134).

Apesar de o cerco aos cristãos-novos ter sido iniciado após a ascensão de D. João III, o monarca sabia que os mesmos eram importantes para os negócios do reino, e por isso procurava evitar que saíssem de seus domínios. Essa situação mostra a ambiguidade da política do monarca. Conforme Menezes (2015), a explicação para essa ambiguidade pode estar nas pressões que o monarca sofria tanto da Igreja e da Aristocracia, por um lado, como, por outro, dos “homens de negócio” (POLYAKOV, 1996, p. 197). A carta a seguir, datada de 10 de dezembro de 1539, contribui para a compreensão da importância dos cristãos-novos para Portugal.

Muyto mais proveitosos que todos outros do povo pera meu serviço per todas vias de negociação, tratos proveitosos cresciaõ por suas mãos destes mais riquos que todos los outros e sabido He a grande soma de dinero que teem passado desta

²⁹ Este dito Rei maõdou vir das Canarias, e a chamado seu veo, Amrique Nunes Firme Fee Christão novo criado de luzeiro que fora Inquisidor de Castella; e era este Firme Fee Português natural de Borba, e dito Rei queria fazer Inquissição em Portugal, e por esta caussa o maõdara chamar: e amdando algus dias na Corte nesta cidade de d'Evora, por a causa não vor afim, se partio a Olivemsa, e dahi caminho de Badalhouce em Castella, e á arraia Diogo Vas d'Olivemsa, e Amdre Dias de Viana que o levavão esprado (a), o matarão ás chuçadas, e lhe derão hua lamsada pelo meio do coração, omde no falsso peito levava a figura le trimta dinheiros de papel com o nome de *Jesu Christo lembrate de minha alma, que por tua fee me matão*: e semdo esta morte o mês de Julho de mil quinhentos vinte e quatro (ACENHEIRO, s/d, p. 350).

terra [...] (ARCHIVO HISTÓRICO PORTUGUEZ *apud* KAYSERLING, 2009, p. 215).

A conversão forçada e a crescente hostilidade, somadas aos escritos proféticos de D. Isaac Abravanel e aos estudos da mística judaica, fizeram com que muitos cristãos-novos passassem a compreender aquele momento como as dores do parto da era messiânica. Foi nesse contexto que, por volta de 1525, chegou em Portugal o judeu David Reubeni.

4.1. QUEM FOI DAVID REUBENI?

A pergunta deste subtítulo é de difícil resposta. Suas intenções na Europa, de forma geral, misturam um excessivo idealismo com doses de desatino e certa leviandade. Longe de assegurar uma veracidade extasiada, compreendendo que nenhum documento é neutro, pois é fruto da ideologia de quem o produziu, lidaremos com o *Diário de David Reubeni* como fonte. Utilizaremos a versão transcrita do hebraico para o inglês feita por Elkan Nathan Adler em 1985. Neste processo, faremos relações entre o Diário e as passagens relatadas por cronistas ou documentos oficiais concomitantes à época em que o viajante esteve em Portugal.

A passagem de Reubeni pela Itália, Roma e Sacro-Império Romano Germânico é escassamente relatada pela historiografia, diferentemente de sua presença no reino de Portugal, sobre a qual há um vasto relato. Todavia, poucos foram os pesquisadores que admitiram as contribuições que o judeu, direta ou indiretamente, teve no fervor messiânico que tomou cristãos-novos e velhos na década de trinta e influenciou decisivamente as Trovas de Gonçalo Annes Bandarra, produzidas na mesma época, e que foram definitivamente importantes para o surgimento do fenômeno sebastianista e do milenarismo português, que alcançou seu auge no século XVII com o jesuíta Antônio Vieira.

Por vezes, David Reubeni é descrito como embusteiro, um impostor que por sua ardilosa retórica atraiu a atenção das importantes lideranças de seu tempo e que em Portugal fora tomado por Messias pelos marranos, dos quais destaca-se a figura do jovem Diogo Pires, escrivão da Casa de Suplicação de

Lisboa, que, após encontro com o embaixador, teria retornado abertamente ao judaísmo e mudado seu nome para Salomão Molcho.

Veicularemos algumas pequenas passagens que relatam sobre a passagem de Reubeni em Portugal. Consideramos importante lembrar que por se tratar de um nome hebraico, referindo-se à tribo de Rubem, a escrita pode sofrer alterações; por isso, por vezes, leremos Rubeni, Reuveni ou HaReubeni. O mesmo padrão segue para seu discípulo, que pode aparecer como Molcho, Molho ou Malco. Assim, iniciamos pela narrativa do historiador judeu especializado em antissemitismo Léon Poliakov (1996):

[...] evoquemos a figura de David Reubeni, aventureiro judeu de origem obscura que, em 1524, se apresentou à corte do Papa Clemente VII como emissário do reino judeu do Oriente e lhe propôs uma aliança contra os muçulmanos. O papa o levou a sério e o enviou ao rei de Portugal, país a que chegou num barco com o pavilhão judeu. Os marranos rejubilaram-se, acreditaram que havia soado a hora da libertação e atacaram de mão armada a prisão inquisitorial de Badajoz: um deles, Diego Pires, tornou-se judeu com o nome de Salomon Molcho, juntou-se a Reubeni e, ambos, entre 1524 e 1532, percorreram a Europa com planos visionários, chegaram até a ser recebidos por Carlos V, mas acabaram, ambos na fogueira (p. 200).

Outro relato, colocado adiante e que se segue ao de Poliakov, é da obra *História dos Sefarditas: De Toledo a Salónica*, de Esther Benbassa e Aron Rodrigue (2001):

Quando David Reuveni (falecido em 1538), um personagem curioso, que pretendia representar as dez tribos perdidas, chegou a Portugal em 1525, focalizou a atenção de milhares de marranos que viram nele um precursor dos tempos do fim. A carreira do marrano português Diogo Pires (c. 1500 – 1532), que conseguiu abandonar Portugal e voltar ao judaísmo com o nome de Salomon Molho e acabou por se proclamar Messias, é tanto reveladora das aspirações e das esperanças de todo um grupo que sofreu uma transformação traumática num passado ainda recente (pp. 47 – 48)

Situado temporalmente antes das exposições acima, João Lúcio de Azevedo (1918), autor de um seminal trabalho sobre as origens do sebastianismo, reservou menos de uma página à figura de Reubeni:

A imaginação hebraica, sobre excitada, divagava em raptos, embalada na sua aspiração secular. David Rubeni, assim dizia chamar-se o recém-vindo, era para os adeptos da sua fé, o precursor verdadeiro, se não o próprio Messias. Muitos Hebreus, por induções dele, regressavam à crença antiga, e mancebos já nascidos no cristianismo circuncidavam-se. Estes acontecimentos, sobre os quais a prudência e temor dos cristãos novos impunham sigilo em Portugal, produziram em Castela arruído, sobretudo na vizinhança da fronteira, do que resultou escrever a Inquisição de Badajoz a D. João III, a denunciar os factos, e incitar o monarca a introduzir o tribunal da Fé nos seus domínios. Entre os discípulos de Rubeni, que na ocasião abraçaram a religião dos antepassados, foi o célebre Diogo Pires, escrivão da Casa da Suplicação, que ao circuncidar-se tomou o nome de Salomão Malco ou Molco. Foi este um dos mais estranhos visionários do judaísmo (p. 30).

A essas explanações, apresento os relatos, ainda menores, de Jacqueline Hermann (1998):

[...] outro que teria influenciado as esperanças messiânicas dos cristãos-novos portugueses foi o judeu David Reubeni, que chegando ao reino entre fins de 1525 e 1526, ou entre 1528 – 30, percorreu o Algarve, Tavira, Beja e Évora, e pregou às comunidades locais, antes de ser recebido na Corte, dizendo ter como missão pedir auxílio do rei a favor dos judeus para libertação da Terra Santa do domínio turco. O impacto de sua mensagem teria sido imenso, inclusive entre os cristãos-velhos, alimentando a ideia de um reino judaico no Oriente. Preso e condenado pela Inquisição de Llerena em 1538, morreu cristão (p. 39).

Ainda, nos dizeres de Jean Delumeau (1997):

[...] Depois, em Portugal mesmo, por volta de 1526, um judeu chamado David Reubeni, que dizia pertencer à tribo de Rubén e vir da Etiópia, profetizou a redenção iminente do povo eleito. Ele afirmava que um de seus irmãos reinava no Oriente e ia reconduzir para a Palestina a nação judia dispersa. A lenda cresceu em torno de David Reubeni. Contava-se que, a pedido de seu irmão, ele havia solicitado do papa e dos príncipes católicos o recrutamento de 300 mil guerreiros para fazer a guerra aos turcos (p. 183).

As obras mais recentes consultadas sobre a temática foram *Breve História dos Judeus* de Michael Brenner e *História dos Judeus Portugueses* de Carsten Wilke. Esses títulos são, por sua vez, mais detalhados quando se detêm a apresentar David Reubeni, suas origens e seus objetivos em Portugal.

Vejamos Wilke (2009):

A esperança de uma redenção próxima era estimulada por uma inquietação então comum na Europa, tensão provocada por múltiplos factores: o choque da Reforma e o avanço do Império Otomano, o entusiasmo pelo profetismo bíblico e astrológico, a crença numa missão sagrada de pessoas da realeza e uma leitura apocalíptica da expansão colonial. Esse clima de inquietação foi habilmente explorado por um aventureiro judeu oriental, David Reubéni, que viajou pela Europa entre 1523 e 1532. Quando chegou a Tavira, no Algarve, em Outubro de 1525, apresentou-se como emissário das “dez tribos perdidas” no Oriente, vindo propor ao rei D. João III uma aliança judeo-cristã contra os turcos. David viajou de Faro a Lisboa, passando por Beja, Évora e Santarém, alojando-se em casa de cristãos-novos. O relato de sua viagem, redigido em hebraico, coincide com testemunhos contidos nos arquivos inquisitoriais: atraía multidões entre os cristãos-novos, designadamente mulheres, que o reverenciavam como um possível messias. Permaneceu em Portugal até o mês de Junho de 1526, prosseguindo para Roma a sua viagem, que terminou, em 1538, numa fogueira da Inquisição de Llerena, Castela [...] Um convertido da segunda geração, Diogo Pires, secretário da Casa de Suplicação (tribunal de apelação) de Lisboa, ficou entusiasmado pelo seu encontro com David Reubéni. Em 1526, ainda em Portugal, circuncidou-se a si próprio e, depois, juntou-se à comunidade judaica de Salonica. Com o nome judaico Salomon Molkho, publicou em 1529 um pequeno livro cabalista em hebraico, onde previa a chegada do Messias para o ano de 5300 da era judaica, ou seja, 1539 da era comum (pp. 90 – 91).

Brenner (2013), por outro lado, se preocupou em apresentar as possíveis origens de Reubeni e o que, segundo a tradição judaica, poderia credenciá-lo a Messias:

Natural de Khaibar, o oásis da Península Arábica do qual os muçulmanos outrora haviam expulsado as tribos judias e que desde então jamais fora mencionado como local de presença judaica. A afirmação de Reubeni de que seu irmão José governava um poderoso reino judeu constituído pelos restos das tribos perdidas de Rubem, Gad e Manassés também deve ter soado, aos ouvidos de historiadores posteriores, como uma fábula das Mil e Uma Noites. Não obstante, quando ele asseverou que seu reino judeu no Oriente combateria os turcos, suas declarações foram recebidas com simpatia não só pelos outros judeus, mas também pelo mundo cristão [...] Resta saber quem era realmente esse Reubeni e o que pode tê-lo levado a inventar essa história. Seria a ambição de reconhecimento pessoal ou uma apreensão fraca da realidade? Seja como for, certas ideias messiânicas então prevalecentes certamente desempenharam seu papel. Segundo os que as propunham,

somente a guerra descrita na Bíblia, entre os impérios de Gog e Magog, poderia iniciar era da salvação – uma guerra mundial que, segundo se esperava, seria ocasionada pelo envolvimento da Santa Sé. Essa interpretação também é corroborada pelo nome do suposto irmão de Reuveni, José. Segundo uma tradição judaica, o Messias da casa de Davi viria trazer a paz mundial, mas seria precedido por um Messias guerreiro da tribo de José [...] Os judeus etíopes também situam sua origem no período bíblico e alguns afirmam descender das tribos perdidas do reino setentrional de Israel. E existem fontes, entre as quais uma carta de Maimônides, que atribuem grande antiguidade às comunidades judaicas do Iêmen. Reuveni pode ter nascido em uma dessas comunidades, que, aos olhos dos europeus, seria exótica o bastante para ter produzido tal personagem (p. 128).

Nenhuma obra acima citada se preocupou em minuciosamente detalhar os feitos do embaixador em Portugal. Talvez essa falta de detalhamento esteja ligada ao fato de que Reubeni não era a personagem principal das investigações nas obras citadas, e é possível que sua figura aparecesse apenas para expressar a influência entre os cristãos-novos daquele período.

Como já apresentado, a presença de David Reubeni em Portugal é parte fundamental desse trabalho, e por isso buscaremos apresentar de forma detalhada os principais acontecimentos envoltos em sua presença na corte de D. João III e suas influências na construção de um messianismo, mais que judaico, português.

4.2. UM EMBAIXADOR JUDEU EM UM REINO ANTISSEMITA

David Reubeni dizia-se embaixador de um reino judaico chamado Habor, governado por seu irmão José, herdeiro da tribo de Rubem, uma das tribos perdidas de Israel. Sua missão era ir à Europa pedir a ajuda da cristandade e unir esforços contra o Império Turco-Otomano, que tomara em 1516 e ainda detinha poder sobre Jerusalém, cidade Sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos. Para obter sucesso em suas investidas, seu primeiro objetivo foi conseguir uma audiência com o Papa e obter uma carta de indicação para apresentar o plano aos monarcas das principais casas dinásticas europeias, Valois e Habsburgo.

Reubeni chegou em Roma, segundo a narrativa de seu *Diário*, no dia 15 de Adar de 5284 da criação, algo entre fevereiro e março de 1524 no calendário gregoriano. Foi recebido pelo cardeal Egídio, que o anunciou ao Papa. Segundo os relatos, Clemente VII o recebeu e o tratou com todas as honras dadas a um embaixador. Na audiência, além de apresentar o seu plano, sabia que para a investida obter sucesso seria necessária uma conciliação da cristandade, que estava estremecida pelas disputas sucessórias pelo trono do Sagrado Império Romano-Germânico. Diante disso, o judeu se pronunciou:

O rei D. José e seus anciãos mandaram-me falar contigo, que tu deves fazer a paz entre o imperador [**Carlos V de Habsburgo**] e o rei francês [**Francisco I de Valois**], por todos os meios, pois será bom contigo e com eles, e escrever para mim uma carta a estes dois reis, e eles vão nos ajudar e nós vamos ajuda-los (REUBENI, 1987, p. 272).

Após este pedido, o Papa teria respondido:

Quanto aos dois reis entre que tu me perguntas para fazer a paz, eu não posso fazer isso, mas se tu necessitas o Rei de Portugal vai te ajudar, e eu vou escrever para ele e ele vai fazer de tudo, e as suas terras estão perto teu país e eles estão acostumados a viajar no grande mar a cada ano, mais do que aqueles nas terras desses outros reis (REUBENI, 1987, p. 272).

O Embaixador teria concluído:

O que desejares eu farei, e eu não vou virar para a direita ou para a esquerda do que tu me ordenar, porque eu vim para o serviço de Deus e não para outra coisa, e eu vou rezar para o teu bem todos os dias da minha vida (REUBENI, 1987, p. 272).

Este pequeno diálogo nos traz algumas pistas importantes; Reubeni tinha conhecimento do mapa político europeu, sabia dos problemas entre Valois e Habsburgo e acreditava que o único elemento de unificação destas casas seria a religião. Por isso, o Papa poderia ser o mediador.

A união da cristandade seria ponto de extrema importância na luta contra os Otomanos, mas mal sabia o embaixador que, neste momento, os Valois, da França, diplomaticamente pretendiam unir forças com o sultão contra os interesses do Imperador Carlos V, de Habsburgo.

O Papa, ao aconselhar o judeu a pedir ajuda para D. João III, sabia que o monarca lusitano teria interesse na causa defendida por Reubeni, visto que

Portugal já tinha se consolidado como um importante império colonial. A larga jurisdição obtida pelos portugueses também permitia diversas estratégias de ataques, visto que Portugal, como relatado no diálogo, tinha terras próximas ao alvo proposto pelo embaixador.

Obedecendo ao conselho do Papa, munido de carta de apresentação redigida a mando do próprio Clemente VII e com um salvo-conduto fornecido por D. Martinho, embaixador português em Roma, David Reubeni seguiu caminho em direção a Portugal (TAVIM, 2009).

Desembarcando em Tavira, tratou de enviar uma carta por meio de seu servo David, o Romeno, atestando sua chegada ao reino em 24 de outubro de 1525. Segue a carta de Reubeni a D. João III³⁰:

Magnífica Sacra Majestade, Ilustríssimo rei de Portugal, Saúde!
Escrevo esta só para avisar à Vossa Majestade como o vosso servo sou arribado aqui, na terra de Vossa Sacra Majestade, e sou enviado aqui do Deserto de Habor por mandado del Rei José, meu irmão, e de sessenta [setenta] seus velhos conselheiros e juízes, os quais todos serão ao mandado de Vossa Majestade. Tem Sua Senhoria [José] acerca de trezentos mil bons combatentes, e tem cargo de sua Justiça e Razão todas as segundas e quintas-feiras. E como acordo o dito meu rei José com seus setenta conselheiros mandaram a mim Vosso novo servidor a falar a Vossa Majestade cousas de importância e de segredo, o que Vossa Majestade folgará de saber, quando houver por bem de me ouvir, porque será para honra e gloria de Vossa Majestade, e onde o Vosso servo será a serviço de Vossa Sacra Majestade sempre mui aparelhado. Escrita em Tavira, terra de Vossa Majestade, onde sou arribado a vinte e dois dias do presente mês por mar. Feito a 24 de outubro 1525. Por mim, Vosso novo servo Davit, filho del Rei Salomão, Judeu (LIPINER, 1993, p. 321).

A carta de Reubeni foi respondida, como vemos no *Diário*:

Quando o mensageiro retornou a mim, ele trouxe duas cartas do rei e em uma delas ele escreveu que eu deveria ir até ele em toda a honra e que ele faria segundo a minha vontade. Na segunda carta, ele escreveu para todos os magistrados em seu reino, dizendo que todos eles deveriam me honrar e me transportar de cidade em cidade e que eles deveriam preparar para mim uma cama, uma mesa, iluminação e abrigo em todos os lugares em que nós fôssemos. O mensageiro me disse que o rei ordenou que eu saísse da cidade e o visitasse amanhã.

³⁰ Não tivemos contato com a Carta original escrita por Reubeni, mas tivemos acesso à transcrição de Elias Lipiner encontrada nos Arquivo Nacional de Portugal e transcrito no livro *O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal* de 1993.

Ele me entregou quinhentos ducados e um escriba dos escribas do rei, que deveria suprir as despesas. De manhã, eles entregaram cavalos a mim e a meus servos para cavalgarmos até o rei (REUBENI, 1987, p. 287).

A viagem rumo à cidade de Almeirim, onde D. João III mantinha sua corte, foi repleta de honrarias, espanto e excitação. A cada vilarejo por onde passava, moradores de regiões vizinhas e curiosos se deslocavam ao seu encontro. cristãos-novos surpreenderam-se com a presença de um judeu que carregava bandeiras com os nomes das tribos de Israel. A bandeira de seda usada por Reubeni era um presente de Benvenida Abravanel, filha de D. Isaac Abravanel, que residia em Nápoles quando o embaixador havia passado pela cidade (AESCOLY, 1937).

Reubeni chegou a Almeirim em novembro de 1525, mas não foi logo recebido por D. João III. Segundo a narrativa do próprio *Diário*, este, influenciado por D. Miguel, um embaixador português na Itália, temeu que o visitante pudesse converter os cristãos-novos à fé antiga. O judeu teria insistido junto ao rei até que, oito dias após sua chegada, conseguiu a tão esperada audiência.

As poucas alusões ao pretense embaixador nos dão noções do que causou entre a população Cristã-Nova a presença de Reubeni diante do monarca português. Como já aferido acima, utilizaremos metodologicamente passagens de seu *Diário*, mesclando-as com as crônicas e correspondências sobre sua presença na construção da narrativa sobre sua estadia no reino.

Diante do rei, ele apresentou seu plano de união entre a cristandade e os reinos judaicos do oriente para a tomada da Terra Santa que estava sob domínio Otomano. A fim de cumprir sua missão, pediu ao monarca lusitano ajuda bélica.

Eu depusitei nas mãos do rei todas as cartas e conversei com ele sobre minhas missões. Eu contei a ele toda a minha jornada, que foi imensa e vasta, até o momento em que eu cheguei a ele. Eu também o disse: “Rei José, meu irmão pede-me com referência dos artífices por armas para o seu reino” (REUBENI, 1987, p. 291)

Em seu *Diário*, Reubeni apresentou a suposta ideia de que D. João III teria se interessado pelo projeto de domínio da Terra Santa, prometendo “dar, no mês

de Nisan, oito navios com quatro mil armas de fogo, grandes e pequenas” (REUBENI, 1987, p. 303), o que, de fato, até onde a documentação nos mostra, nunca se efetivou.

Apesar de o *Diário* apresentar uma relação pacífica e diplomática entre o viajante e o monarca português, Cristovão Acenheiro, cronista do reinado de D. João III e autor das *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, apresenta, em um curto parágrafo, uma referência nada amistosa à presença de Reubeni:

O Novembro de mil quinhentos vinte e cinco entrou Davit Judeu neste Reino de Portugal em Saõtarã, na Corte de Rei em Almeirim, dizemdo que era dos Tribus dez, e outras cousas não verdadeiras, segumdo que judeus sabem dizer, de maneira que se soube a verdade de Judeu Turquesco; e foi presso na Corte do Emperador Carlos, e o maõdárão, e trouxerão a Lharena aos Imquissidores, omde está presso em Castella na dita Villa e cadea da Imquissisam, té que aja a fim que merese; ainda oje ano de trinta e cinco está presso no casere da Imquissisam de Lharena (ACENHEIRO, s/d, pp. 351 – 352).

A notícia da presença de um príncipe judeu e da honra que este recebera do rei provocou excitação entre parte dos cristãos-novos portugueses. Alguns passaram a depositar nele a esperança da transformação da situação em que se encontravam, conforme pode ser observado no *Diário* do próprio embaixador.

Alguns eram de um coração forte, porque eles acreditavam em mim com uma fé perfeita, como Israel acreditou em nosso mestre, Moisés, que a paz seja com ele! Eu disse a eles em todos os lugares que eu sou o filho do rei Salomão, e que eu não vim a eles com nenhum sinal de milagre ou mistério. Mas sou um homem de guerra, desde minha juventude até hoje, e eu vim para ajudar o seu rei e ajudar vocês. Da mesma forma, eu vim para seguir pelo caminho que irá guiar-me até a terra de Israel (REUBENI, 1987, p. 288).

A presença de Reubeni na corte de um monarca antissemita como D. João III e a mensagem por ele trazida surpreenderam a muitos e ultrapassaram os limites territoriais do reino português.

Pouco tempo após a apresentação de Reubeni ao monarca lusitano, fora enviado a mando do xarife do Suz, Muhammad Shayk, Abraão Benzamerro, hebreu de origem lusitana que passou a residir com sua família no Marrocos

após o batismo forçado de 1497. Benzamerro tinha como objetivo coletar informações do embaixador acerca de alguns súditos do xarife que haviam sido capturados por tribos beduínas na Arábia, pois sabia que o judeu era oriundo das tribos orientais. A resposta de Reubeni foi negativa, mas o diálogo com o “juiz de Fez”, como ele o tratou em seus relatos, foi um tanto revelador, principalmente com relação às diversas tribos judaicas do Oriente, das quais poderia receber informações sobre os súditos desaparecidos:

Existem nove tribos e meia na terra de Etiópia e outros reis. A tribo mais próxima de nós é a de Simeão e a de Benjamin. Elas estão no rio Nilo, acima do reino de Sabá, e residem entre os dois rios, o rio azul e o rio negro, que é o Nilo. A sua terra é boa e extensa. Eles têm um rei e seu nome é Baruch, filho do rei Japhet, e tem quatro filhos: Saadiah, o mais velho, Abraham, o segundo, Hoter, o terceiro, e Moisés, o último. Os números deles são semelhantes aos de Habor, trezentos mil judeus, e nós temos conselhos juntos (REUBENI, 1987, pp. 292 - 293).

Ao longo de sua conversa, Benzamerro perguntou sobre os boatos que corriam entre judeus e muçulmanos de Fez acerca da origem redentora de sua visita. O embaixador prontamente teria respondido:

Deus me livre, eu sou um pecador perante o Senhor, maior do que qualquer um de vocês, pois assassinei muitos homens. Um dia eu matei quarenta inimigos. Não sou nem um profeta nem o filho de um profeta, nem um homem sábio nem um cabalista, mas sou um capitão das tropas, filho de Salomão o rei, o filho de Davi, filho de Jessé, e meu irmão, o rei, governa sobre trezentos mil nos confins de Habor. Além disso, os marranos no reino de Portugal, os judeus na Itália e todos os que estiveram nos lugares em que passei também pensaram que eu fosse um profeta, homem sábio, ou cabalista, e eu os disse, “Deus me livre, eu fui um pecador e um homem de guerra na minha juventude e até hoje” (REUBENI, 1987, pp. 293 - 294).

Por mais que o embaixador se apresentasse como um homem de guerra e não um Messias, seu aparecimento, sua missão, os cálculos cabalistas difundidos entre os cristãos-novos, as perseguições aos criptojudeus e o conhecimento das tribos perdidas de Israel³¹ conferiam-lhe um caráter redentor.

³¹ Em 721 a.C., Sargão II, rei dos assírios, invadiu Samaria, capital de Israel, e pôs fim na história bíblica do Reino do Norte, que reunia as dez tribos de Israel, restando das tribos israelitas apenas as que compunham o reino do Sul, Judá e Benjamin. Era prática dos assírios a troca das populações dominadas, e deste modo os vencedores exilaram as tribos do Norte na alta mesopotâmia e trouxeram a população de lá para Samaria. Com o tempo, não se soube do

Reubeni foi responsável por uma onda de fervor messiânico em Portugal. Durante sua estadia, surgiram diversas lendas sobre os objetivos de sua permanência.

A documentação mostra-nos que, por onde passou, o embaixador causou alvoroço, despertando esperanças entre os cristãos-novos; afinal, era um príncipe declaradamente judeu que carregava bandeiras com o nome das tribos de Israel em um reino onde o judaísmo, recém-extinto, era proibido.

Exemplos do impacto de Reubeni sobre os cristãos-novos podem ser encontrados em seu *Diário*, como: “[...] Em toda cidade que nós entramos, marranos vieram, homens e mulheres, grandes e pequenos, e beijaram minha mão” (REUBENI, 1987, p. 288), ou “[...] Em todo caminho que eu passei, marranos vieram até mim de todos os lados e todos os cantos para me acompanhar. Eles me deram presentes” (REUBENI, 1987, p. 288).

A estadia de David Reubeni em Almeirim e as honras que recebeu do monarca lusitano fascinaram, na capital, um jovem cristão-novo chamado Diogo Pires, que ocupava o cargo de escrivão dos ouvidores na Casa de Suplicação desde fevereiro de 1521, como relatado na chancelaria de D. Manuel:

O doutor Diogo Pires, do desembargo do rei e corregedor dos feitos crimes na corte e casa da suplicação, é nomeado escrivão dante os ouvidores desta casa que ora vagou por falecimento de Fernão Rodrigues, cantor.³²

Reubeni causou grande fervor místico em Pires, que, influenciado por visões e sonhos de fundo messiânico, se autocircuncidou, mudou seu nome de batismo para Salomão Molcho, uma variante hebraica para ‘rei’, e buscou aproximação com o embaixador para que este desvendasse e interpretasse seus sonhos.

A notícia da circuncisão de Pires trouxe grande indignação a Reubeni, que sabia do risco que correria se o rei soubesse que um cristão-novo se convertera ao judaísmo através de um ato tão decisivo. Sem dúvida, o acusariam de ter influenciado o jovem. De fato, foi o que aconteceu, segundo os relatos do *Diário*, como se segue no diálogo do embaixador com o Rei:

paradeiro das tribos de Israel, que passaram a ser conhecidas como “as tribos perdidas de Israel”. A reunião das tribos perdidas passou a ser parte da agenda messiânica.

³² Chancelaria de D. Manuel, Livro 37, fls. 108 de 08 de fevereiro de 1521.

Ele me disse: “Eu ouvi falar que você circuncidou meu secretário”. E eu o respondi, “Deus me perdoe, isso não é verdade, eu não vim para fazer essas coisas, não incline seus ouvidos para caluniadores, pois eu vim somente pelos meus negócios e para teu serviço” (REUBENI, 1987, pp. 302 - 303).

Sabendo que este fato poderia trazer problemas a sua empreita, o embaixador narrou um diálogo que teve com Pires:

Esse secretário veio até mim antes de ser circuncidado e me contou um sonho em que ele fora circuncidado. Ele me pediu para circuncidá-lo ou para ordenar ao meu servo Salomão fazer o mesmo. Eu fiquei zangado com ele e disse, “Fique com os seus deveres diante do rei até que o Todo poderoso abra a porta. Ele conhece os pensamentos dos homens e sabe que suas intenções são boas, mas tome cuidado fazendo essas coisas nesta hora, ou você, eu e todos os marranos estaremos em grande perigo.” Ele me deixou depois dessa conversa entre nós sobre circuncisão. Ele era um secretário muito honrado perante o rei. O problema foi descoberto pelo rei de Portugal e por todos os seus lordes. Todos os cristãos e marranos souberam que ele havia circundado a si mesmo, fugido e desaparecido. O rei e seus lordes disseram que eu fiz o secretário circuncidar a si mesmo, embora eles soubessem que eu mesmo não havia feito isso (REUBENI, 1987, p. 303).

E concluiu:

Fui para casa e fiquei lá até a noite. O escriba, que fora secretamente circuncidado, veio me falar naquela noite. Eu estava zangado e lhe disse, “Veja o que você causou a nós. Vá a Jerusalém e não seja visto aqui ou eles vão queimá-lo ou açoitá-lo,” e ele me deixou (REUBENI, 1987, p. 303).

Pires Molcho, obedecendo a Reubeni, abandonou o cargo que ocupava e rumou a Safed na Palestina, onde se especializou na *Ciência da Cabala*, como ficou conhecido o estudo da mística judaica.

4.3. EFEITOS DA PRESENÇA DO EMBAIXADOR EM PORTUGAL

A documentação mostra-nos que o fervor místico causado por Reubeni e, conseqüentemente, pelas pregações de Pires Molcho foi tamanho que um episódio datado de 1528 foi determinante para as petições de D. João III junto à Santa Sé para a instauração do Santo Ofício.

Alguns cristãos-novos espanhóis, refugiados na cidade portuguesa de Campo Maior, inflamados de fervor messiânico e munidos de armas, seguiram para a cidade fronteiriça de Badajoz, no reino da Espanha, onde provocaram algumas desordens e conseguiram arrancar à força uma mulher do tribunal inquisitorial – tal acontecimento despertou grande fúria entre os membros do alto clero espanhol.

Após o ocorrido, Selaya, inquisidor de Badajoz, imediatamente enviou uma missiva ao monarca lusitano narrando o acontecimento e, pautado em acordos entre Espanha e Portugal, pediu a punição dos envolvidos no ocorrido. Na carta, datada de 30 de Março de 1528, o clérigo espanhol faz menção direta a David Reubeni e ao que ele causou nos lugares onde passou:

[...] faz dois ou três anos mui poderoso Senhor que chegou um judeu a vossos reinos de estranhas terras. Segundo o público, o qual foi tão cauteloso que em pouco tempo fez muitos danos. E segundo posso certificar, convertido a perfídia judaica. E as movê-las infinitas gentes de vossos reinos a crer que nosso senhor e redentor Jesus Cristo não é Deus nem o messias prometido, e que o dito judeu vinha dar boas novas aos crentes para dizer que estivessem prontos para receber este falso messias que é previsto.³³

A presença do embaixador e a euforia causada por ela repercutiram na literatura portuguesa da época. O dramaturgo Gil Vicente, em 1531, em sua peça *Auto da Lusitânia*, apresenta-nos através da voz de dois personagens judeus, “Pai deles” e “Jacob”, uma suposta alusão a Reubeni e ao entusiasmo messiânico causado:

Pai: E se o nosso infante passa

³³ Avra dos o três aaios muy Poderoso Señor. Que llego vn judio a vuestros reynos de estrañas tierras. Segun el publico, el qual fue tan cauteloso que en poço tiempo hizo mucho daño. y segun puedo çerte- ficar convertio a la perfidia judayca. Y a las novelas que Senbro ynfinitas gentes de vuestros Reynos, y a creer que nuestro seior y redentor Jesu Chrisio no es Dios nj el mexias prometido, y que el dicho judio venja a dar buenas nuevas a los creyentes. y para dezir les que estoujesen apercebidos para yr a reęibir ai falso mexias que el pedrico (*apud* JUSTINIANO SILVA, 2014, p. 143).

e ele hoiver de passar
o leão do oiro belo
duque das partes dalém
nam hei de ficar em casa
nem nenhum homem de bem.

Levarei ãa gualteira
e ãa lança longa longa
bem longa muito comprida
que haja seis lanças nela
e buscar onde me esconda
pera esconder a vida
nam topem moiros com ela.

[...]

Jacob: Eu busquei isto de mi
já vedes que el rei é aqui
e temos já aqui el rei
santo mais que rei Davi.

E a sua bem assombrada
natural rainha Ester
rainha Sabá doirada
a rainha mais honrada
que dez reinos podem ter.³⁴

Nas duas primeiras estrofes, vemos o judeu “Pai deles” se referindo a Reubeni como um nobre das partes de além, visto que, como embaixador, este se declarava oriundo de um reino oriental, e ao fato de que ele estava pronto para cumprir sua chamada e derrotar os muçulmanos (mourous). De fato, havia boatos de que o embaixador judeu estava recrutando homens para tomar a Cidade Santa das mãos dos otomanos.

As últimas estrofes mostram Jacob e sua efusiva esperança messiânica, supostamente apresentando Reubeni como um rei mais santo que Davi. É importante elucidar que, para o judaísmo, o Messias será ainda mais poderoso que o Rei Davi. Ao prosseguir, o dramaturgo, possivelmente por falta de conhecimento bíblico, refere-se a Ester como a rainha de Sabá; o erro ocorre por conta de as duas serem personagens de narrativas distintas. Apesar disso, o fragmento faz alusão a uma outra questão marcadamente messiânica e ligada ao discurso atribuído ao judeu do Habor: o encontro das tribos perdidas de Israel, aqui apresentadas como reinos.

³⁴ GIL VICENTE, O Auto da Lusitânia, disponível em: http://ww3.fl.ul.pt/centros_invst/teatro/pagina/Publicacoes/Pecas/Textos_GV/lusitania.pdf acessado em 08/04/2019.

4.4. A INFLUÊNCIA DE MOLCHO EM ROMA E O FIM DE REUBENI

Depois de retornar de Safed, onde se instruiu no estudo da Cabala e na exegese mística do texto bíblico, Molcho estabeleceu-se, por volta de 1530, em Roma, onde conseguiu junto ao Papa Clemente VII a validação de seu retorno ao judaísmo, pois, segundo carta apresentada ao pontífice, sua conversão ao cristianismo fora feita por imposição.

Em Roma, Pires Mocho agiu como um intercessor dos cristãos-novos junto ao Papa, empenhando-se, sobretudo, na tentativa de minar os interesses inquisitoriais do monarca lusitano junto ao pontífice.

Brás Neto, embaixador português na Santa Sé, foi o encarregado de conseguir de Clemente VII a *bula* de autorização para a introdução do tribunal em Portugal. No entanto, sob influência do, agora judeu, Pires Molcho, teria sido recebido com aspereza pelo conselheiro do Papa, Antonio Pucci, o cardeal Santiquatro, como foi colocado em carta ao rei, em 11 de junho de 1531:

Eu, Senhor, quando falei a Santiquatro nisto, achei-o um pouco áspero, e disse que isto parecia que se ordenava para o proveito e adquirir as fazendas desta gente, como diziam da de Castela. Eu lhe disse que a intenção de Vossa Alteza era tão santa como sempre fora, em todas as outras que fazia, e quanto ao proveito que disso se podia haver que o não tinha em conta de senão olhar ao serviço de Nosso Senhor e aumento e louvor de sua santa fé. Disse-me que seria melhor que quem quisesse tornar à vida e costumes antigos que o pudesse fazer, e quem quisesse ficar que ficasse, e estes esfolassem se fizessem o que não devessem, havendo respeito ao começo parecer um pouco forçoso. Disse-lhe que faria grande escândalo ao povo e seria grande mal tal cousa se fazer. Todavia estava posto nisto.³⁵

Em seguida, o embaixador português apresentou ao rei a influência de Pires Molcho nas decisões do cardeal:

Receio que tenham já cá feita a diligência com algum seu sobrinho ou camareiro, e assim com algum do Papa, e que tenham tudo feito como lhe cumpre e à sua vontade, porque aqui está um português, que quando lá se tratava como cristão se **chamava Diogo Pires**, e serviu o ofício de Fragoso de **escrivão diante os ouvidores da Casa de Suplicação**, o qual veio se declarar por judeu à Turquia, dizendo que fora feito

³⁵ Corpo Cronológico, Parte I, Maço 16, n° 102 – ANTT apud LIPINER – O sapateiro de Trancoso, p. 324; HERCULANO - História da origem, p. 150.

cristão por força, e que nunca o fora, e por esta informação houve um breve do Papa por que manda que nenhuma pessoa por isso lhe dê moléstia, nem lhe faça mal algum, e manda à justiça eclesiástica que nisso não entenda; e agora publicamente está aqui judeu e prega aos judeus, e creem nele, e quase têm-no por santo. Este fala com cardeais e com o Papa, e hei medo que de lá lhe escrevam alguns seus amigos, para peitar e torvar.³⁶

As notícias acerca dos êxitos de Molcho chegaram a Portugal e intensificaram em muitos de seus conterrâneos a crença de que aquele era o momento da vinda do Messias.

Quanto a Reubeni, D. João III apresentou as dificuldades em cumprir a suposta promessa de ajuda bélica, aconselhou-o a pedir ajuda direta ao Imperador e pediu para que fosse redigida uma carta autorizando sua saída do reino:

Judeu privylegio

Dom Joam etc faço saber a todos capitães geraees e espiçiaees asy da terra como do mar governadores regedores de provencias cidades e lugares alcajdes juizes justiças e todas outras pessoas e ofiçiaees a que esta minha carta for mostrada que a mym veo Davy judeu o quall dizia ser envyado de hu seu jrmão e judeos que vivem no deserto de Monte Tabor e porquanto ele se quer ora tornar pera sua terra e veo com salvocomduto de meu embaixador em corte de Roma e meu pera sua vinda e tornada vo lo notifique asy e vos rogo mujto e encomendo a todos em jerall e a cada hu de vos em espiçiall que hu ajaees a ele a seis pessoas que comsiguo leva por muito recomendados e le facaees favor e honra e boom tratamento e nam consintaees em tal modo que com rezam ele se nom deva agravar crendo que alem disto com comprydes com aquela obrigacam que debes e como em tall caso soees obriagados me fares njso prazer e servjco que vos muito agardecerey. Dada em a mjnha vila de Santarem a xx/ dias de Junho Antonio Paez a fez ano de mjll b cxxbj. E estas seis pessoas que comsiguo levar sejam judeos e nam crystãos.³⁷

Com a *Carta de Privilégio* concedida pelo monarca português, Reubeni seguiu caminho rumo à corte do Imperador Carlos V. O *Diário* não apresenta o caminho percorrido pelo embaixador, pois termina com sua saída do reino lusitano. Sabe-se, no entanto, que não obteve sucesso em suas investidas, visto que a Terra Santa foi território Otomano até o início do século XX. Desse

³⁶ Corpo Cronológico, Parte I, Maço 16, nº 102 – ANTT apud apud LIPINER – O sapateiro de Trancoso, p. 324; HERCULANO - História da origem, p. 150.

³⁷ ANTT, Chancelaria de D. João III, Livro 12, fls. 3 - 5 apud LIPINER – O sapateiro de Trancoso, p. 147.

modo, são poucas as informações acerca do fim das vidas de Reubeni e Pires Molcho. Ferro Tavares (1991), Lipener (1993) e Kayserling (2009) afirmam que estes se reencontraram na corte de Carlos V em Ratisbona, na atual Alemanha, que lá foram condenados pela inquisição e que morreram como cristãos, Molcho³⁸ em Mântua, nas terras imperiais da Itália, e Reubeni em Llerena, no reino da Espanha.³⁹

³⁸ O rabino Kayserling (2009), mais como um recurso narrativo do que propriamente baseado em documentação, narrou a morte de Pires Molcho como sendo em Mântua, na porção imperial da Península itálica. O rabino relatou a morte de Molcho como um martírio, semelhante à de um santo católico medieval: Colocaram-lhe uma rédea no maxilar e arrastaram-no ao fogo. Por sua causa, toda a cidade se encontrava em alvoroço. Quando já em frente às labaredas ardentes, um dos servos imperiais lhe propôs que comprasse a vida com uma conversão sincera ao cristianismo, Molcho respondeu como um santo, qual um anjo divino: “Meu coração ficou triste e abatido pelo tempo que perdi, ouvindo tais sugestões; agora façam o que quiserem e volte minha alma, como dantes, ao abrigo de seu Pai” (p. 236).

³⁹ Conhecido como “judeu do sapato”, Reubeni viria a ser condenado pela Inquisição de Llerena, no domingo 8 de Setembro de 1538, tendo morrido cristão (FERRO TAVARES, 1991, p. 144).

5. MARRANISMO E MESSIANISMO

O impacto deixado pela passagem de Reubeni foi profundo em diversos círculos, tanto entre cristãos-novos quanto entre os cristãos velhos. O messianismo cristão português até então presente na esfera real, nomeadamente na Casa de Avis, amalgamou com as dores do parto da era messiânica prevista nos tratados e tradição judaicas presentes entre os cristãos-novos. Afinal, acreditava-se que Portugal era uma nação escolhida pelo próprio Deus para a universalização da Fé, como encontramos na *Carta de D. Manuel ao Samorim de Calicute*. Por isso, não tardou para que boatos argumentassem que, sabendo da grandiosidade que Portugal tinha, um embaixador judeu buscou a força deste “poderoso” reino para que o ajudasse a destruir os muçulmanos, expulsá-los dos locais sagrados da cristandade e estabelecer o reino que prepararia o mundo para a volta de Cristo. Parecem contraditórias para o homem contemporâneo afirmações que mesclam tradições religiosas distintas, mas para um português do século XVI, tudo isso tratava de uma fé impulsionada pelos feitos ultramarinos e pela estranheza da presença de um embaixador de “estrañas terras”.

Compreendemos que a comoção messiânica só foi possível graças à repercussão do batismo forçado de 1497 e ao surgimento do fenômeno do marranismo. Sobre a origem do termo marranismo, o historiador judeu britânico Cecil Roth (2001) e, junto com ele, parte dos historiadores da primeira metade do século XX, defendem a ideia de que *marrano* foi uma expressão utilizada para denotar “porco” em algumas regiões da Península Ibérica medieval, e que ainda hoje o vocábulo *marrão* é utilizado em algumas regiões de Portugal para designar um porco ainda não desmamado. Ainda nesta linha de raciocínio, “marrano” teria sido a maneira pejorativa pela qual cristãos passaram a chamar os neo-cristãos, que, em observância da lei antiga, não comiam carne suína. Outra linha de argumentação é a de que a palavra vem de *mar anuss*, que em aramaico/hebraico se traduz como *homem forçado*. Atualmente, alguns centros de cultura judaica espalhados por Brasil e Portugal, onde seus frequentadores reclamam a origem Marrana de seus ancestrais, são chamados de *Beith B’nei Anussim*, traduzindo-se como *Casa dos Filhos dos Forçados*.

Como apresentado, apesar da origem contraditória que ainda hoje suscita debates, é consenso que o marrano é um judeu convertido à força ao cristianismo e que, apesar de externamente se portar como cristão, ainda é um observador parcial ou integral da *Halahá*, a lei judaica, em segredo. Apesar de guardar idiossincrasias das tradições antigas, o marranismo se caracteriza pelo hibridismo baseado no cristianismo e no judaísmo, o que de fato fez os seus adeptos desenvolverem maneiras peculiares de viverem suas práticas religiosas.

Antes da conversão forçada de 1497, o judaísmo era praticado livremente em Portugal. Além das questões que marcam o funcionamento de uma comunidade judaica, podia-se observar a existência de *Yeshivás*⁴⁰, que garantiam a homogeneidade da cultura e tradição religiosa judaicas nas sinagogas espalhadas pelo reino. Depois do fatídico édito de D. Manuel I, o judaísmo passou a ser ilegal, sinagogas foram destruídas ou transformadas em igrejas, cemitérios passaram a ser comunais, açougues *Kosher*⁴¹ foram desativados e as judiarias foram incorporadas às cidades como bairros cristãos. Neste contexto, também foram desativadas as escolas formadoras de rabinos. Apesar da garantia real de não-perseguição aos hábitos religiosos dada aos cristãos-novos por vinte anos, o judaísmo continuou a ser praticado secretamente em seus lares, no entanto, sem o rigor institucional proporcionado pelas sinagogas e, conseqüentemente, pelos rabinos.

Ainda que a tradição não tenha se perdido por completo, o criptojudaísmo praticado pelos cristãos-novos, ou o marranismo, foi se distanciando do judaísmo praticado no reino antes da conversão. A documentação nos apresenta que já a segunda geração de marranos não conduzia com diligência rabínica suas práticas religiosas, pois associavam a catequese cristã à religiosidade doméstica. Houve uma crescente flexibilização dos preceitos judaicos outrora inegociáveis.

A observação do *Shabbat* em “intenção”, ou seja, desprovido de sacralidade, a não-circuncisão do menino ao oitavo dia, a não-observância do calendário judaico e a incorporação do *Pater noster* na liturgia são características daquilo que o historiador francês Israel Salvatore Révah (1960)

⁴⁰ Escolas de estudo da religião.

⁴¹ Alimento preparado segundo a tradição judaica.

chamou de “marranismo normal”, isto é, práticas convencionais entre os cripto judeus portugueses.

Esse “marranismo normal” pode ser observado nas confissões do poeta Bento Teixeira feitas ao Santo Ofício. Ele narra uma conversa que teria tido com outros três cristãos-novos portugueses na Bahia. O diálogo gira em torno da necessidade de se guardar as leis até a vinda do Messias:

Lionel Mendes Pinto: Folgara de saber perfeitamente o que sou obrigado a fazer, por guarda da Lei que o Senhor Deus deu a Moisés, até à vinda deste desejado Messias.

Gonçalo Mendes Pinto: Qualquer coisa basta com teres fixa a fé do Senhor Deus em teu peito, porque ele não come senão corações. E basta fazermos qualquer cousa, pois estamos cativos.

Bento Teixeira: **É quase impossível, da maneira que hoje estamos divididos e apartados os da nação, fazermos nem sabermos perfeitamente o que a Lei de Moisés manda.** Somente confusa e indeterminadamente saberemos algumas cerimónias das que vimos fazer nossos pais e mães, e eles nos ensinaram, como é guardar o sábado do Senhor Deus, vestindo neles camisa lavada, não fazendo neles cousa de serviço que dê pena nem moléstia, não comendo cousa de sangue, nem peixe de coiro, nem cousa de carne que seria afogada nem devorada de besta fera, que assim manda Deus no Deutoronómio, nem comendo carne de porco, nem outro animal qualquer, se não tiver unha fendida e ruminar. Daqui vem o porco, ainda que tem unha fendida, por não remoer ser reprovado de Deus.

Gonçalo Mendes Pinto: Quanto é isso, meu irmão Lionel Mendes, que aqui está, e eu o cumprimos à letra. E às vezes jejuamos o dito meu irmão e eu algumas segundas e quintas-feiras, não comendo nem bebendo em todo o dia, senão á noite com a estrela saída.

Diogo Fernandes Teves: Por essa mesma bitola imos o Senhor Miguel Fernandes e eu, que aqui estamos (*apud* WILKE, 2009, p. 90).⁴²

Neste diálogo, fica clara a dificuldade de se seguir de maneira zelosa a religião ancestral, marcando-se a flexibilização da tradição, como expresso na fala do réu: “impossível sabermos perfeitamente o que a Lei manda”. Apesar disso, é importante explicitar que trata-se de uma maneira peculiar de judaísmo, visto que o diálogo se baseia nas crenças essenciais da religião, como a unidade de Deus, a validade da Lei de Moisés e a vinda do Messias.

⁴² ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 5206, sessões de 12 e 13 de Dezembro de 1597.

Apesar da lei que impedia a construção de casas de oração em Portugal e de o judaísmo ter se evadido da esfera pública, sendo praticado fundamentalmente em casa, muitas sinagogas clandestinas surgiram na primeira metade do século XVI. Essas sinagogas não eram frequentadas apenas por cristãos-novos; alguns cristãos-velhos, principalmente antes da instauração do Santo Ofício em 1536, passaram a visitá-las também.

Longe de prezarem pela rigorosa observação dos preceitos judaicos do período anterior à conversão, os rabinos dessas sinagogas, além de não terem uma formação em *Yeshivá*, praticavam ritos híbridos, como já citado, utilizando, por exemplo, o *Pater noster* neo-testamentário em suas liturgias, apesar de não atribuírem o sentido cristocêntrico à oração (WILKE, 2009). O tema do messianismo, presente no judaísmo, ainda que de modo alegórico, visto que a ortodoxia judaica repudiava qualquer precisão da data da vinda do Salvador, passou a ser largamente difundido. A futura chegada do Messias não se baseava apenas na Bíblia Judaica, mas também em cálculos e estudos cabalísticos, que passaram a ter validade canônica em alguns desses centros.

Foi no cenário marcado pelo efervescer do “marranismo normal” que Reubeni foi enviado à Portugal, e nesse contexto sua presença causou grande agitação. A autocircuncisão de Pires Molcho, que logo se tornou uma espécie de “santo marrano”, foi o ápice do impacto que a presença do embaixador teve entre parte da população da época.

5.1. O FERVOR MESSIÂNICO

O impacto trazido por Reubeni e Molcho nos círculos de cristãos-novos e velhos foi tamanho que propiciou, ainda na primeira metade do século XVI, uma leva de pseudo-messias e profetas no reino. De forma geral, estes profetizavam a tomada de Jerusalém, ou a libertação do povo escolhido, que, sob seu ponto de vista, estava preso ao jugo estrangeiro. Fruto do marranismo corrente, fundiam as esperanças redentoras judaicas às convicções do retorno do Messias, dos judeus, ou de milagres, dos cristãos.

Iniciamos essa explanação com as notícias sobre o arrebatamento, ressurreição ou milagres atribuídos a Molcho. Em 19 de fevereiro de 1538, dois

anos após a instauração do tribunal inquisitorial e seis anos após a morte do ex-escrivão, o cavaleiro e fidalgo do rei Gerônimo Ferraz apresentou denúncia ao Santo Ofício contra Joana Rodrigues, cristã-nova, mulher de Pedro Lopes, também cristão-novo, ambos sendo moradores de Torres Novas. Segundo a acusação, a mulher teria dito que Pires Molcho havia curado um homem em Lisboa:

Diogo Pires que foi escrivão dos feitos da fazenda que desaparecera destes reinos no tempo em que viera o judeu David em Almeirim. Esse Diogo Pires viera a esta cidade em uma nuvem e estava nela. E este fora o que dissera a este homem que fora são que se alevantasse (*apud* LIPINER, 1993, p. 327).

A acusação dita que o fidalgo a repreendeu, “dizendo-lhe que Cristo, fazendo tantos milagres, o não creram, como haviam de crer em um homem tão mal que era o que nele criam e lhe viram fazer?” (*apud* LIPINER, 1993, p. 327). A essa repreensão, respondera a Cristã-Nova:

Que quando o dito Davit Judeu viera a este reino, o dito Diogo Pires se fora a ele e lhe requerera que o circuncidasse; e que o dito David o não quisera fazer; e que o Diogo Pires se circuncidara por si mesmo e se tornara ao David dizendo que tinha feito aquilo; e que então o dito David o mandara com cartas e recado seu a uma certa parte; e que os judeus tinham entre si que o judeu que se circuncidasse por si que havia de ser entre eles grande homem (*apud* LIPINER, 1993, p. 330).

As lendas e histórias acerca do aparecimento póstumo de Pires têm estreitas relações e alusões às literaturas messiânicas bíblica e talmúdica. Segundo a tradição judaica, o Messias poderia chegar em um jumento, como narrado no trecho bíblico:

[...] Regozija-te muito, ó filha de Sião; aclama, ó filha de Jerusalém; eis que o teu rei virá a ti, ele é justo e tem a salvação; pobre, e montado sobre um jumento, e sobre um jumentinho, filho de jumenta (BÍBLIA KING JAMES, 2018, Zacarias 9: 9).

Ou montado nas nuvens do céu, como em Daniel:

[...] Eu vi nas visões noturnas, e eis que um semelhante ao Filho de homem veio com as nuvens do céu, e veio até o Ancião de dias, e trouxeram-no diante dele. E foi-lhe dado domínio, e glória e um reino, para que todo povo, nações e línguas o servissem; o seu domínio é um domínio eterno, o qual não passará, e o seu reino, um que não será destruído (BÍBLIA KING JAMES, 2018, Daniel 7: 13 - 14).

Neste mesmo contexto, temos a personagem Luís Dias, alfaiate da vila de Setúbal que se auto-proclamara como o próprio Messias. Algo inusitado até então, visto que nem Reubeni, ou mesmo Molcho haviam assumido tal patente.

A única fonte que temos sobre o alfaiate de Setúbal é o que foi impresso em seu processo na Inquisição de Lisboa, onde foi condenado em 1541.

Filho de judeus convertidos à força, teria nascido em Viana do Alentejo por volta de 1504, ano em que fora batizado na fé católica. Casou-se em Montemor e, na fase adulta, se mudara para a vila que o consagrou, onde desempenhou o ofício de alfaiate e manteve um comércio de carvão (FERRO TAVARES, 1991).

A lenda em torno de Luís Dias começou quando se espalhou a crença de que seus filhos teriam nascido milagrosamente circuncidados. A partir de então, sua casa tornou-se ponto de encontro de devotos e curiosos, uma sinagoga clandestina, que, para evitar alvoroço, funcionava à noite. Foram estas reuniões noturnas que levaram à sua primeira prisão em março de 1538. A principal acusação era a de que “muitos cristãos-novos diz ser ele grande profeta e verdadeiro Messias prometido na Lei” (MUCZNIK, 2009, p. 192). Sobre tais recriminações, Dias declarou que:

[...] por conversarem em minha casa de noyte, fora d'oras acostumbradas, cristãos novos asy da dita villa de Setuvall como desta cidade e doutras partes, e em dizer que se acharia em mym mais sçiençia do que cuidavam, mostrando me sabedor, propheta e missyas aos cristãos novos, e por tall me denunciava per cartas.⁴³

A segunda acusação foi feita pelo cristão-novo, também preso pela Inquisição de Lisboa, Diogo de Montenegro em 25 de fevereiro de 1539:

⁴³ A.N.T.T. Inquisição de Lisboa n° 3734, fl, 15v. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2303700>.

[...] ouvido dizer de huu homem de Setuvall ou se o avia visto ou fallava com elle porque era hu homem que fallava cousas tam alltas e tam sobidas que ninhuu homem despois de Mouses aqua lhe parece que nunca tall ouvio nem vyo. E que elle, Dioguo de Montenegro, lhe tornara que homem podia ser o que tall fallase s'era letrado ou se avya llydo ebrayco. E o dicto Foam lhe tornara que nem sabya se sabya ller, mas que suas cousas eram tam grandes que nam avya pessoa que lhe soubese sayr de diamte e que dizya ser o mysyas. E asy lhe disera mais o dicto Foam que cada vez que ho dicto Luis Diaz querya fallar com Deus fallava [...].⁴⁴

Ainda no ano de 1539, Brás Afonso, cristão-novo de Lisboa, declarou ao Santo Ofício que:

[...] ante que ele fose preso tres ou quatro annos ate o tempo que foy preso ouvio dizer e nam he lembrado a quem per muitas vezes e a muitas pessoas, as quaes eram cristãos novos e diziam: vedes que se nos ha alevantado hu missias nomeando ao dicto Luis Diaz de Setuvall. E que diziam que ho dicto Luis Diaz dizia que vinha ho Senhor a fallar com elle de maneira que se anunciava por mesias e que falava com Deus, e que hiam cristãos novos desta cidade a dicta villa de Setuvall a o buscar e a fallar com elle [...].⁴⁵

A influência de Luís Dias foi tamanha que o cronista João de Barros, em sua obra *Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus*, de 1541, pontuou a influência do messianismo do alfaiate, aqui citado como sapateiro.

[...] hum sapateiro em Steuval, christão novo, per nome Luyz Diaz, se fez Messias, e com milagros feitiços provocou muytos christãos novos a crerem que ho era, e o adorarem e lhe beijarem a mão por Messias, e fazerem outras exorbitamcias com ele, amtre os quais avia fisicos e letrados, que eram avidos por homens de bem.[...] Huu se chamava Francisco Mendez, tambem medico, o qual hia ouvir huu Luis Diaz, alfaiate que se fez Messias, a quem ele e outros beijavam a mão confessando aver nelle spirito de santidade (apud MUCZNIK, 2009, p. 192).

⁴⁴ A.N.T.T. Inquisição de Lisboa n° 3734, fl, 15v. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2303700>, acessado em 20/03/2019.

⁴⁵ A.N.T.T. Inquisição de Lisboa n° 3734, fl, 29v -30v. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2303700> acessado em 20/03/2019.

Dentre os seguidores do alfaiate, estava Gil Vaz Bugalho, cristão-velho de “juiz de fora em Portoalegre, Santarém, Évora e por fim de desembargador da Casa do Cível de Lisboa” (COELHO, 2009, p. 126). Casado com Beatriz Vaz, passou, em 1526 - ano em que estava em Lisboa David Reubeni, a traduzir a Bíblia do hebraico para o português, algo inédito até então, visto que não existia uma tradução da Bíblia Hebraica para línguas vernáculas. Bugalho não conseguiu concluir sua tradução, fato que apenas fora alcançado com a Bíblia de Ferrara, em 1555, traduzida para o castelhano.

Bugalho e sua família teriam aderido ao marranismo por influência do fervor que a presença de Reubeni causara no reino. Após a saída do embaixador, passou a entrar em correspondência com Luís Dias e a tê-lo por Messias, como revela uma carta apreendida pelo Santo Ofício de Évora: “A ti, bem aventurado, sábio por graça divina, um teu discípulo te saúda! Rogo-te para que assomes já, mostra-te juiz da terra, saibam as gentes que são homens”.⁴⁶

Bugalho foi preso em 1537. Tendo ficado 14 anos no cárcere, não foi agraciado pelos dois perdões gerais decretados pelo Papa Paulo III porque, no entendimento do Santo Ofício, tais indulgências eram exclusivamente dedicadas aos cristãos-novos. Por ser um cristão-velho, lá permaneceu até 20 de dezembro de 1551, data na qual foi queimado em Évora.

Luís Dias, o Messias de Setúbal, foi condenado pela Inquisição de Lisboa no mesmo auto de fé do célebre Gonçalo Annes Bandarra, mas, diferentemente do sapateiro de Trancoso, o alfaiate foi queimado em 23 de outubro de 1541.

5.2. A PREOCUPAÇÃO POLÍTICA COM O FERVOR MESSIÂNICO

O fervor iniciado pela passagem de Reubeni, consolidado por Luís Dias e alavancado pelos escritos de Bandarra gerou uma atmosfera messiânica que alcançou o próprio monarca português. É sabido que, pelo menos, durante 5 anos o tema foi citado em duas correspondências de D. João III ao Papa e em uma do Inquisidor Geral a seu agente em Roma.

⁴⁶ A.N.T.T. Inquisição de Évora n° 8760. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2370804>.

Em carta datada de 26 de julho de 1540 destinada ao Papa Paulo III, D. João, a fim de ampliar seu poder no Tribunal do Santo Ofício e de contestar os sucessivos breves de perdão geral aos criptojudeus concedidos pelo pontífice, apontou o alvoroço causado pelo regresso de alguns cristãos-novos, pela conversão de cristãos-velhos ao judaísmo e pelo aparecimento de figuras messiânicas:

[...] e com danado atrevimento, confiando em suas invenções, sem nenhum receio, assi vivem mal, que não somente uns danão aos outros, mas ajuda pervertem alguns christãos velhos, fazendo-os judaizar, e apostatar de nossa fé, até lhes tirarem o baptismo, oleo e chrisma actualmente com ritos judaicis, e levantarem entre eles **Messias**, de que se fez justiça, segundo largamente vossa Santidade pode ser informado pelos processos, que lhe são enviados, passando de quarenta annos, que são convertidos, e sendo já perdoados geralmente por vossa Santidade.⁴⁷

Quando, na missiva, o rei menciona a conversão de cristãos-velhos, é possível que esteja se referindo a Gil Vaz Bugalho, que havia sido preso pela inquisição em 1538 por ter aderido ao judaísmo e seguido a Luís Dias, o alfaiate de Setúbal, como Messias.

Dois anos após a carta de D. João III ao Papa, o Cardeal D. Henrique, Inquisidor Geral de Portugal e irmão do rei, enviou uma correspondência para Pedro Domenico, embaixador português em Roma. Em texto escrito em 10 de fevereiro de 1542, o Infante demonstrou possuir grande conhecimento sobre os movimentos messiânicos entre os cristãos-novos, mapeando ocorrências por diversas regiões do reino:

[...] um çapateiro em Setubal, chistão novo, por nome Luiz Diz, se fez Messias, e com milagres feitiços provocou muitos christãos novos a serem que o era, e o adorarem, e lhe beijarem, a mão por Messias, e fazerem outras exorbitâncias em elle, entre os quaes havia fisicos, e letrado, que erão tidos por homens de bem. Outros se fazem profetas; e um mestre Gabriel, christão novo, fisico, andava em Lisboa pregando aos christãos novos, de caça em caça, a lei de Moisés, e se provou que circumcidou muito numero deles, e fez muito damno. Outro

⁴⁷ REVISTA LITTERARIA, 1899, p. 234 - Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=xsgjAQAIAAJ&pg=PA229&lpg=PA229&dq=Carta+do+doutor+Jorge+Temudo+a+elRei+D+Jo%C3%A3o+III&source=bl&ots=31NgrvC7gy&sig=ACfU3U17VmAtQBfocXal70vjPIPGFnSHBw&hl=ptR&sa=X&ved=2ahUKEwj4mbHazO7gAhVUGbkGHatvAx8Q6AEwAHoECAQAQ#v=onepage&q=Messias&f=true> acessado em 06/03/2019.

em Coimbra adquirio a si muitos discipulos, aos quaes lia em hebraico, e os convertia á lei de Moisés. Tambem em Lisboa fizerão com uma christãa velha, que se tornasse judia, e com grande solenidade lhe cortarão as unhas, como costumão em tal auto, e fizerão todas as mais superstições; e se achou em Lisboa uma casa, em que se ajuntavão, e tinham synagoga secretamente, o que tudo está provado, e averiguado por elles mesmos.⁴⁸

Apesar de ser citado como sapateiro, sabe-se que Luís Dias era alfaiate. Independentemente do equívoco do Inquisidor, percebemos que a figura do Messias de Setúbal foi de grande influência nos círculos marranos. Mestre Gabriel, apresentado pelo Infante como profeta, foi na realidade o líder da sinagoga clandestina de Lisboa e entusiasta da causa messiânica do alfaiate setubalense e dos escritos proféticos de Bandarra. Quanto ao caso de Coimbra, ou mesmo da mulher convertida em Lisboa, não nos restaram registros.

Posteriormente, em 13 de janeiro de 1545, D. João III enviou nova carta ao Papa Paulo III após uma bula de perdão concedida aos cristãos-novos presos pela inquisição lusitana. Nesta carta, fazia um retrospecto de suas tentativas de acabar com o judaísmo clandestino praticado no reino, e ainda denunciava os movimentos messiânicos e a adesão de cristãos-velhos à lei antiga, citando, agora nominalmente, o caso do desembargador Gil Vaz Bugalho:

A enormidade das culpas dos ditos cristãos-novos, cuja certeza coligi do que muitas pessoas dignas de fé me descobriram, e pelos autos das culpas, que em Castela deles descobriram, os que lá eram culpados pelos casos conteúdos na Santa Inquisição, e finalmente pela fiel relação de um Firme-Fé, cristão-novo cuja denunciação se confirmou logo pela experiência de que se achou em algumas famílias deles, tomando-os de improviso o corregedor por meu mandado. De modo que, sendo eu certificado por tantas vias de quão foutamente sem temor de Deus e sem medo dos castigos que aos tais delitos mandavam dar os santos cânones e leis de meus reinos, muitos judaizavam, circuncidavam seus filhos, convertiam ao judaísmo suas criadas cristãs, cerimoniaavam suas páscoas. Culpas tão abomináveis, como era alevantamentos de Messias novos com fingidos milagres apropriados para se lhes dar crédito, púlpitos de heresiarcas, escolas de judaísmo, sinagogas de seus ritos e sacrifícios,

⁴⁸ REVISTA LITTERARIA, 1899, p. 238: Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=xsgjAQAIAAJ&pg=PA229&lpg=PA229&dq=Carta+do+doutor+Jorge+Temudo+a+a+elRei+D+Jo%C3%A3o+III&source=bl&ots=31NqrVC7gy&sig=ACfU3U17VmAtQBfocXal70vjPIPGFnSHBw&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwj4mbHazO7gAhVUGbkGHatvAx8Q6AEwAHoECAAQAQ#v=onepage&q=Messias&f=true> acessado em 06/03/2019.

subversão e apostação de muitos leigos e sacerdotes. Quantos idiotas, plebeus e simpleses se devem presumir reduzidos e ruídos, vendo Gil Vaz Bugalho, cristão-velho, meu antigo desembargador; convertido ao judaísmo, esforçado e contumaz em sua malícia, e no breve que de Vossa Santidade, subrepticamente, como creio, alcançou, em que Vossa Santidade o eximiu e tirou do ordinário poder da Santa Inquisição! (LIPINER, 1993, p. 192).

Sabe-se, porém, que Vaz Bugalho não foi agraciado pelo perdão do Pontífice, pois era cristão-velho, e que morreu queimado em Évora em dezembro de 1551.

Definitivamente, o Messianismo foi um dos fatores para o recrudescimento da Inquisição portuguesa e para o crescente poder temporal sobre questões espirituais, pois, no decorrer do tempo, o rei passou a exercer maior influência sobre o tribunal do que o próprio Papa.

5.3. BANDARRA, O SAPATEIRO DE TRANCOSO

Sem sombra de dúvida, o profeta destes tempos que de fato fundiu as esperanças messiânicas marranas com a reminiscência da grandiosidade portuguesa perdida foi Gonçalo Annes, conhecido pela alcunha de Bandarra, sapateiro da vila de Trancoso. Assim como com relação ao alfaiate de Setúbal, o que sabemos sobre a vida de Bandarra pode ser encontrado no processo movido contra ele no tribunal do Santo Ofício em Lisboa nas décadas de 30 e 40 do século XVI. Diferentemente de Luís Dias, Annes deixou uma série de *Trovas* de sentido amplo que, para alguns, não passaram de devaneios, e para outros, assumiram *status* de escritos canônicos.

Ao nosso ver, essas *Trovas*, que posteriormente foram utilizadas pelo Padre Antônio Vieira, são reveladoras do hibridismo messiânico que uniu as pretensões universais portuguesas que marcaram o reinado de D. Manuel e as esperanças messiânicas judaicas.

O cenário onde foram produzidas as *Trovas*, a vila de Trancoso, foi ao longo da Idade Média um importante centro judaico português e, após o batismo forçado, concentrava um número significativo de famílias cristãs-novas, o que talvez demonstre a popularidade de seus escritos entre os marranos. Apesar

de ter vivido na dita vila, não é possível atribuir uma origem semítica a Bandarra, que foi sentenciado por “ser amigo de novidades”. Ainda assim, no século XX, Antero de Figueiredo da Academia de Ciências de Lisboa, em sua obra *Jornadas em Portugal*, descreveu o sapateiro como um:

[...] nas veias deste homenzinho, sapateiro e poeta, giram glóbulos de sangue semita; mas ele ignora inteiramente sua origem, e, supondo-se de sã proveniência – limpo de sangue hebraico – considera-se bom cristão e afirma-se exacto praticante. No entanto, este poeta visionário é inconsciente um judeu. Di-lo o espírito das suas trovas. Nascido, como todos os da sua raça, com um problema religioso na alma, a causa cristã levanta-se diante dele dominante; e, numa derivação deste aspecto, a política do reino absorve-o [...] (FIGUEIREDO, 1919, pp. 81 – 82).

Se, no século XX, ainda existiam aqueles que asseguravam a descendência judaica de Bandarra, no final do século XVII, Antonio Gomes, um descendente seu, solicitou que o Santo Ofício passasse certidão, mostrando o motivo da prisão de seu ancestral, pois “queria livrar-se da infâmia que por ser parente do sobredito, se tem divulgado na sua terra” (LIPINER, 1993, p. 25). O Santo Ofício passou a certidão pedida, onde constava que o sapateiro foi sentenciado por “fazer trovas sobre lugares da santa escritura e não por judaísmo” (FERRO TAVARES, 1991, p. 146).

A primeira denúncia contra Bandarra foi feita pelo cristão-novo Diogo de Montenegro ao inquisidor João de Melo, conhecido como Labareda, em 14 de janeiro de 1538. Em sua delação ao tribunal de Lisboa, o cristão-novo dizia que “[...] um sapateiro de Trancoso alvoroçava muito e fizera grande mal nesta cidade, com trovas e perguntas que fez da Sagrada escritura” (LIPINER, 1993, p. 39). Esta primeira acusação norteou o processo inquisitorial de Bandarra.

Jorge Fernandes, também cristão-novo, inquirido em 1541, confessou que sabia de cor várias trovas do sapateiro de Trancoso, “nas quais dava a entender a vinda do Messias pelos judeus esperado”, e que o dito sapateiro era “mui inclinado aos cristãos-novos pela dita causa” (LIPINER, 1993, p. 25). Mediante essa declaração, acreditamos que era inclinado não aos cristãos-novos, como um grupo coeso e protojudaico, mas aos marranos. Aliás,

consideramos importante lembrar que, apesar das afirmações expressas nos textos da época, nem todo cristão-novo era um criptojudeu.

Creditamos a popularidade das *Trovas* à maneira polissêmica de sua composição, que, dentre outras coisas, citava um tal *encoberto*, do qual trataremos à frente, que poderia fazer alusão ao Messias dos judeus, e por isso muitos marranos passaram a ver Bandarra como um profeta. Um exemplo é o boticário Francisco Mendes de Setúbal. Em carta apreendida pela Inquisição de Lisboa, o setubalense escreve procurando respostas para as suas dúvidas de exegese bíblica:

Perguntou o Senhor a Jó, aos quarenta capítulos, onde diz do Leviatã e começa: “Se tirarás o Leviatã com anzóis, ou atarás a sua língua com corda, ou lhe porás anzol no seu nariz, ou lhe furarás a queixada com ponteiro, ou se te acrescentará rogos, ou se te falará branduras, ou fará pacto contigo para tomares por servo para sempre, ou brincarás com ele com um passarinho, ou ata-lo-ás com as tuas criadas?” Pergunto, senhor, começando pela derradeira. Diga-me que criadas são estas com que há de estar atado o Leviatã. E a segunda, como brincarão com ele como com passarinho? E a terceira com quem fará pacto para o ter por servo perpétuo? E a quarta, quem multiplicará rogos e falará coisas brandas, e que anzol é este com que o poderão tirar, ou para quê? E mais o compara a peixe e que suas escamas são duras e fortes e mui achegadas umas às outras, e no fim do capítulo diz: “Não há em a terra cousa comparada a ele, porque é feito para que não tema. Todas as cousas altas desprezará. Ele é rei sobre muitas companhias grandes e fortes. É de perguntar: por que no princípio o compara a peixe e depois a homem? Também diz no salmo setenta e quatro: “Tú quebrastes as cabeças do leviatã, e deste-as para comer ao povo que mora no deserto”. E também diz Isaías, aos XXVII capítulos: “Naquele dia visitará o Senhor com a sua espada dura e grande e forte ao leviatã serpente torta”. É de saber que porque lhe chama serpente e porque diz o Senhor que o visitará com a sua espada dura e forte (LIPINER, 1993, p. 41).

Nesta carta, o boticário de Setúbal buscava a interpretação de Bandarra, tido por ele como um profeta, acerca dos simbolismos das sagradas escrituras. Na correspondência, o monstro bíblico Leviatã aparece como predecessor da era messiânica, mas não tivemos acesso a uma possível resposta do sapateiro de Trancoso.

Por si só, o ofício de sapateiro legava a Bandarra uma série de alusões aos diversos profetas, tanto da literatura talmúdica, quanto da hagiografia cristã

e mitologia hebraica. No *Talmud Bavli*, o ofício de sapateiro é exercido pelos Rabis Hoshaya e Hanina, eleitos de Deus, versados na lei e nos conhecimentos místicos, e que viviam vida simples na periferia de Jerusalém. Os santos Crispim e Cipriano, irmãos que exerciam a profissão na Roma de Diocleciano, foram lembrados por sua devoção aos pobres. Segundo a mitologia hebraica, Enoque, homem que, juntamente com Elias, faz parte do seleto grupo de pessoas que não conheceram a morte, também exercia a função de sapateiro (LIPINER, 1993).

Segundo Peter Burke, no alvorecer da modernidade, a cultura popular estava segmentada entre os ofícios existentes no interior das cidades. Além de desempenharem os papéis de compartilhar conhecimentos multigeracionais e regulamentar os processos produtivos, as Corporações de Ofício dispunham de costumes específicos para além da prática exercida. Artesãos, comerciantes e sapateiros partilhavam de microcosmos e gozavam de visões de mundo singular.

Em finais da Idade Média, o ofício de sapateiro legava a seu praticante algumas características interessantes, como as de letrado e filósofo. No século XVIII, 68% dos sapateiros de Lyon sabiam, ao menos, assinar seus nomes, e desde o século II d.C. a figura do sapateiro esteve ligada a leituras de mundo pouco habituais, facilmente identificadas como heréticas. Segundo Burke (2010) essa predisposição talvez estivesse ligada ao fato de que “essa atividade sedentária oferecia tempo livre para refletir sobre a vida” (p. 70).

Provavelmente, a atividade *sapateiresca* esteve ligada a heresias também em Portugal, e por isso, em carta de D. João III ao Papa Paulo III, o rei tenha se referido a Luís Dias como o sapateiro de Setúbal e não alfaiate, ofício que de fato exerceu naquela vila.

Dispondo das informações apresentadas por Peter Burke, concluímos que uma cultura popular não deve ser confundida com uma cultura iletrada. Tal impressão errônea pode, em certos momentos, ser despertada, pois, além de destacar o próprio caráter humilde, chegando a insinuar um possível analfabetismo, o sapateiro alega que as *Trovas* teriam sido escritas pelo padre Gabriel João de Trancoso, enquanto ele as ditava:

Eu componho, mas não ponho
As letrinhas no papel,
Que o devoto Gabriel

Vai riscando, quanto eu sonho (BANDARRA, 2007, p. 44).

Apesar disso, sabe-se que Bandarra não era analfabeto, pois mantinha correspondência com várias pessoas no reino e mais, podemos ler em sua declaração ao Santo Ofício que “fora rico e abastado, mas que queria mais sua pobreza em dizer a verdade e o que cumpria a sua consciência, que não dizer outra coisa” (BESSELAAR, 1986, p. 15).

5.4. AS TROVAS DO BANDARRA E SUA INFLUÊNCIA MESSIÂNICA

Constitui uma tarefa difícil delimitar as influências das *Trovas* do Bandarra. Fruto de uma sociedade marcada pelo hibridismo e fortemente delineada por aquilo que Francisco Bethencourt (2004) chamou de imaginário da magia, onde a presença de feiticeiras, bruxas, adivinhos e curandeiros fazia parte da vida cotidiana, o florescimento de tais escritos se coloca como parte da imensidão criativa e do turbilhão religioso presentes no reino. Figuras de feras mitológicas, como o dragão, ou de animais cujo significado é ambíguo, como o leão, se fundem às referências das tribos perdidas do Israel bíblico e à esperança salvacionista representada pelo *Encoberto*, figura de tom messiânico que no fim dos tempos garantirá a vitória aos verdadeiros servos de Deus.

Possivelmente escritas entre as décadas de 1520 e 1530, as *Trovas* de Bandarra se colocam no cenário mais amplo da Península Ibérica quinhentista. Tomemos, por exemplo, o termo *Encoberto*, citado pela primeira vez na trova LXXV:

Ja o Leão he experto
Mui alerta.
Ja acordou, anda
caminho. Tirará cedo
do ninho O porco, e
he mui certo.
Fugirá para o deserto,
Do Leão, e seu bramido,
Demonstra que vai ferido
Desse bom Rei Encuberto. (BANDARRA, 2007, p. 23)

Este termo remete às *Coplas* do Frei espanhol Pedro de Frias, que, por sua vez, se referem aos escritos proféticos de Santo Isidoro, arcebispo de Sevilha que no século VII converteu os visigodos, que até então eram adeptos do cristianismo ariano, à fé católica.

Frias teria escrito suas *Coplas* na década de 20 do século XVI e utilizara as profecias do arcebispo de Sevilha para se referir a Carlos I, que, ao assumir o trono do Sagrado Império Romano-Germânico, foi ameaçado pela possibilidade da perda da coroa espanhola para o seu parente lusitano. Isidoro, revivido pelo frei valenciano em seus escritos, dizia: “Sazon se hallegara que el *Encubierto* verna en Espanna caugando en cauallo de madera y aun estara aca, e de muchos no sera crido” (*apud AZEVEDO*, 1918, pp. 21 -22), e o frei complementa:

Esto será ai mes doutubre,
Esta escriptura no erra,
Avera la vitorya en guerra,
Un rey que non se descubre” (*apud AZEVEDO*, 1918, p. 22).

Essa origem espanhola do *Encoberto* é afirmada por João de Castro, o primeiro editor das *Trovas* do Bandarra, quando escreve que as profecias de Santo Isidoro “prometem quase todas um grande príncipe e senhor, ao qual não nomeiam senão pelo Encoberto” (HERMANN, 1998, p. 57).

Em um cenário marcado pelas expectativas dos marranos, as referências ao Encoberto podiam, diante da polissemia contida nos textos proféticos, apontar para o Messias esperado pelos judeus. Essa relação pode ser feita a partir das passagens das *Trovas* que remetem às agendas judaicas intimamente ligadas à aparição do Messias, como a ressurreição dos mortos⁴⁹ e a reunião das tribos perdidas de Israel, como pode ser lido no sonho terceiro:

CX
Sonhava com grão prazer,
Que os mortos resuscitavão,
E todos se alevantavão,
E tornavão a renascer.

CXI
E que via aos que estão

⁴⁹ Daniel 12: 1 – 2; Isaías 26:19.

Tras os rios escondidos;
Sonhava, que erão sahidos
Fóra daquela prizaõ.

CXII

Vi ao Tribu de Daõ
Com os dentes arreganhados,
E muitos despedaçados
Da Serpente, e do Dragaõ.

CXIII

E tambem vi a Rubem
Com graõ voz de muita gente,
O qual vinha mui contente
Cantando, Jerusalem.

CXIV

Oh! quem vira ja Belem
E esse monte de Siaõ
E visse o Rio Jordão
Pera se lavar mui bem!

CXV

Vi tambem a Simeão
Que cercaua, todas as partes
Com bandeiras, e estandartes
Nephtalim, e Zabulaõ.

CXVI

Gad vinha por Capitão
Desta gente que vos fallo,
Todos vinhão a cavallo
Sem haver um só piaõ (BANDARRA, 2007, pp. 31 - 32).

Torna-se difícil não levar em consideração o papel que David Reubeni pode ter exercido sobre as *Trovas* de Bandarra. Como as composições foram feitas entre as décadas de 20 e 30, momento em que o embaixador estava em Portugal, as referências às tribos perdidas podem estar relacionadas às declarações feitas pelo judeu no reino.

Em um diálogo, já tratado neste trabalho, do enviado do xarife de Fez e também judeu Abraão Benzamerro com Reubeni, ficam claras as relações do embaixador com as tribos perdidas. Nos seus enunciados, Reubeni diz que a tribo de Simeão se encontra na África, e em um outro trecho de seu *Diário* afirma que seu irmão, o rei José, reinava sobre parte das tribos de Gad e Manassés.⁵⁰

⁵⁰ Diário de David Reubeni (1522-1525) In: ADLER, E. N. *Jewish Travelers in the middle Ages*. New York: Dover Publications, 1987.

A referência de Bandarra a Reubeni se torna nítida, ao nosso entender, quando na trova CXIII este cita “E também vi a Rubem com grão voz de muita gente, O qual vinha mui contente Cantando, Jerusalem” (BANDARRA, 2007, p. 32). David Reubeni se dirigiu a Portugal para conseguir o auxílio do Rei contra os Turcos e, assim, retomar Jerusalém.

Outra referência de Bandarra ao embaixador do Habor a ser destacada está na trova CXV, quando diz: “Que cercaua, todas as partes Com bandeiras, e estandartes Nephtalim, e Zabulaõ” (BANDARRA, 2007, p. 32). Reubeni chegou em Portugal com bandeiras das tribos de Israel, um presente de Banvenida Abravanel recebido quando este passou por Nápoles.

Nas passagens seguintes, também podemos assinalar relações com o judeu em questão:

CXVII

Eu por mais me afirmar,
E ver se estava acordado
Vi um velho mui honrado,
Que me vinha a perguntar.

CXVIII

Dize me, tu es de Agar,
Ou como fallas Chananêo?
Ou es porventura Hebrêo
Dos que nos vimos buscar?

CXIX

Tudo o que me purguntais
(Respondi assim dormente)
Senhor, não sou dessa gente,
Nem conheço esses taes.

CXX

Mas segundo os signaes
Vós sois do povo cerrado,
Que dizem estar ajuntado
Nessas partes Orientaes (BANDARRA, 2007, pp. 32 - 33).

Nesta parte, pudemos ver um possível diálogo, aparentemente retórico, entre o personagem das *Trovas*, que nos parece ser o próprio Bandarra, e Reubeni. Teria o judeu perguntado se o personagem era hebreu em “Dos que nos vimos buscar?” (BANDARRA, 2007, p. 32) Dentre as lendas sobre o embaixador judeu, estava a de que este vinha para recrutar “300 mil guerreiros para fazer a guerra aos turcos” (DELUMEAU, 1997, p.183). A resposta negativa

é seguida pela afirmação de que “Vós sois do povo cerrado, Que dizem estar ajuntado, Nessas partes Orientaes”, uma possível referência ao judeu em questão, que dizia ser de um reino oriental no deserto da Arábia.

Anteriormente, entre as trovas LXXXII e LXXXV, já havia sido introduzida a figura dos judeus. Em um diálogo entre dois judeus, Fraim e Dão, com o Grão Pastor Fernando, representado como um rei, encontramos:

FRAIM
LXXXII

Dizei, Senhor, poderemos
Com o grão Pastor fallar?
E daqui lhe prometemos
Ricas joias que trazemos
Se no las quizer tomar.

FERNANDO

Judeos que lhe haveis de dar?

JUDEOS

LXXXIII

Dar lhe hamos grande thesouro
Muita prata, muito ouro,
Que trazemos de além mar.
Far nos heis grande merce
De nos dardes vista delle.

FERNANDO

LXXXIV

Entraí, Judeos, se quereis,
Bem podeis fallar com elle,
Que la dentro o achareis.

LXXXV

Tomará com seu poder,
E grão saber,
Todos os portos de alem,
Marrocos, e Tremecem,
E Féz tambem:
Fara tudo a seu querer,
Vi lo hão a cometter
Pelo deter,
Que querem ser tributarios,
E lhe querem dar dinheiros,
Lisongeiros,
Os quaes não deve querer (BANDARRA, 2007, pp. 24 - 25).

Aqui, os judeus oferecem ajuda financeira ao rei cristão a fim de ajudá-lo a estabelecer o seu poder nas terras de além-mar. Podemos ver aqui uma

relação velada à figura de David Reubeni, que ofereceu auxílio ao monarca português para a conquista de Jerusalém, como os judeus das *Trovas* de Bandarra. Assim como nas *Trovas*, Fernando, o Grão Pastor, não aceitou a assistência hebraica. Sabe-se que D. João III tratou de dispensar o favor do embaixador judeu e o enviou a Carlos V.

5.5. AS INFLUÊNCIAS DIRETAS DAS TROVAS DO BANDARRA NO MESSIANISMO MARRANO

É certo que as *Trovas* de Bandarra foram influenciadas, em certa medida, pelo fervor messiânico dos marranos, e que este de fato conhecia, ou era muito bem assessorado sobre, as causas redencionistas do antigo testamento bíblico e de escritos apócrifos da cultura judaica, como o livro não-canônico de IV Esdras, também conhecido como *Apocalipse de Ezra*, uma literatura rabínica sobre os tempos finais.

O doutor em língua e literatura judaica pela Universidade de São Paulo Francisco Moreno Carvalho (2011) pontuou os aspectos referentes ao ideal salvacionista judaico nos escritos do sapateiro de Trancoso em sua tese doutoral sobre Manuel Bocarro Francês. Para mostrar o profundo conhecimento de Bandarra sobre as coisas específicas ao judaísmo, Carvalho cita as trovas CXXVI, CXXVII e CXXVIII:

CXXVI

E depois de acordado
Fui a ver as Escripturas,
E achei muitas pinturas
E o sonho affigurado.

CXXVII

Em Esdras o vi pintado,
E tambem vi Isaias,
Que nos mostra nestes dias
Sahir o povo cerrado.

CXXVIII

O qual logo fui buscar
A Got, Magot, e Ezechiel,
As Domas de Daniel
Comecei de as olhar;
E achei no seu cantar

Segundo o que representa;
E assim Gad, como Agar,
Que tudo se ha de acabar
Dizendo: Cerra os setenta (BANDARRA, 2007, pp. 33 - 34).

A referência sobre Esdras pode estar relacionada às traduções do texto rabínico do hebraico para o latim que corriam entre os cristãos-novos. A menção à pintura, por sua vez, talvez se refira às gravuras presentes na obra, uma tentativa de representação dos escritos que são, em grande medida, proféticos e escatológicos.

A passagem sobre Isaías pode fazer menção ao capítulo 27, versículo 13, do livro do profeta, onde está escrito:

Sucedirá que naquele dia se tocará uma grande trombeta, e os que andam perdidos na terra da Assíria e os que estão desterrados na terra do Egito, virão e adorarão lahweh no monte santo, em Jerusalém (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2006, Isaías 27: 13).

Esta passagem bíblica reporta a libertação e a reunião do povo hebreu em Jerusalém.

A citação sobre Gog e Magog pode ser vista no versículo 2 do capítulo 38 do livro do profeta Ezequiel: “[...] filho do homem, volta o teu rosto para Gog, na terra de Magog, príncipe e cabeça de Mosoc e Tubal, e profetiza contra ele” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2006, Ezequiel 38: 2). Gog e Magog são representações do mal na tradição judaica, sendo termos usados para a distinção das hordas malignas que trarão as derradeiras provações a Israel, que findarão com a chegada do Messias.

E, por fim, o trecho que expressa: “que tudo que ha de acabar; Dizendo: cerra os setenta” (BANDARRA, 2007, p. 34), está ligado às “setenta semanas” do capítulo 9 do livro de Daniel:

Setenta semanas foram fixadas para o teu povo e a tua cidade santa para fazer cessar a transgressão e apagar os pecados, para expiar a iniquidade e instaurar uma justiça eterna, para sigilar visão e profecia e para ungir o santo dos santos (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2006, Daniel 9: 24).

O “cerrar as setenta semanas” foi compreendido por alguns marranos como o fim da angústia escatológica e a chegada do Messias. Em Trás-os-

Montes, por exemplo, Diogo de Leão da Costanilha, também sapateiro, declarava, pautado nas *Trovas* do Bandarra e nos escritos medievais de Santo Isidoro, que o Messias prometido nas escrituras viria entre 1540 e 1544 e reconduziria os judeus e cristãos-novos a Jerusalém.

Marcado pelo Marranismo, Costanilha acreditava que, antes da redenção, viria o anticristo. Tal conceito é recorrente no discurso de seus discípulos, como demonstrado por Luís Henriques à Inquisição de Évora:

[...] elle ouviu dizer a Diogo de Lyan da Costanilha, cristão novo, morador em Miranda do Doiro que o turquo avia de vir com muita gente a tomar Roma e toda a terra dos cristãos e que depois aviam de vir os judeus que estam allem do maar e com elles por capitães Helias e Enoc. E aviam de vir a Roma e avyam de pellejar com os cristãos e que ho Ante Cristo avia de sair de hu empena que se chama aagulha, e naquella batalha avia de morrer hum capitam dos judeus, a saber, Helias. E entam que avia de vir o Mesyas e dezia que inda nam era vindo e que o dito Mesias avia de llevar os judeus a Yerusallern e que ally avyam de estar e fazer sua habitaçam.⁵¹

Também fazem referências às tribos perdidas de Israel que se reuniriam nos dias do Messias:

[...] avyão de vyr os judeus que estão halem do mar e que avyão de pellejar com o dyto turco e que ho avyam de vencer e que avyam de levar a Jerusallem e que os avyam de ffazer judeus a todos e lhes avyam de dar la muytas ryquezas. E que os dytos judeus avyam de vyr em cavallos de quylha que nom de sylha e que avyão de vyr por capytães Helyas e Henoc e que tudo ysto avya de ser e seria feyto des a hera de quynhentos e quorenta athe a hera de quorenta e quatro annos.⁵²

Diogo de Leão da Costanilha entendia que o tempo do Messias estava chegando, principalmente guiando-se pelas guerras empreendidas entre os monarcas cristãos Carlos V, imperador do Sagrado Império Romano-Germânico, e Francisco I, rei da França, que se aliara aos turcos. Segundo suas declarações ao Santo Ofício de Évora, Roma não teria mais poder diante das

⁵¹ Inquisição de Évora, processo nº 11341 Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2373313> acessado em 19/04/2019 Apud FERRO TAVARES – O messianismo judaico, p. 149.

⁵² Op. Cit., p. 149.

dissidências sucessivas que assolavam sua dominação religiosa e, por isso, seria tomada pela reunião dos judeus que instauraria um império universal, sob liderança do Messias.

Contemporâneo a Costanilla, António de Valença, médico cristão-novo descendente de uma família rabínica, assegurava em suas pregações que, após os turcos chegarem ao Algarve, se levantaria um judeu da geração de Jacó, que retomaria a cidade de Jerusalém e reconstruiria o templo sagrado. Apenas depois do aparecimento destes é que teríamos o aparecimento do Messias, da raiz de Davi. Entre a vinda do herdeiro de Jacó e o surgimento do Messias, teríamos o aparecimento do Anticristo, que era Efraim, da tribo de Adão, que destruiria o mundo (FERRO TAVARES, 1991).

O médico de Valença era rival de Costanilha na comunidade de Trás-os-Montes. Segundo ele, Costanilha era “homem de pouco saber fundava as cousas do Mesyas nas copras do çapateiro de Tramquoso e não no Testamento Novo e Velho como era razão”.⁵³

António de Valença se pautava na literatura profética do livro de Daniel, e por isso acreditava que a era messiânica começaria em 1572, quando a cristandade acabaria definitivamente e seria dado início ao Quinto Império Universal judaico. Apesar de estar presente na literatura hebraica, a ideia do Quinto Império não estava explícita nas *Trovas* de Bandarra, o que não significa que este não cria em um rei (Encoberto) que sujeitaria os reinos do mundo.⁵⁴

5.6. O ALVORECER DO SEBASTIANISMO

De modo diverso do que aconteceu com os outros profetas ou Messias portugueses, ou que passaram por Portugal, Bandarra não recebeu a pena capital, tendo sido condenado pela Inquisição de Lisboa em 23 de outubro de 1541 por ser considerado “amigo de novidades com as quais causavam alvoroço entre os cristãos-novos, por escrever trovas de interpretação

⁵³ Inquisição de Évora, Processo. 8232 Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2370197> acessado em 20/04/2019 Apud FERRO TAVARES – O messianismo judaico, p. 150.

⁵⁴ Um grão Leão se ergerà, E dará grandes bramidos; Seus brados serão ouvidos, E a todos assombrara; Correrá, e morderá E fará mui grandez danos, E nos Reinos Africanos A todos sugeitará (BANDARRA, 2007, p. 23).

duvidosa”;⁵⁵ a pena conferida ao sapateiro foi a de que “daqui por diante não se intrometa mais a responder, nem escrever em nenhuma cousa da sagrada escritura” (LIPINER, 1993, p. 43). Ao promulgarem tal pena, parece-nos que os inquisidores não chegaram a levar em consideração os aspectos heréticos nos escritos do sapateiro e o trataram mais como um vagabundo do que como um ideólogo do messianismo. E a pena civil para a vadiagem, segundo as Ordenações Manuelinas, era o açoite e degredo. No entanto, o sapateiro foi condenado pelo Tribunal do Santo Ofício, que não previa penas para tal acusação.

Como já explicitado, sabe-se que Bandarra não era cristão-novo, ou mesmo criptojudeu, mas estava imerso no ambiente marcado pelas influências Marranas. Em sua defesa no Tribunal, afirmou que as *Trovas* haviam sido compostas em louvor a Deus e honra ao Rei, como demonstrado na trova LXXXVIII:

LXXXVIII

Saia, saia esse Infante
Bem andante,
O seu nome he D. João⁵⁶,
Tire, e leve o pendão,
E o guião
Poderoso, e tryunfante.
Vir lhe hão novas n'um instante
Daquellas terras prezadas,
As quaes estão declaradas,
E affirmadas
Pelo Rei dali em diante (BANDARRA, 2007, p. 27)

Apesar de ter concebido suas *Trovas* a partir da miscelânea entre as conquistas ultramarinas e as perspectivas da chegada do Messias esperado pelos judeus, Gonçalo Annes deixa claras suas convicções cristãs:

CLVI

Todos terão um amor,
Gentios como pagãos,
Os Judeos serão Christãos,

⁵⁵ Inquisição de Lisboa, processo 7197. Disponível em <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=2307269> acessado em 20/04/2019 *Apud* LIPINER – O sapateiro de Trancoso, p. 43.

⁵⁶ Os primeiros manuscritos que circularam das *Trovas* não utilizavam o nome D. João, mas D. Fuão, que poderia representar D. Fulano. No entanto, parece que fora um equívoco dos redatores que por vezes escreviam da forma como ouviam.

Sem jamais haver error.

CLVII

Servirão um so Senhor
Jesu Christo, que nomeio,
Todos creirão, que ja veio
O Ungido Salvador (BANDARRA, 2007, p. 38).

Malgrado o catolicismo explícito por Bandarra, foram os marranos que primeiro tomaram as *Trovas* como escritos proféticos e, como já apresentado, passaram a se corresponder com ele. Não obstante, o renome dos escritos do sapateiro de Trancoso transcendeu os círculos religiosos e estes se popularizaram em Portugal, tanto que os “meninos da Beira aprendiam a ler soletrando os toscos versos do sapateiro de Trancoso” (*apud* BESSELAAR, 2002, pp. 280 -281).

O sentido profético das *Trovas*, já assumido pelos marranos, passou a prevalecer entre os portugueses não-semitas após o desastre de Alcácer-Quibir em 1578 e ganhou força quando Espanha e Portugal se uniram sob a jurisdição do castelhano Filipe II, estabelecendo a União Ibérica (1580 – 1640). O *phatos* pôs fim à dinastia de Avis e alimentou um movimento separatista messiânico que recebeu o nome de Sebastianismo, tema de nosso próximo capítulo.

6. O SEBASTIANISMO

O Sebastianismo é uma das características mais marcantes da história portuguesa, como uma linha que une o passado milagroso ao futuro glorioso diante de um presente tenebroso, caracterizando uma representação fiel de uma utopia. A origem do Sebastianismo é o episódio desastroso envolvendo o rei português e a campanha de dominação do Marrocos muçulmano.

Logo quando nasceu, na primavera de 1554, D. Sebastião recebeu a alcunha de “Desejado”, título que fazia jus às condições do reino português, visto que era o único herdeiro oficial vivo de D. João III, potencialmente capaz de manter a hereditariedade de Avis. Era a criança a esperança portuguesa de não sucumbir aos interesses espanhóis sobre o reino e de retomar o brilhantismo expansionista perdido nas últimas décadas. Luís Vaz de Camões dedicou a primeira edição de *Os Lusíadas* ao herdeiro do trono português.

D. João III faleceu em 1557, quando seu herdeiro tinha apenas 3 anos e quatro meses. Sendo assim, D. Sebastião só assumiu suas funções como monarca em 1568, aos 14 anos e após 5 anos de regência de D. Catarina, sua avó, e 6 anos de seu tio-avô Cardeal D. Henrique, único filho vivo de D. Manuel. Educado em uma rígida cultura católica, aprendeu logo cedo a odiar os infiéis e a lutar pela grandiosidade do reino. Mais do que a esperança dos súditos, a sua própria autoconfiança movia as pretensões do jovem rei.

Imbuído do desejo de destruir os muçulmanos e expandir os interesses portugueses, D. Sebastião decidiu empreender uma campanha militar no Norte da África. Grande parte do tesouro português foi investido na cruzada liderada pelo jovem rei e acompanhada por grande parte da nobre juventude lusitana.

O resultado da investida foi a destruição do efetivo português e a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir em 04 de agosto de 1578.

Como D. Sebastião não tinha herdeiros, o trono foi passado para seu parente português mais próximo, o cardeal D. Henrique, inquisidor-mor de Portugal, seu tio-avô de 66 anos e que, por exercício de sua função eclesiástica, não tinha herdeiros oficiais. Reinou por menos de dois anos, entre agosto de 1578 e fevereiro de 1580, até que morreu em Almeirim, deixando o trono vago. Este foi posteriormente assumido por D. António, o Prior do Crato, filho natural

de D. Luís, neto de D. João III e tomado pelo herdeiro oficial D. Felipe II, sobrinho do cardeal e rei da Espanha, que deu origem à União Ibérica sob a máxima ‘um rei, duas coroas’, vigorando entre 1580 e 1640.

Após a confirmação da morte de D. Sebastião, e às vésperas da União Ibérica, não tardaram a aparecer relatos e testemunhos que alegavam que o rei estava vivo e que logo apareceria para retomar o trono e restaurar a grandiosidade lusitana. Muitas lendas surgiram em torno da figura do “Desejado”, como a de que estava na ilha encoberta aguardando o momento ideal para regressar sem envelhecer ou adoecer, ou vagando pelo mundo expiando os pecados de Portugal. Outros boatos afirmavam que estava em uma prisão moura, ou mesmo espanhola. Foi nesse contexto que as *Trovas* do Bandarra se tornaram a Bíblia do Sebastianismo, e o próprio sapateiro, seu profeta.

Apesar de terem sido compostas entre 1520 e 1540, foi apenas em 1603 que as *Trovas* ganharam sua primeira edição impressa. Foi o nobre português João de Castro que publicou, em Paris, *Paraphase e concordância de algumas prophcias de Bandarra, sapateiro de Trancoso*. A preocupação de Castro com a reprodução das *Trovas* residia no fato de, segundo ele, o rei Encoberto ser D. Sebastião, que não havia morrido em batalha e logo voltaria para reestabelecer o domínio de Avis ao trono português: “[...] ele é aquele Imperador prometido, o tão falado nas Escrituras, o profetizado de tantas anos [...] o tão mimoso de Deus, o sempre benvindo Rei nosso tão desejado Dom Sebastião Encoberto” (HERMANN, 1998, p. 203).

Partidário da autonomia portuguesa, D. João de Castro apoiou D. António em suas pretensões ao trono lusitano. Não reconhecendo o herdeiro castelhano, exilou-se em Paris, juntamente com a ‘corte’ de seu senhor. No entanto,

[...] cansado dos sacrifícios impostos pela corte de um ‘soberano’ sem coroa, sem futuro e sem prestígio, acabou por separar-se definitivamente daquele que um dia considerara o melhor dos reis (HERMANN, 1998, p. 203).

Após o desentendimento com os antigos consortes, D. João de Castro se tornou o primeiro sebastianista, por assim dizer.

Segundo Castro, o retorno do Desejado estava predito na carta de São Bernardo a seu primo Afonso Henriques, na qual dizia que “o Senhor prometera

ao fundador do reino, guerreiro intrépido contra os infiéis, proteger a ele e à sua descendência até a décima sexta geração” (HERMANN, 1998, p. 191), geração essa a que pertencia D. Sebastião. É interessante perceber que o nobre português utiliza apenas a parte que lhe convém das profecias possivelmente apócrifas do cisterciense, que, segundo a tradição, teria vaticinado um tempo de escravidão de 60 anos aos portugueses que poderia ser interpretado como o período da União Ibérica.⁵⁷

Castro recorria às origens místicas do reino para assegurar o retorno do Encoberto e da glória dos tempos áureos de Portugal. Na edição do nobre português, fica claro que os portugueses eram o povo escolhido, Portugal a nação santa e o Rei o Messias, extinguindo qualquer possibilidade de relação das *Trovas* do Bandarra com o povo judeu. Na introdução, deixa claro que:

[...] hoje muitos dos judeus trazem mui empapeladas muitas profecias nossas por amor das grandes venturas que prometem, parecendo-lhes que são as que esperam. No número das quais são as de Bandarra, em que alguns dos ditos põem muito o sentido, não tendo elas na verdade cousa, de que eles para si em articular possam pegar; porque onde elas falam da tribo de Rubem, não prometem nada aos judeus, nem falam do judeu, senão de cristão, mas de sua raça; nem coisa com coisa que possam acrescentar sua cegueira; mas é ela tal e andam eles tão sequiosos, que de qualquer cousa lançam mão e se perdem em qualquer sombra, como é só de se falar da dita tribo, tomando para si as felicidades que Bandarra promete (CASTRO, 1942 p. 76 *apud* LIPINER, 1993, p. 27).

Castro ainda acusa os cristãos-novos de serem os culpados pela proibição das trovas em Portugal: “Um dos respeitos porque em Portugal estas trovas foram defesas, foi o que temos assinado, por alguns deles cuidarem que eram sobre o seu Messias” (CASTRO, 1942, p. 76 *apud* LIPINER, 1993, p. 27).

A coloração nacionalista e não judaica proposta por João de Castro foi a narrativa que balizou as interpretações e até mesmo ‘composições’ posteriores das *Trovas* do sapateiro. No século XVIII, uma série de *Trovas* apócrifas foram

⁵⁷ Dou as graças à V. S. pela mercê e esmola, que nos fez do sítio e terras de Alcobaça, para os frades fazerem mosteiro, em que sirvam a Deus, o qual em recompensação desta, que no céu lhe pagará, me disse, lhe certificasse eu da sua parte, que a seu reino de Portugal, nunca faltariam Reis Portugueses, salvo se pela graveza de culpas, por algum tempo o castigar; não será porém tão comprido o prazo deste castigo que chegue a termos de 60 anos. Claraval, 13 de Março de 1136 (MELO MORAIS, 1856) Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/portuguesesmundo.html#15>; acessado em 27/04/2019.

encontradas na Igreja de São Pedro, na Vila de Trancoso. Atribuídas a Bandarra, as “novas” trovas seguem as predisposições salvacionistas, colocando o povo português como o escolhido:

XVI

Sonhei, que estava sonhando,
Que passados cem Janeiros
Os Portuguezes primeiros
Se levantarão em bando.

XVII

Ergue se a aguia Imperial
Com os seus filhos ao rabo,
E com as unhas no cabo
Faz o ninho em Portugal.

XVIII

Põe um A pernas acima,
Tira lhe a risca do meio,
E por detraz lha arrima,
Saberás quem te nomeio.

XIX

Tudo tenho na moleira
O passado, e o futuro,
E quem for homem maduro
Ha de me dar fe inteira.

XX

Vejo sem abrir os olhos
Tanto ao longe como ao péto;
Virá do mundo encuberto
Quem mate da aguia os polhos.
Sonhei, que estava sonhando,
Que passados cem Janeiros
Os Portuguezes primeiros
Se levantarão em bando.

XXI

Ja na carreira primeira
Entra a bandeira Real,
Ah! Portugal! Portugal!
Ja lá vai tua canceira.

XXII

Dará a serpe tal Brado
Do ninho que jaz, e tem
Quando vir que outrem lhe vem
Tirar da vinha o cajado.

XXIII

Deixa os filhos mui depressa,

E outrem lhos guarda, e cria;
Vai caminhando sem guia,
Larga a corrôa da cabeça.

XXIV

Subo me a o meu eirado,
Já não sinto matinada,
Fica a terra sossegada
O Encuberto declarado (BANDARRA, 2007, p. 42).

D. João de Castro foi sebastianista até o fim de seus dias e acreditou no regresso do Desejado. Por volta de 1598, diante do anseio de ver o retorno do rei, o nobre apoiou a legitimidade do falsário Marco Túlio Catizone, conhecido como D. Sebastião de Veneza.

Esse imbróglio iniciou quando Castro recebeu uma carta de António Brito Pimentel, português residente em Veneza que afirmava ter aparecido um homem na cidade que dizia ser D. Sebastião. O assunto da correspondência de Pimentel foi confirmado por outra de Pantaleão Pessoa de Neiva, que detalhava a notícia. A partir destas missivas, imediatamente João de Castro peregrinou entre as cortes francesas e inglesas para que reconhecessem o monarca que estava em Veneza como o verdadeiro rei dos portugueses. Os boatos se espalharam e logo chegaram aos ouvidos das principais lideranças espanholas, tanto que D. Inigo de Mendonça, embaixador de Filipe III na Itália, alertou para os cuidados de se dar voz àquele que prontamente chamou de falsário, afinal, o Sebastião de Veneza sequer falava português.

O Sebastião de Veneza foi preso pelas autoridades venezianas e posteriormente solto, ameaçado de pena de morte caso não evacuasse da cidade em três dias. Foi nesse ínterim que D. João de Castro conheceu o suposto rei. Uma comitiva de portugueses exilados foi ao encontro daquele que seria, supostamente, o monarca desaparecido em Alcácer-Quibir. Além de Castro, nela estavam Sebastião Figueira, frei Estêvão e até mesmo D. Cristovão, filho natural de D. António, prior do Crato.

Na casa do cozinheiro Francesco, onde se instaurou, a ‘corte sebastiana no exílio’ reuniu os principais difusores do sebastianismo. Dos presentes, o único que conheceu o Desejado era Sebastião de Figueiredo, que afirmou categoricamente que o homem que estava “diante de si pouco se parecia com o rei desaparecido no Marrocos” (HERMANN, 1998, p. 196), mas isso não bastou

para que tomassem por falsa a afirmação de que estavam diante do monarca perdido. Castro chegou a declarar que havia reconhecido o rei pela voz, voz essa que nunca tinha ouvido.

Como na história do Pseudo-Metódio, o embuste não prevaleceu. Atendendo ao pedido de Filipe III, o Grão-Duque de Veneza Fernando I de Medici apreendeu a comitiva do suposto Sebastião - comitiva que não contava com D. João de Castro - e a enviou para Nápoles, onde o falsário confessou se chamar Marco Túlio Catizone, natural da Calábria e que havia aderido à identidade de D. Sebastião após soldados italianos que haviam participado da expedição no Marrocos o terem confundido com o rei português.

Temendo que a morte do falsário pudesse provocar uma onda de comoção entre os partidários da causa sebastiana e um possível boato de que o monarca espanhol tivesse matado D. Sebastião, Filipe III ordenou uma série de aparições em diferentes cidades para mostrar que Marco Túlio não era o verdadeiro rei e, assim, humilhá-lo a fim de aplicar uma lição e demonstrar publicamente a gravidade da questão. Por fim, o calabrês foi morto e mutilado, tendo seu corpo espalhado pela cidade de Sanlucar Barrameda na Andaluzia, sul da Espanha, em setembro de 1603.

Mesmo após o caso do Sebastião de Veneza, D. João de Castro continuou esperando a volta do verdadeiro D. Sebastião, que, segundo sua concepção, era o verdadeiro Encoberto descrito nas profecias do sapateiro de Trancoso. Castro foi o responsável por unir na figura do rei desaparecido aspectos da mitologia da origem do reino, da mística joaquimita presente na Europa, do retorno da glória alcançada pelo Império português e, principalmente, do Messianismo judaico, a base das expectativas populares em Portugal.

As contribuições de Castro foram de suma importância para a evolução do sebastianismo, que continuou a existir mesmo após sua morte. Mas os subsídios apresentados pelo nobre português sofreram significativas reinterpretações, como a de um sebastianismo sem D. Sebastião e ainda mais relacionado aos aspectos judaicos da crença. Desta feita, a seguir, apresentamos Manuel Bocarro Francês, um cristão-novo criptojudeu e sebastianista.

6.1. MANUEL BOCARRO FRANCÊS

As relações entre o messianismo português e o messianismo judaico encontraram na figura do médico, físico, matemático e astrólogo Manuel Bocarro Francês novo fôlego.

Cristão-novo nascido provavelmente em 1588⁵⁸ na cidade de Lisboa, Manuel Bocarro era membro de uma importante família judaica convertida à força em 1497 e que, ao longo dos séculos XVI e XVII, prestou significativos serviços à coroa no oriente. Seu bisavô, António Bocarro, foi capitão da Praça-forte de Safim, seu tio-bisavô, Francisco Bocarro, alcaide da Fortaleza de Ormuz e seu irmão, também chamado António Bocarro, foi um importante cronista das Índias, sendo um dos autores do *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* de 1635. Estudou no Colégio Jesuíta de Santo Antão em Lisboa, onde frequentou a famosa Aula da Esfera, adquirindo ali as bases do conhecimento astrológico⁵⁹ que marcou sua carreira. Estudou física e matemática na Universidade de Coimbra, doutorou-se em Montpellier na França (nessa época, acrescentou Francês a seu nome), conquistou o título de catedrático na Universidade de Alcalá de Henares na Espanha, e ainda obteve junto à Universidade de Sengueza o grau de licenciado e a autorização para a prática médica em Portugal.

Bocarro Francês esteve em consonância com a ciência de seu tempo, mantendo contato com os célebres matemáticos e físicos que ficaram famosos pela Revolução Científica do século XVII. Para os físicos Johannes Kepler e Christen Longomontanus, enviou sua primeira obra astronômica, *Tratado dos Cometas que apareceram em Novembro passado de 1618*, e obteve retorno positivo quanto aos cálculos astronômicos desenvolvidos na obra. Com o célebre Galileu Galilei, o contato foi ainda maior. O italiano prefaciou *Luz Pequena Lunar e Estelífera da Monarquia Lusitana*, opúsculo escrito pelo português e impresso em Roma no ano de 1626. O entusiasmo de Galileu com a obra de Bocarro pareceu tamanho que chegou a chamá-lo de “o principal entre os astrólogos”.⁶⁰

⁵⁸ Alguns autores afirmam que teria nascido em 1593.

⁵⁹ Não existiam diferenças claras entre Astronomia e Astrologia neste momento.

⁶⁰ Segue texto na íntegra do prefácio de Galileu Galilei: *Lectori Amico Hoc viri admirandi, et supra modum doctissimi Doctoris I. Manuelis Bocarri Frances, qui etiam Rosales nomine gaudet,*

A importância de Bocarro para este trabalho reside no fato de ter desenvolvido um sebastianismo de tipo novo, sem o regresso de D. Sebastião, teoria essa que foi abraçada e aprofundada por um dos grandes entusiastas do messianismo régio português, o Padre Antônio Vieira. Assim como para D. João de Castro, as *Trovas do Sapateiro de Trancoso* foram a base para a elaboração de um messianismo fortemente marcado pela astrologia e pelo estranho entroncamento do nacionalismo lusitano e do messianismo judaico, onde o Encoberto não era o monarca desaparecido em Alcácer-Quibir, mas um outro nobre lusitano, o Duque de Bragança.

A fim de fazer valerem os seus posicionamentos, o médico e astrólogo escreveu a primeira parte de uma tetralogia chamada *Anacephaleoses da Monarchia Luzitana*, composta, por sua vez, por quatro compêndios: *Stado Astrológico*, *Stado Régio*, *Stado Titular* e *Stado Heróico*. O título da obra remete ao termo grego *anakephalaiosis*, que pode ser traduzido como “recapitulações” ou “resumo”. De fato, a obra apresenta um retrospecto da história da monarquia portuguesa desde sua fundação até a dominação espanhola. Escrito em forma de poesia, o texto publicado em 1624 é composto por 131 oitavas e, assim como os *Lusíadas* de Camões, redigido em decassílabos heroicos. As dedicatórias ao longo da obra parecem-nos mostrar o interesse do autor e, ao mesmo tempo, servir de álibi contra possíveis embates e perseguições.

No primeiro compêndio, *Stado Astrológico*, dedicado à sua alteza Filipe III de Espanha (II de Portugal), o autor demonstra através do conhecimento astrológico que Portugal será o último grandioso reino do universo. Essa perspectiva era baseada no ideal dos cinco reinos que foram profetizados por Daniel ao rei Nabucodonosor.

126

Refrea, amada patria, os tristes vultos,
As lagrimas comprime; e não te espantem
Efeitos das Estrellas, que se occultos,
Por ti já pode ser, que se levantem
Na mesma confusão, e nos tumultos,

*judicium Astrologicum, vaticinio simile, ad nostras pervenit manus, cum excell. Personae, luzitano idiomate, illud obtulerit; et quamvis hujusmodi opusculum cum I. Anacephal. de quo agitur, converti in Italicum sermonem curavisset; sicque eo fruamur; nihilominus, typis mandare propria autoris verba, sunt enim magis significativa, ob commune studium et scientiae amorem curavimus, ut adhibito, quem exponit, libro mundus viri **astrologorum principis**, ingenium miretur, amet, et laude. Romae 1 Julij anno 1626 (LUZ PEQUENA etc. 2006, p. 39).*

Deixa, que por teu Rei victorias cantem,
Que de quanto o Sol vê, Neptuno abarca,
Será contigo universal Monarcha (BOCARRO FRANCÊS,
1809, p. 55).

Stado Regio, o segundo compêndio, é dedicado a D. Diogo de Silva e Mendonça, Marquês de Alenquer e Duque de Franca. Nele, é traçada a linha sucessória dos ilustres senhores lusitanos, desde o Conde D. Henriques, pai do primeiro monarca português, Afonso Henriques, até o Habsburgo Filipe II.

Em *Stado Titular*, dedicado a D. Fernão Martins Mascarenhas, bispo e inquisidor geral de Portugal, apresenta os títulos seculares e eclesiásticos que compõem o Estado português.

Por fim, *Stado Heróico*, o mais polêmico, é dedicado a D. Teodósio, Duque de Bragança, citado pelo autor como o “principal herói desta monarquia”. Nessa seção, Bocarro destaca os principais varões da nobiliarquia portuguesa, dando proeminência ao referido nobre.

Das quatro *Anacephaleoses*, Bocarro publicou apenas a primeira parte, *Stado Astrológico*, que foi acompanhada de dois anexos: *Anotações Chrysopeas* e *Anotações Astrológicas*. Esses anexos são estudos detalhados de cálculos astrológicos que vaticinam Portugal como a mais importante monarquia do orbe. Tivemos acesso a uma edição de 1809. Nela, o editor, possivelmente tomado por uma leitura pós-iluminista de mundo que compreendia as assertivas astrológicas de Bocarro como excessivamente místicas, ou mesmo por entender que dificilmente um leitor comum compreenderia a complexidade dos estudos, omitiu os dados, deixando apenas os sentidos poéticos do texto.

Stado Astrológico, como um texto do século XVII, é notadamente circunscrito pelas características da literatura Barroca. É marcado pelo dualismo, evidenciado pelos jogos de palavras, contrastes e metáforas. No texto, por exemplo, Bocarro cita os principais acontecimentos da história lusitana, como o milagre de Ourique e o desastre de Alcácer-Quibir.

58
Quando sinco Agarenos superando
O Santo Afonso, quem Tonante incita,
A Christifera imagem venerando,
A progenie no Ceo vio quasi escrita;
Que na decima sexta extenuando,

Se iria lhe prediz Sacro Eremita,
Sustentada porem do ethereo Choro,
Nova honra alcançaria, e mais decoro

59

Chegouse o tempo não feliz, mas certo,
Que rogando evitar não posso ou basto,
Do reino congregou o pouco experto,
A gente, que perdeo fatal Sebasto;
Da nuvem, como o viste, vay cuberto,
Porque na morte, como ves, o engasto,
Que as vezes he defesa do mau fado,
Juizo pela Deos só resevado (BOCARRO FRANCÊS, 1809, p.
33)

[...]

75

A razão o confirma, especulada
A sorte, que no berso antigamente
Deste sublime Imperio, lhe foi dada,
Com as armas de Christo Omnipotente:
As armas concedo á gente ousada,
Com que ao mundo livrou do Averno ardere,
Pera o livrar também do cego engano,
Ao sceptro subjugando o Luzitano.

[...]

77

Libertarão tão poucos Luzitanos,
Por victorias insignes, e gloriosas,
A todo Portugal, dos Maumetanos,
Que as terras habitavão deleitozas:
Tomarãolhe depois, nos Africanos
Campos, Cidades, Villas populosas,
Não consentindo á gente iniqua, e dura,
De seu valor, na Lybia estar segura,

78

E com mais arrogantes pensamentos,
Por climas, e por Ceos de abrigo incertos,
Fizerão já tremer as elementos
Nos mares nunca doutrem descubertos:
De audaces finalmente atrevimentos
Movidos no fervor da guerra expertos,
Novo Imperio na Aurora edificação,
Adonde a ley de Christo eternizarão.

79

Tremeo o Malavar, Turco, e Cambayo,
O samorim potente, co Persiano,
Toda a India tremeo, da furia, e rayo,
Que na guerra vibrava o Luzitano,
Pallido a tantos Reys cobrio desmayo,
Do Portuguez ouvindo o nome ufano,
Sojeitas, e vencidas nações tantas.

A' bandeira, que arvora as Chagas Santas (BOCARRO FRANCÊS, 1809, p. 39)

Anos depois, em *Luz Pequena Lunar*, referindo-se a essas passagens acima citadas, declara que “são equívocos e todos servem para mostrar o príncipe senhor da Monarquia Portuguesa” (BOCARRO FRANCÊS, 2006, p. 44), não tendo sentido específico.

Apesar da dedicatória ao rei castelhano de Portugal, uma obra que ostentava as glórias lusas e apresentava a nação como uma futura grandiosa monarquia universal poderia ter caráter restauracionista. Por isso, não tardou para que autoridades castelhanas percebessem o perigo do, aparentemente inofensivo, texto do médico. Um mandado em sua residência foi o suficiente para mostrar suas intenções. Lá, os guardas encontraram *Stado Heróico*, um texto que fazia oposição ao domínio espanhol e exaltava a família de Bragança, a mais alta na hierarquia nobiliárquica portuguesa em tempos de União Ibérica, e que o autor acreditava estar credenciada a assumir o trono lusitano. Apesar de negar as acusações de este ser um trabalho restauracionista, a descoberta do conteúdo da última parte de *Anacephaleoses* levou à prisão de Manuel Bocarro Francês, que ficou no tronco por dois meses. Como o próprio afirmou em obra posterior:

Em 20 de maio de 1624 recolhi os originais, por andarem os Castelhanos para havê-lo à mão, dizendo que incitava ao povo a que se rebelasse contra el-rei. E muito mais se deram do Quarto Anacefaleose que viram em casa do impressor, dizendo que provocava ao Duque de Bragança a ser rei e aos fidalgos a seguirem-no [...] não causou isto tão pouco abalo, que o Doutor Gabriel Pereira de Castro, corregedor do crime da Corte, me não fizesse estar preso no tronco mais de dois meses, fingindo ser outra a causa. (BOCARRO FRANCÊS, 1809, p. 57)

Um ano após ter publicado a primeira parte de *Anacephaleoses* e ser preso, Bocarro imigrou para Roma. Lá, em 1626, publicou o já citado *Luz Pequena Lunar e Estelífera da Monarquia Luzitana*, que teve por objetivo explicar os sentidos da obra de 1624 e enfim apresentar o texto que lhe rendeu problemas, o *Stado Heróico*. Nesta obra, afirmou o que seus algozes previram: a obra era uma propaganda em prol da restauração do trono português; como podemos perceber nas palavras dele:

E todos são muito significativos, e não há palavra que não esteja preñe de altos e profundos conceitos. O nome de Monarquia Portuguesa, que disse ser impróprio, quer dizer a restauração de Portugal em sua antiga preeminência, governo e prosperidade. Esta significação se verá por muitos versos deste Primeiro Anacefaleose e por todo o Quarto (BOCARRO FRANCÊS, 2006, p. 41).

Mas a fuga do astrólogo talvez tivesse se dado por outros motivos, dentre os quais, é possível que o receio de ser pego pela Inquisição de Lisboa fosse o maior. Sabe-se que, em determinados casos, as penas do braço secular do Estado eram mais brandas que as da face religiosa do Santo Ofício. O temor do médico residia em uma denúncia feita pelo seu irmão António Bocarro à Inquisição de Goa no ano de 1624. O conteúdo da acusação ditava que “entre 1611 e 1612 [Bocarro Francês] parecia aguardar o Messias dos judeus. Jejuava na Páscoa e comentava algumas profecias bíblicas sobre o salvador do povo hebreu” (SILVA, 2015, p. 309). Tal acusação pareceu fazer sentido, visto que em 1626, já em Roma, Manuel Bocarro Francês se converteu oficialmente ao judaísmo, adotando o nome Jacob Rosales, remetendo ao suposto sobrenome da família antes do batismo de 1497.

Apesar da conversão, Bocarro Rosales não deixou de ser sebastianista, algo peculiar na história portuguesa, uma vez que criptojudeus e cristãos-novos não nutriam simpatia pelo jovem monarca desaparecido em Alcácer-Quibir. Mas é importante lembrar que o sebastianismo do português, agora judeu, era um sebastianismo sem Sebastião. Em *Luz Pequena Lunar e Estelífera da Monarquia Lusitana*, ele usa de seu conhecimento de Cabala e astrologia para apontar o Duque de Bragança como o soberano que deveria restaurar o trono português.

6.2. ASTROLOGIA

Bocarro inaugurou um profetismo científico em Portugal, que atribuía à interpretação dos movimentos dos astros um caráter sagrado, representando os desígnios divinos. Foi nessas leituras que vaticinou a subida de um rei que restauraria a autoridade lusitana frente ao domínio castelhano.

A interpretação astrológica parece ter sido recorrente entre os círculos científicos do século XVII. O jesuíta Antônio Vieira, posterior a Bocarro Rosales, mas ainda do mesmo século, acreditava que “[...] era no céu que mais de uma vez Deus inscrevia os avisos que entendia comunicar aos homens” (CIDADE, 1953, p. 9 *apud* MENEZES, 2015, p. 48). O matemático Galileu Galilei, baseado em sua leitura da movimentação das orbes celestes, fazia “horóscopo para seu filho e habitualmente os preparava também para seus protetores da família Medici” (WEBER, 2000, p. 100). Isaac Newton declarou, ao iniciar seus estudos na Universidade de Cambridge em 1660, que “queria estudar matemática ‘porque desejava testar a astrologia que prevê o destino e os atos de nações e indivíduos’” (WEBER, 2000, p. 102). Os sacerdotes de *A Cidade do Sol* de Tomasso Campanella eram peritos em magia astral, e, na passagem bíblica de Mateus 2: 2, os reis magos “perguntaram: Onde está o recém-nascido rei dos judeus? Vimos a sua estrela no Oriente e viemos adorá-lo”.

No apêndice *Annotaçam Astrológica*, contido na versão original de *Stado Astrológico*, Bocarro narra uma conversa que teria tido com um nobre napolitano em 1622. Neste diálogo, ao ser interpelado criticamente sobre o papel dos astros na vida das pessoas e nos feitos políticos, respondeu:

Deus [...], é somente o Senhor dos Reinos, Impérios, e monarquias e ele as dá por seu beneplácito a quem é merecedor, com tudo, sobre os sucessos gerais do mundo lhe concede o espetáculo das coisas celestes: dizeis bem (disse sua excelência) e no catálogo dos livros proibidos, agora novamente impresso, por mando do Cardeal de Toledo, Inquisidor que foi geral, na regra 9, se **permite a figura celeste sobre os sucessos gerais do mundo, porque procede de causas naturais, que pela maior parte sucedem, quando Deus não dispõe de outra maneira. Ao menos (disse eu) piamente se não de conceder as que tenho calculado sobre a última monarquia do Mundo quem segundo as razões astrológicas há de ser entre os nossos espanhóis em Portugal denotam os astros este benigno efeito** (BOCARRO FRANCÊS, 1624, p. 30).

Antes mesmo de *Annotaçam Astrológica*, em 1619, na obra *Tratado dos Cometas que apareceram em Novembro passado de 1618*, além de refutar as descrições cosmológicas aristotélicas vigentes (LEITÃO, 2009), o autor fez o seguinte prognóstico sobre os rumos políticos da Península Ibérica:

Por ocupar este cometa o signo de Libra e ser gerado do malévolos Saturno, inimigo do gênero humano, e preceder no nascimento ao do Sol, denota (segundo Ptolomeu) a morte de um grande monarca nas partes ocidentais, mortes extraordinárias e arrebatadas de senhores, príncipes e nobres; inquietações de reinos, mudanças deles e de muitos Estados (e em Espanha particularmente) como também caídas de muitos poderosos e suas desprivações e exaltações de outros; e grande confusão destas e de outras novidades. E por derradeiro, a Espiga de Virgem, que é estrela benévola junto de Libra, denota terem estas calamidades fim e ver-se[-á] Espanha em sua antiga quietação e ócio (BOCARRO FRANCÊS, 2006, p. 81).

Em *Luz Pequena Lunar e Estelífera da Monarquia Lusitana*, logo na introdução, ele busca explicar o estranho título da obra, que também deriva de previsões astrológicas.

Neste primeiro Anacefaleose se tratam duas monarquias, uma imprópria e outra propriamente dita. A imprópria é a portuguesa. A própria é a superior, quase divina e universal. Ambas são entre si semelhantes, como o tipo do arquétipo, a figura do figurado, o exemplar do exemplado e o terrestre do etéreo e divino. E, em conclusão, os sucessos são quase paralelos nestas monarquias, nas quais me imagino muita parte. Para a própria, reservo a Luz Grande Solar e Perpétua, com a qual algum dia a explicarei. Para esta imprópria lusitana serve esta Luz Pequena da Lua e estrelas, com mais os três Anacefaleoses que por causa dos Castelhanos não imprimi. Aplicada, pois, esta luz a esta Monarquia Lusitana, nos alumia muitos nomes que aqui se referem como impróprios, equívocos e metafóricos. E todos são muito significativos, e não há palavra que não esteja preñe de altos e profundos conceitos. O nome de Monarquia Portuguesa, que disse ser impróprio, quer dizer a restauração de Portugal em sua antiga preeminência, governo e prosperidade. Esta significação se verá por muitos versos deste Primeiro Anacefaleose e por todo o Quarto (BOCARRO FRANCÊS, 2006, p. 41).

A explicação de Bocarro parece-nos complexa e um tanto quanto confusa. De modo geral, utiliza a teoria ainda presente no século XVII de que havia dois luzeiros, a lua, que também é representada pelas estrelas, e o sol. A primeira, pequena e fraca, representa as coisas do mundo terreno. A segunda, grande e forte, representa a esfera do divino. A Luz grande Solar seria objeto de uma posterior reflexão, e a Luz pequena Lunar representaria os acontecimentos do mundo físico, onde se inserem as agruras que Portugal estava vivendo no contexto das primeiras décadas do século XVII.

Francisco Carvalho-Moreno leva-nos a supor que, na elaboração do título da obra de 1626, o médico português teria estado sob influência da obra *Dialogui D'amore*, de Yehuda Abravanel (Leão Hebreu), onde o autor apresenta:

[...] uma reflexão entre o sol e a lua, onde o sol é comparado ao intelecto divino enquanto a lua é descrita como estando entre o sol e a terra partilhando da luz solar e da escuridão terrena. Com isto, a lua recebe uma comparação com a alma humana, também composta de uma parte divina e uma parte terrena (MORENO CARVALHO, 2011, p. 56).

Não nos delongaremos nesta discussão sobre as tentativas de explicação do título da obra, mas esta argumentação serve-nos para expressar o peso que a astrologia tinha nas predições de Bocarro.

6.3. CABALA

Existia uma tradição nos círculos sebásticos de que o Encoberto teria no nome letra de ferro. Essa herança, por sua vez, aludia às profecias de Santo Isidoro, que assegurava que “El Encubierto tendra en su nombre letra de hierro” (*apud AZEVEDO*, 1918, p. 47). D. João de Castro, por exemplo, tentando interpretar essa passagem e validar seu posicionamento sobre a face “encoberta” de D. Sebastião, explicou em sua *Paraphase e concordância de algumas prophecias de Bandarra, sapateiro de Trancoso* que B é a primeira letra de Bastião, como o nome era utilizado antes do nascimento do rei, e que B era também a forma do fuzil de ferir fogo. Por isso, B é a letra de ferro, justificando o carácter redentor de D. Se**B**astião.⁶¹

Bocarro Rosales, por sua vez, escreveu em *Stado Astrologico*:

85
Do coração do tímido Oceano
Levanta o braço; treme co as nadantes
Aves de homês prenhasas o Octomano,
Desbaratado já cos Garamantes;

⁶¹ Pola qual letra entende: B: que he a primeira do nome: Bastiam: por que inda que El Rey Nosso senhor tenha mais o: Se: todo o nome he hum e tem a mesma significaçam: e em Portugal te seu naçimento ninguém se chamaua Sebastiam, com todas as letras mas somente Bastiam, deixando as duas primeiras: Se: o que inda hoje costuma a gente commúa'. E mais adiante mostra que o fuzil de ferir fogo tem a forma de B que é por isso a letra de ferro outras vezes também S. (CASTRO, 1603, p. 117 *apud AZEVEDO*, 1918, p. 47).

Tras em seu nome o **ferro**, e tras Vulcano
Nos feytos memoráveis, e arrogantes,
Com que ao mundo attropella, que domina,
Em quanto já rendido se lhe inclina (BOCARRO FRANCÊS,
1809, p. 41).

Em *Luz Pequena Lunar*, elucidando a passagem acima referida, afirma que apesar de ter dito que a frase “tras em seu nome o ferro, e tras Vulcano” era de Pedro Comestor, teólogo francês do século XII, na realidade esta era de seu trisavô, Dom N. Rosales:

[...] o autor deste prognóstico ou vaticínio foi meu terceiro avô, em tempo d’el rei Dom João o Segundo, chamado Dom N. Rosales, e como era muito amigo dos infantes, filhos do Infante Dom Fernando, e, principalmente, do Duque Dom Fernando, correu a mesma fortuna que eles (BOCARRO FRANCÊS, 1809, p. 54).

O sujeito de nome D. Fernando citado na explicação era Fernando II, terceiro Duque de Bragança, provavelmente assassinado por, ou a mando de, D. João II, rei de Portugal em 1483. Sobre a Casa de Bragança recaiu a culpa de traição e conluio para usurpar o trono de Avis. Todos os membros de Bragança e seus apoiadores foram expulsos de Portugal. Faz-se válido notar que existia um forte relacionamento entre os bragantinos e os judeus, tanto que além do ancestral de Bocarro, no mesmo período e pelo mesmo motivo foram expulsos os Abravanel, importante família judia cujo principal membro, Isaac Abravanel, já foi citado neste trabalho. A família Bragança recebeu o perdão real e foi feita a restituição das terras e títulos retirados por D. João II no reinado de D. Manuel, que, além de assegurar o retorno, também declarou D. Jaime I, principal da casa ducal, e filho nobre morto, príncipe herdeiro provisório do trono português até que tivesse um herdeiro legítimo. Isso se dá pelo fato do Duque ser trineto de D. Afonso I, filho de D. João I, primeiro rei da dinastia de Avis.

Bocarro Francês elucidava que a frase: “tras em seu nome o ferro, e tras Vulcano” ele descobriu em um livro de memórias de seu ascendente que se encontrava na casa de seu avô, e o sentido daquelas palavras era o de que o Encoberto seria anunciado por ele.

O sentido daquelas palavras (conforme um livro de mão que vi da casa de meu avô, ao qual todos os seus filhos davam muito crédito) é que aquele Senhor Rosales dizia nelas que o nome e fama do Príncipe encoberto se havia de apregoar e manifestar

por ele. E isto disfarçou com o nome de ferro e fogo (BOCARRO FRANCÊS, 2006, pp. 54 – 55).

E continua, empregando o jogo de palavras típico da Cabala e utilizando fogo, ao invés de Vulcano, como usado na primeira *Anacephaleoses*.

[...] porque na língua santa, **ferro** se chama **Barzel** e **fogo es**, tudo junto dizia que pode dizer **Be Rosales** que é que pelo Rosales seria manifesto seu nome. E esta é a verdadeira origem daquelas palavras, prognóstico ou vaticínio (BOCARRO FRANCÊS, 2006, p. 55).

Baseado nos escritos de seu antepassado Dom N. Rosales, “estando Portugal caído, um da casa e sangue do Infante [D. Fernando de Bragança] o havia de restituir” (BOCARRO FRANCÊS, 2006, p. 54). Para Bocarro, cabia a um Rosales manifestar o nome do Encoberto, e assim o fez no quarto *Anacephaleoses, Stado Heroico*:

16
Defende-a, Grão Teodósio, como tua,
o grão templo te entrego, dedicando
a teu nome e valor, quanto na sua
casa nos foi a Fama retratando.
E nota que esta rosa perpétua,
nas musas do jardim suave e brando;
com ela (se do céu o juízo é certo)
de teu sangue nos Lusos o Encoberto

[...]
23
Eu o vi, Lusitanos, não me engano,
já temos o monarca descoberto;
alvíssaras me dai do soberano;
bem, que aqui vos descubro firme e certo,
eis restaurado o Reino Lusitano
o tempo se acelera breve, e perto;
se bem já se acumulam mil perigos
porque potentes tem seus inimigos (BOCARRO FRANCÊS,
2006, pp. 67 – 68)

É claro que a construção narrativa de Bocarro Rosales tinha por objetivo a comprovação de suas profecias. Não há registro de um suposto livro de Dom N. Rosales, nem mesmo de qual seria o significado do “N” deste suposto nobre judeu do século XV.

A fim de comprovar o direito do Duque de Bragança ao trono português, o médico judeu também utilizou, assim como D. João de Castro, o suposto

juramento de D. Afonso Henriques, que trazia aspectos místicos da Batalha de 1139. É evidente que o documento se tratava de um apócrifo forjado no final do século XVI, no contexto da dominação espanhola de Portugal. O espúrio relato apresentava a figura de um eremita que teria aparecido em sonho e depois pessoalmente a D. Afonso I e lhe teria dito que “até a décima sexta geração Portugal não seria vencido, mas que a partir dela a coroa não teria um sucessor luso, retornando ao normal um tempo depois” (LIMA, 2005, p. 91). A décima sexta geração era a de D. Henrique I, que, por ser clérigo, não teve herdeiros legítimos, obrigando que fosse passado o trono para D. Filipe II de Espanha.⁶² Para os sebastianistas clássicos, após o período de dominação do sucessor estrangeiro, o Desejado retornaria. Já para os sebastianistas heterodoxos, a exemplo de Bocarro Rosales, esta era a deixa para a ascensão de uma nova dinastia (BOCARRO FRANCÊS, 1809, p. 13).

Apesar da alegação da ascensão de uma nova casa reinante, não há relatos de um posicionamento separatista em seus escritos. Deste modo, compreendemos que a restauração portuguesa habilitaria o monarca a governar a União Ibérica. No período em questão, juntos, Portugal e Espanha representavam um conglomerado colonial que compreendia das Filipinas a uma porção significativa da América, passando pelas Índias e África, formando assim, sob batuta do Encoberto, o derradeiro Império Universal. Segundo Moreno (2011), isso se evidencia pelos serviços prestados por Rosales aos interesses dos Habsburgos perante a liga hanseática quando vivia em Hamburgo. Em 1641, recebeu de Fernando III, Imperador do Sacro-Império Romano Germânico, o título de Conde Palatino pela presteza.

6.4. A VIDA JUDAICA E SEBASTIANA

Após a estadia em Roma, Bocarro estabeleceu-se na cidade de Hamburgo. Lá, unificou a comunidade israelita em 1652 e exerceu a função religiosa de *Mohe*, isto é, responsável pela circuncisão (MORENO, 2011). Foi em seu período na cidade que estabeleceu contato com o famoso rabino

⁶² Foram oito da Casa de Borgonha (D. Afonso I, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando I) e oito da Dinastia de Avis (D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião e D. Henrique).

português de Amsterdã, Menasseh ben Israel. Menasseh foi uma das grandes personalidades da Europa do século XVII. Além de amigo do famoso pintor Rembrandt, foi o emissário que logrou êxito junto a Oliver Cromwell para a volta dos judeus que haviam sido expulsos da Inglaterra em 1290. O contato de Bocarro-Rosales e Menasseh ben Israel foi marcado por correspondências de contornos messiânicos, e estas foram publicadas em um livro denominado “*Bonum Nuncium Israeli* editado pelo teólogo luterano Paul Felgenhauer” em 1655 (SARAIVA, 1989, p. 240). Não tivemos acesso a essa documentação, mas provavelmente o médico português esperava do famoso rabino a aceitação de suas perspectivas messiânicas baseadas na ciência astrológica.

Na esteira dessas predições messiânicas-judaicas-astrológicas, reeditou a primeira parte de *Anacephaleoses*, o famoso *Stado Astrologico* de 1624. A nova edição, publicada 20 anos de depois, recebeu o título de *Status Astrologico*. A obra escrita em latim e português continha passagens do texto original, mas trazia significativas mudanças. Essas alterações estavam relacionadas às próprias mudanças ocorridas na vida do autor, que havia assumido publicamente a identidade judaica. Dizemos “publicamente” porque este possivelmente já praticava os preceitos da lei de Moisés em segredo. A edição de 1644 foi acrescida de um prefácio *Praefantiuncula*, onde afirma que “os verdadeiros sábios costumam dar suas explicações não sem ambiguidades, metáforas, enigmas, equívocos e pequenas similitudes” (SILVA, 2015, p. 313). Talvez a introdução da obra justifique as alterações ao longo do trabalho. As passagens que na versão original se referiam a Cristo foram trocadas por alternativas como céus, ou um santo; exemplo disso são as oitavas que se referem ao milagre de Ourique, no qual Cristo teria aparecido a Afonso I. Também foi feita alusão às *Trovas* de Bandarra como sendo verdadeiras profecias sobre o futuro português.

Na obra de 1644, talvez por estar a serviço dos castelhanos junto à união mercantil báltica (Liga Hanseática), Bocarro Rosales omitiu passagens sobre a importância da monarquia portuguesa, citando-a de forma metafórica como o último governo dos tempos. Se *Stado Astrologico* parece conter indicações veladas aos Bragança, ou seja, referências que foram validadas em *Luz Pequena Lunar*, de 1626, em *Status Astrologico*, Bocarro não pareceu estar preocupado com essa defesa. Algo um tanto estranho, porque as previsões de

1619⁶³ e 1624⁶⁴, de certa forma, haviam se cumprido com a subida de D. João, filho do já falecido D. Teodósio de Bragança, ao trono português.

Em *Status Astrologico*, temos a impressão de que o Messias buscado por Bocarro não é o Encoberto restaurador da monarquia lusitana, mas o redentor esperado pelos judeus. Essa tese é atestada quando lemos e interpretamos as referências figurativas a Portugal, a exemplo, da oitava, em que anuncia que “Luzo vem da Luz lugar amigo/ De Deos” (BÉHAR, 2017). Luz é uma das representações bíblicas do Salvador, tanto que o Messias é simbolizado como luz do mundo. Ao fazer essa relação entre Luso e luz, e ao afirmar que esta representava a amizade com Deus, estava declarando que os portugueses eram o povo divinamente escolhido, de onde sairia a luz das nações.

Essa ideia de que de Portugal sairia o redentor pode ser vista em um outro momento no texto quando se lê que o herói “admirando he mais que humano; darás por typo seu ao lusitano” (*apud* SILVA, 2015, p. 315). O herói de *Status Astrologico* é sobrenatural e virá de Portugal. O herói sobre-humano que vem da luz, lugar amigo de Deus, pode ser o Messias dos judeus.

Não há revisão dos cálculos astrológicos apresentados na obra de 1624 para a de 1644. Nela, Portugal continua sendo um local importante, baluarte do Encoberto e centro da monarquia universal, mas o comprometimento do autor neste momento não é restauracionista, visto que, ao menos, faz referências à casa de Bragança, que naquela altura já tinha um de seus membros adornando a cabeça com a coroa portuguesa. Antes, o compromisso era com a explicação da vinda do Messias aguardado pelos judeus.

⁶³ Tratado dos Cometas que appareceram em Novembro passado de 1618.

⁶⁴ Anacephaleoses da Monarchia Luzitana.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar a temática do messianismo português, chegamos ao momento de pausa nesta pesquisa, que esperamos em breve ser restabelecida. A necessidade de se compreender as origens das esperanças redentoras está no cerne da natureza humana, pois inconscientemente ansiamos que logo algo ou alguém, recolocar a vida, as instituições ou mesmo a nação no caminho certo a se trilhar.

Compreender o ambiente de expectativas em Portugal entre os séculos XIV e XVII é também investigar a herança legada a nós, brasileiros do século XXI, que por vezes fiamos na chegada do Messias que solucionará os problemas e extinguirá as maldades deste mundo vil.

Especificamente no decorrer desta produção buscamos compreender que o messianismo não foi uma característica exclusiva de Portugal, mas as metamorfoses da espera assumiu no reino lusitano colorações específicas, quando comparado com outras nações.

É verdade que a presença judaica não estava restrita ao território português, também é fato que outros reinos tiveram seus profetas, como Isidoro de Sevilha no século VI ou mesmo Nostradamus na França quinhentista. Monarcas messiânicos também reuniram em si expectativas redentoras como o imperador do sagrado império romano-germânico Frederico II Hohenstaufen. Guardada as proporções e importâncias desses acontecimentos ou personagens, em Portugal o que se seguiu entre 1383 e 1640 foi intenso e deveras diferente.

O messianismo que floresceu em Portugal tem sua especificidade residida no encontro de culturas messiânicas secularmente presentes na Península Ibérica. E neste aspecto o episódio da conversão forçada dos judeus em 1497 imprimiu contornos ainda mais peculiares, pois, cálculos cabalísticos apontavam para os anos finais do século XV e início do século XVI a vinda do Messias. O que marcaria este momento seria as humilhações que os judeus passariam, a isso os exegetas hebreus chamaram de “as dores do parto da Era Messiânica”. A conversão forçada e a sucessiva obrigatória apostasia foi compreendida como o momento ideal para a chegada do Messias aguardado.

Os cristãos-novos, nome dado aos conversos em Portugal, mantiveram alguns preceitos e costumes da tradição judaica. Preceitos e costumes que atravessaram séculos e ainda hoje podem ser observados na tradição de algumas regiões de Portugal e do Brasil.

Observamos também a especificidade como se deu a ascensão da casa de Avis, que em nossa análise foi a dinastia que imprimiu a narrativa redentora aos feitos portugueses, afinal um filho natural que não tinha direitos sucessórios, assumiu o trono e iniciou o processo de expansão náutica que foi coroada com a chegada nas Índias em finais do século XV.

Foi durante a dinastia de Avis que a Batalha de Ourique assumiu contornos místicos. Até então o conflito liderado pelo então Conde Portucale Afonso Henriques contra os mouros, era lido sim como um grande feito que estabeleceu as bases do reino, mas sem qualquer façanha sobre-humana. Como apresentado ao longo da Tese, a recusa do Papa em não oferecer ao monarca português a sagração com o óleo santo em cerimônia litúrgica, criou a necessidade de validar D. João I como um rei cujo destino estava traçado pelo próprio Cristo, que segundo a *Crónica de 1419*, até onde se sabe a primeira escritura marcado pelo aspecto místico da Batalha, teria aparecido a Afonso Henriques e declarado vitória contra os inimigos da fé. Apesar da casa real de Afonso I ser Borgonha, essa narrativa foi utilizada para validar a soberania portuguesa sobre as pretensões castelhanas. As conquistas ultramarinas validavam o caráter sagrado previsto no mito de Ourique.

D. Manuel I, o quinto rei da dinastia de Avis, encarnou o futuro glorioso destinada ao pequeno reino português. Além de ter se tornado monarca por questões excepcionais, visto que era o quinto na linha de sucessão ao trono, foi em seu reinado que Vasco da Gama alcançou as Índias. Os aspecto messiânico de Avis, pode ser visto na carta do Venturoso ao Samorim de Calicute. Lá apresenta o poder que tinha e as características divinas de seus feitos. Supondo que o líder da cidade-estado indiana fosse cristão, propõe uma aliança contra os muçulmanos, o que nunca aconteceu pois, além de hindu, o estadista não descartaria a importância que os muçulmanos tinham na pujança do comércio local.

Os tempos do Venturoso foram marcados pelas pretensões de domínio global dos portugueses, o que foi deixado de lado por seu sucessor e filho, D. João III.

Foi no reinado de D. João III, que o Messianismo de coloração judaica deixou a esfera da expectativa e mais se aproximou da práxis, isso se deveu à presença de um embaixador judeu no reino. O hebreu David Reubeni, munido de carta de apresentação do Papa foi pedir ajuda da cristandade contra os Otomanos que a época dominavam os locais sagrados para judeus, cristãos e muçulmanos, no oriente. A presença do embaixador judeu no reino, fez com que, cristãos-novos baseados em cálculos cabalísticos e diante da agruras que sofreram com o batismo forçado, o vissem como o próprio Messias prometido nas escrituras.

Muitos passaram a seguir Reubeni como o Messias, mesmo que o próprio alegasse não ser. Despropositadamente o embaixador do suposto reino judaico no oriente inaugurou em Portugal um fervor messiânico judaico, nunca visto em sua proporção. Esses movimentos, como apresentado no decorrer do trabalho, foram vistos com certa preocupação pelas lideranças portuguesas, que buscaram junto ao Papa apoio para recrudescimento da Inquisição.

Além da presença de Reubeni, outro aspecto importante contribuiu significativamente para a efervescência messiânica principalmente, não só, entre os cristãos-novos, as *Trovas* de Gonçalo Annes Bandarra, o sapateiro de Trancoso. Nesses escritos marcados pela polissemia, Bandarra assegurava a vinda de um rei Encoberto, que aparecia e estabeleceria seu glorioso reino na terra. Muitos acreditaram que o sapateiro se referia ao Messias aguardado pelos judeus e previsto nas escrituras e passaram a seguir como um profeta.

As *Trovas* do Bandarra não passaram despercebidos pelas autoridades e já na década de 1540 fora condenado pelo Santo Ofício a não mais propagar suas ideias, uma punição branda, diante das penas previstas pelo tribunal inquisitorial. Apesar da condenação as *Trovas* continuaram a circular oralmente entre as camadas populares do reino.

Após a derrota em Alcácer-Quibir que vitimou o rei D. Sebastião, neto de D. João III, seguido pela morte de D. Henrique, último herdeiro da Casa de Avis, Portugal passou a ser dominado pela Espanha, no episódio conhecido como União Ibérica.

No contexto da dominação castelhana sobre Portugal e diante da possibilidade de que D. Sebastião não teria falecido em Batalha, em 1603, em Paris, as *Trovas* do Bandarra ganharam sua primeira edição. D. João de Castro, um nobre português exilado na França, elevou o sapateiro de Trancoso à profeta da restauração. O Encoberto passou a ser D. Sebastião, que vagava pelo mundo purgando os pecados portugueses e que logo retornaria para recolocar Portugal como protagonista no mundo.

No decorrer da exposição apresentamos o físico Cristão-Novo Manuel Bocarro Francês, que a partir de observações astrológicas e dos escritos de Bandarra vaticinou que Portugal retornaria ao lugar de destaque e se restabeleceria como nação soberana. Em seu *Anacephaleoses da monarchia luzitana*, assegurou que o Encoberto nas *trovas* do sapateiro de Trancoso era na realidade D. Teodósio, o duque de Bragança, não D. Sebastião.

Dois ano após publicar a primeira parte de *Anacephaleoses*, denominado *Stado Astrológico*, Bocarro, já em Roma, depois de ter retornado à fé judaica e com o nome de Jacob Rosales, publicou *Luz Pequena lunar e Estelífera da monarquia lusitana*, neste livreto, de 1626, ratifica o caráter grandioso do estado português e demonstra através da interpretação de uma passagem das *coplas* de Isidoro de Sevilha em que o santo se refere ao Encoberto, que ele estava habilitado a declarar a verdadeira identidade daquele que viria restaurar a glória de outros tempos em Portugal, e que esse seria o Duque de Bragança. Em 1640 Portugal restaurou sua autonomia e habilitou D. João, Duque de Bragança e filho de D. Teodósio, a rei.

Bocarro vivendo entre os judeus de Hamburgo, escreveu em 1644 *Status Astrológico*, uma reedição da primeira parte de *Anacephaleoses*. Na obra defende o papel profético de Bandarra e assegura que o Messias que libertaria os judeus viria de Portugal, nação que assumiria o papel protagonista na história mundial.

Optamos por paralisar o trabalho sem adentrar propriamente nas particularidades do debate sobre o sebastianismo, que como mostrado ao longo do trabalho não é por si só um ponto de partida, mas uma construção intimamente ligado às especificidades da história portuguesa. O padre António Vieira, notadamente um grande interprete dessa corrente em Portugal não foi contemplado neste trabalho. Essa opção se deu porque nossa intenção era

trazer uma proposta mostrando a evolução do messianismo até o aparecimento das análises do jesuíta, que foi tão bem desenvolvido por autores como Sezinando Luiz Menezes e José van den Besselaar.

Assim terminamos o trabalho, cujo a temática, longe de se esgotar, contribui para a compreensão da história portuguesa e porque não, do Brasil.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

ACENHEIRO, C. **Chronicas dos Senhores Reis de Portugal**. Lisboa, s/d, p. 351 – 352. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=gYRHAAAAYAAJ&pg=PA615&lpg=PA615&dq=chronica+dos+senhores+reis+de+Portugal&source=bl&ots=mMtkJ2PRtJ&sig=ACfU3U10MPM52g4ewo82BnDmq_wNxmceCw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwixw-TRswiAhVTCrkGHZLhAQwQ6AEwAXoECAkQAQ#v=onepage&q=chronica%20dos%20senhores%20reis%20de%20Portugal&f=false

BANDARRA, G. A. *Trovas do Bandarra natural da Villa de Trancoso*. Ebook, 2007.

BOCARRO FRANCÊS, M. **Anacephaleoses da monarchia luzitana**. Lisboa: Antonio Alvarez, 1624.

BOCARRO FRANCÊS, M. **Anacephaleoses da monarchia luzitana**. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1809.

BOCARRO FRANCÊS, M./ ROSALES. J. **Luz Pequena lunar e estelífera da monarquia Lusitana**. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

BARROS, J. *Década primeira: Livro IV*. Disponível em: http://purl.pt/7030/4/l-79443-p/l-79443-p_item4/l-79443-p_PDF/l-79443-p_PDF_24-C-R0150/l-79443-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf

Carta de Francisco Mendes a Gonçalo Annes Bandarra. Disponível em: LIPINER, E. **O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal**. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 41.

Carta de D. Manuel I ao Samorim de Calicute. Disponível em: AMADO, J; FIGUEIREDO, L. C. (Org.). **Brasil 1500**: quarenta documentos. Brasília: Imprensa Oficial/Editora da UnB, 2001

Carta do doutor Jorge Temudo a D. João III. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=xsgiAQAAIAAJ&pg=PA229&lpg=PA229&dq=Carta+do+doutor+Jorge+Temudo+a+elrei+D+Jo%C3%A3o+III&source=bl&ots=31NqrvC7gy&sig=ACfU3U17VmAtQBfocXal70vjPIPGFnSHBw&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwj4mbHazO7gAhVUGbkGHatvAx8Q6AEwAHoECAAQAQ#v=onepage&q=Carta%20do%20doutor%20Jorge%20Temudo%20a%20el-Rei%20D%20Jo%C3%A3o%20III&f=false>

Carta de D. João III ao Papa Paulo III. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=xsgiAQAAIAAJ&pg=PA229&lpg=PA229&dq=Carta+do+doutor+Jorge+Temudo+a+elRei+D+Jo%C3%A3o+III&source=bl&ots=31NqrvC7gy&sig=ACfU3U17VmAtQBfocXal70vjPIPGFnSHBw&hl=ptR&sa=X&ved=2ahUKEwj4mbHazO7gAhVUGbkGHatvAx8Q6AEwAHoECAAQAQ#v=onepage&q=Messias&f=true>

Carta do cardeal D. Henrique (Inquisidor-Mor de Portugal) a Pedro Domenico. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=xsgiAQAAIAAJ&pg=PA229&lpg=PA229&dq=Carta+do+doutor+Jorge+Temudo+a+elRei+D+Jo%C3%A3o+III&source=bl&ots=31NqrvC7gy&sig=ACfU3U17VmAtQBfocXal70vjPIPGFnSHBw&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwj4mbHazO7gAhVUGbkGHatvAx8Q6AEwAHoECAAQAQ#v=onepage&q=Messias&f=true>

Carta de D. João III ao Papa Paulo III. Disponível em: LIPINER, E. **O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal**. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 192.

Carta do Doutor Selaya inquisidor de Badajoz a D. João III. Disponível em: AZEVEDO, J. L. **Evolução do Sebastianismo**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918, pp. 194 – 197.

Chancelaria de D. Manuel, Livro 37, fls. 108 de 08 de fevereiro de 1521.
Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3859357>

Chancelaria de D. João III, Livro 12, fls. 3 – 5 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: LIPINER, E. **O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal**. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 235.

Corpo Cronológico, Parte I, Maço 16, nº 102 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: LIPINER, E. **O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal**. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 321; HERCULANO, A. **História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal**. eBooksBrasil, 2009, p. 150.

Diário de David Reubeni In: ADLER, E. N. **Jewish Travelers in the middle Ages**. New York: Dover Publications, 1987.

FERNANDES, V. Epístola do sereníssimo príncipe Manuel I, por graça de Deus rei de Portugal excelentíssimo In: COSTA, J. P. O. **D. Manuel I (1469 – 1521): Um príncipe do renascimento**. Lisboa: Temas e Debates, 2011. p. 257.

GALVÃO, D. **Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques**. Lisboa: s/d. Disponível em: <http://purl.pt/338/6/hg-16401-v PDF/hg-16401-v PDF 24-C-R0150/hg-16401-v 0000 capa-capacapa t24-C-R0150.pdf>

GOIS, D. **Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1749. Disponível em: <http://purl.pt/26845/4/hg-1746-a/hg-1746-a item4/hg-1746-a PDF/hg-1746-a PDF 24-C-R0150/hg-1746-a 0000 capa-capacapa t24-C-R0150.pdf>

LOPES, F. **Chronica de el-rei D. João I** Disponível em: www.azpmedia.com/espacohistoria/index.php/cronica-de-d-joao-i/

O Auto da Lusitânia. Disponível em:

http://ww3.fl.ul.pt/centros_invst/teatro/pagina/Publicacoes/Pecas/Textos_GV/lusitania.pdf

PEREIRA, D. Carta do navegador Duarte Pacheco Pereira In: COSTA, J. P. O. **D. Manuel I (1469 – 1521): Um príncipe do renascimento**. Lisboa: Temas e Debates, 2011. p. 257.

Processo de Bento Teixeira - Inquisição de Lisboa, processo 5206, sessões de 12 e 13 de Dezembro de 1597. Disponível em: WILKE, C. L. **História dos judeus portugueses**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 90.

Processo de Pedro Álvares - Inquisição de Évora n° 8628, fls. 74-v°. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2370675>

Processo de Luís Dias -Inquisição de Lisboa n° 3734, fl, 15v – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2303700>

Processo de Gil Vaz Bugalho - Inquisição de Évora n° 8760 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2370804>

Processo de Luís Henriques - Inquisição de Évora, processo n° 11341. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2373313>

Processo de António de Valença - Inquisição de Évora, processo n° 8232. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2370197>

Processo de Gonçalo Annes Bandarra -Inquisição de Lisboa, processo n° 7197. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2307269>

Vereações da Câmara Municipal de Funchal In: COSTA, J. P. O. **D. Manuel I (1469 – 1521): Um príncipe do renascimento**. Lisboa: Temas e Debates, 2011. p. 107.

VELHO, A. **Diário da viagem de Vasco da Gama**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

ARTIGOS, CAPÍTULOS DE LIVROS, DISSERTAÇÕES, LIVROS AUTORAIS e TESES

ADLER, E. N. **Jewish Travelers in the middle Ages**. New York: Dover Publications, 1987.

AESCOLY, A. Z. David Reubeni in the Light of History. In: **The Jewish Quarterly Review** pp. 1-45, 1937.

AMADO, J; FIGUEIREDO, L. C. (Org.). **Brasil 1500: quarenta documentos**. Brasília: Imprensa Oficial/Editora da UnB, 2001.

AZEVEDO, J. L. **Evolução do Sebastianismo**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.

BENBASSA, E; RODRIGUE, A. **História dos Sefarditas. De Toledo a Salónica**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BÉHAR, Roland. Soñar con el Imperio portugués, desde Hamburgo: el singular destino del médico, astrólogo y poeta Manuel Bocarro Francês. **e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes**, n. 27, 2017.

BESSELAAR, J. van den. **Antônio Vieira: Profecia e Polêmica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

_____. As Trovas do Bandarra. **Revista ICALP**, Lisboa. Vol. 4, pp. 14-30, 1986.

BETHENCOURT, F. **O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

Bíblia Sagrada. Edição Almeida corrigida. 2017. Disponível em:
<https://www.bibliaonline.com.br/>

BOXER, C. R. **O império marítimo português (1415 – 1825).** Lisboa: Edições 70, 2011.

BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna.** São Paulo: Cia das Letras, 2010.

CASTANHEDA, F. L. **História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses.** Porto: Lello e Irmão, 1979.

COHN, N. **Na senda do milénio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média.** Lisboa: Editorial Presença, 1981.

CORRÊA, E. M. S. **Judaísmo e Judeus na legislação portuguesa: Da Medievalidade à Contemporaneidade.** 148 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura das Religiões) – Universidade de Lisboa. Lisboa, 2013.

COSTA, J. P. O. **D. Manuel I (1469 – 1521): Um príncipe do renascimento.** Lisboa: Temas e Debates, 2011.

CROWLEY, R. **Conquistadores: Como Portugal forjou o primeiro império global.** São Paulo: Planeta, 2016.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente: 1300-1800.** São Paulo: Cia das Letras, 2009.

_____. **Mil anos de felicidade: uma história do paraíso.** São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

DESROCHE, H. **Dicionário de messianismos e milenarismos**. São Bernardo do Campo: UEMESP, 2000.

DIAS, G. C. Estabelecimento de Judeus no Território Português. In: MUCZNIK, L. L.; TAVIM, J. A. R. S; MUCZNIK, E; MEA, E. A. (Org.). **Dicionário do Judaísmo Português**. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

DIAS, M. M. A. Mértola (inscrição com menorah). In: MUCZNIK, L. L.; TAVIM, J. A. R. S; MUCZNIK, E; MEA, E. A. (Org.). **Dicionário do Judaísmo Português**. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

ELIADE, M. **História das crenças e das ideias religiosas**, volume III: de Maomé à Idade das Reformas. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERRO TAVARES, M. J. P. **Os judeus em Portugal no século XV**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982.

_____. O Messianismo Judaico em Portugal, 1ª Metade do século XVI. **Luso-Brazilian Review**, p.141-151, 1991.

FIGUEIREDO, A. **Jornadas em Portugal**. Porto, Livraria Chardron, 1919.

FRANCO, J. E. Projeto de cidadania do futuro: Quinto Império como possibilidade de um Mundo Novo segundo Vieira. In: AZEVEDO S. M; RIBEIRO, V. C. (Org.). **Vieira: Vida e Palavra**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. pp. 127 – 156.

_____. Joaquim de Flora e a sua influência na cultura portuguesa. In: Millenarium Imagens de Fim e de Recomeço na Cultura Ocidental | A Liberdade Religiosa em Portugal. **Revista Lusófona de Ciências das Religiões**, n. 1, p. 75 – 94, 2002. Disponível em: www.revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4679/3176

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003

HERMANN, J. **No reino do desejado**: a construção do sebastianismo em Portugal (Séculos XV e XVII). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KAYSERLING, M. **História dos judeus em Portugal**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LEFTEL, R. Os juízes e os reis. In: PILAGALLO, O. (Org.). **O sagrado na história: judaísmo**. São Paulo: Duetto, 2010.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

_____. O padre João. In: LE GOFF J. (org). **Homens e mulheres na Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013. p. 385 – 388.

LEITÃO, H. Manuel Bocarro Francês e o Tratado dos cometas de 1618. In: LEITÃO, H. **Manuel Bocarro, Tratado dos Cometas que apareceram em Novembro passado de 1618**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2009.

LIMA, L. F. S. **O império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino**. 2005. 348 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

LIPINER, E. **Gaspar da Gama**: Um converso na frota de Cabral. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

_____. **O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal**. Rio de Janeiro: Imago, 1993

MAINKA, P. J. O início da colonização do Brasil no contexto da expansão marítima portuguesa (1415 – 1549). In: TOLEDO, C. A. A; RIBAS, M. A. A. B;

SKALINSKI JUNIOR, O. **Origens da educação escolar no Brasil Colonial**. Maringá: Eduem, 2012. pp. 17 – 88.

MARQUES, A. H. O. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

MATTOSO, J. **História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994

_____. A coroação dos primeiros reis de Portugal. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). **A memória da nação**, p. 187-200, 1991.

MEGIANI, A.P.T. **O jovem rei encantado: Expectativas do messianismo régio em Portugal, séculos XIII a XVI**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MENEZES, S. L. **Antônio Vieira: o império do outro mundo e o império deste mundo**. Maringá: Eduem, 2015.

MINOIS, G. **A idade de ouro: História da busca da felicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **História do futuro: Dos profetas à prospectiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MORENO CARVALHO, Francisco. **Jacob Rosales/Manoel Bocarro Francês: Judaísmo, Sebastianismo, Medicina e Ciência na Vida Intelectual de um Médico Judeu Português do Século XVII**. 323 f. Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

MUCZNIK, L. L. Sefarad/Sefardita. In: MUCZNIK, L. L; TAVIM, J. A. R. S; MUCZNIK, E; MEA, E. A. (Org.). **Dicionário do Judaísmo Português**. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

_____. Cabala. In: MUCZNIK, L. L; TAVIM, J. A. R. S; MUCZNIK, E; MEA, E. A. (Org.). **Dicionário do Judaísmo Português**. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

NETANYAHU, B. **Don Isaac Abravanel. States manand Philosopher**. New York: Cornell University Press, 1998.

NASCIMENTO, R. C. S. Nos braços da morte: A Peste Negra no limiar da Idade Média. In: GIMENEZ, J. C. **História Medieval II: a baixa idade média**. Maringá: Eduem, 2010. pp. 101 – 114.

NOVINSKY, A. Anti-semitismo em Portugal e no Brasil. In: LEWIN, H; KUPERMAN, D. **Judaísmo: Memória e Identidade**. Vol 11. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1997.

PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

POLIAKOV, L. **De Maomé aos Marranos**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

QUEIROZ, M. I. P. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus, 1965.

ROSSI, L. A. S. **Messianismo e modernidade: Repensando o messianismo a partir das vítimas**. São Paulo: Paulus, 2002.

ROTH, C. **História dos Marranos**. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 2001.

SARAIVA, A. J. **Inquisição e Cristãos-Novos**. Lisboa: Editorial Nova Limitada, 1969.

_____. Bocarro-Rosales and the messianism of the sixteenth century. In: KAPLAN, Y; et. al. **Menasseh Ben Israel and his words**. New York: E. J. Brill, 1989, p. 240.

SCHOLEM, G. **As grandes correntes da mística judaica**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **O nome de Deus a teoria da linguagem e outros estudos de cabala e mística: judaica II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

SILVA, S. H. J. **David Reubeni e o messianismo Judaico em Portugal**. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

SILVA, S. N. Luzo vem de Luz lugar amigo de Deus: Messianismo judaico e tradição cabalística em Manuel Bocarro Francês e Rosales (C. 1588 – 1662). In: BARROS, M.F.L.; MUCZNIK, L. L.; TAVIM, J. A. R. S. **In the Iberian Peninsula and Beyond: A History of Jews and Muslims (15th – 17th Centuries)**, Cambridge: Cambridge Scholar Publishing, 2015.

SOYER, F. **A perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal: D. Manuel I e o fim da tolerância religiosa (1496 - 1497)**. Lisboa: Edições 70, 2013.

SUBRAMANYAM, S. **Impérios em concorrência: Histórias conectadas nos séculos XVI e XVII**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

THOMAZ, L. F. F.R. A ideia imperial manuelina In: DORÉ, A. C.; LIMA, L. F. S.; SILVA, L. G (ORG). **Facetas do Império na História: conceitos e métodos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: Capes, 2008. p. 39 – 104.

_____. D. Manuel, a Índia e o Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 161, p. 13 – 57, 2009

_____. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1998.

VAINFAS, R. & HERMANN, J. Judeus e Conversos na Ibéria no século XV: sefardismo, heresia e messianismo. In: GRINBERG, K. **Os Judeus no Brasil**. Inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VAINFAS, R. **Jerusalém Colonial**: Judeus portugueses no Brasil holandês. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WEBER, E. **Após o Apocalipse: crenças de fim e recomeço de mundo**. São Paulo, Mercuryo, 2000.

WERBLOWSKY, Z. O Messianismo na História Judaica. In: UNESCO (Org.). **Vida e valores do povo judeu**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

WILKE, C. L. **História dos judeus portugueses**. Lisboa: Edições 70, 2009.

ZIERER, A.A Influência da Bíblia na Construção da Imagem de D. João I, o 'Messias' de Lisboa. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, v. 3, p. 124-142, 2012. Disponível em: <http://www.dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/40>

_____. João I, o iniciador da Dinastia de Avis entre a identidade portuguesa e a alteridade. **Dimensões**: Revista de História da UFES, Vitória, n. 33, pp. 36 – 60, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/9093>

_____. Damas e Cavaleiros n' A Demanda do Santo Graal. **Graphos (João Pessoa)**, v. 15, p. 1-12, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/viewFile/16311/9340>

_____.O Messianismo na Legitimação Simbólica de D. João I (1383-85/1433). **Politéia (UESB)**, v. 6, p. 123-148, 2006. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/210/232>.

ANEXO

QUADRO 1. FONTES PRIMARIAS

FONTE	TIPOLOGIA	AUTOR	ESCRITURA/ EDIÇÃO	REFERÊNCIA	CAPÍTULO
Chronica de el-rei D. João I	Crônica	Fernão Lopes	1443/ 1897 – 1898.	http://purl.pt/416/4/ https://www.azpmedia.com/espacohistoria/index.php/cronica-de-d-joao-i/capitulo-iv .	Capítulo I
Crónica d'El-Rei d. Afonso Henriques	Crônica	Duarte Galvão	1505/ 1906	http://purl.pt/338	Capítulo I
Carta do navegador Duarte Pacheco Pereira	Carta	Duarte Pacheco Pereira	1506/ 1975	COSTA, J. P. O. D. Manuel I (1469 – 1521) : Um príncipe do renascimento. Lisboa: Temas e Debates, 2011. p. 257.	Capítulo I
Epístola do sereníssimo príncipe Manuel I, por graça de Deus rei de Portugal excelentíssimo	Carta	Valentim Fernandes	1495	COSTA, J. P. O. D. Manuel I (1469 – 1521) : Um príncipe do renascimento. Lisboa: Temas e Debates, 2011. p. 257.	Capítulo I
Vereações da Câmara Municipal de Funchal	Documento Oficial	Câmara Municipal de Funchal	1495	D. Manuel I (1469 – 1521) : Um príncipe do renascimento. Lisboa: Temas e Debates, 2011. p. 107.	Capítulo II
Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel	Crônica	Damião de Gois	1566-1567/ 1749	http://purl.pt/26845/3/	Capítulo II e IV
Década primeira: Livro IV	Crônica	João de Barros	1552/ 1778	http://purl.pt/7030/4/l-79443-p/l-79443-p_item4/l-79443-p_PDF/l-79443-p_PDF_24-C-R0150/l-79443-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf	Capítulo II
Diário da viagem de Vasco da Gama	Diário	Vasco da Gama/ Álvaro Velho	1498-1499/ 1998	Da Gama, V. Diário da viagem de Vasco da Gama . Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.	Capítulo II
Carta de D. Manuel ao Samorim de Calicute	Carta	D. Manuel I/ Duarte Galvão	1500	AMADO, J; FIGUEIREDO, L. C. (Org.). Brasil 1500 : quarenta documentos. Brasília: Imprensa Oficial/Editora da UnB, 2001	Capítulo II
A Carta do Preste João	Carta	Anônimo		www.ricardocosta.com/traducoes/textos/carta-do-preste-joao .	Capítulo II
Diário de David Reubeni	Diário	David Reubeni	1523 – 1526/ 1987	ADLER, E. N. Jewish Travelers in the middle Ages . New York: Dover Publications, 1987	Capítulo II, III e V

Carta do doutor Jorge Temudo a D. João III	Carta	Jorge Temudo	1524	https://books.google.com.br/books?id=xsgIAQAIAAJ&pg=PA229&lpg=PA229&dq=Carta+do+doutor+Jorge+Temudo+a+elrei+D+Jo%C3%A3o+III&source=bl&ots=31NqrvC7qy&sig=ACfU3U17VmAtQBfocXal70vjPIPGFnSHBw&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwj4mbHazO7gAhVUGbkGHatvAx8Q6AEwAHOECAAQAQ#v=onepage&q=Carta%20do%20doutor%20Jorge%20Temudo%20a%20el-Rei%20D%20Jo%C3%A3o%20III&f=false	Capítulo IV
Coronica del Rey Dom Foam terceiro de nome e quinze do numero dos Reys de Portugal.	Crônica	Cristóvão Rodrigues Acenheiro.	1535	ACENHEIRO, C. R.Chronicas dos Senhores Reis de Portugal. Lisboa, s/d. https://books.google.com.br/books?id=gYRHAAAAYAAJ&pg=PA615&lpg=PA615&dq=chronica+dos+senhores+reis+de+Portugal&source=bl&ots=mMtkJ2PRtJ&sig=ACfU3U10MPM52g4ewo82BnDmq_wNxmceCw&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwixw-TRsvviAhVTCrkGHZLhAQwQ6AEwAXoECAkQAQ#v=onepage&q=chronica%20dos%20senhores%20reis%20de%20Portugal&f=false	Capítulo IV
Chancelaria de D. Manuel	Documento Oficial	Chancelaria de D. Manuel	1521.	Chancelaria de D. Manuel, Livro 37, fls. 108 de 08 de fevereiro de 1521. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3859357	Capítulo IV
Carta do Doutor Selaya inquisidor de Badajoz a D. João III	Carta	Doutor Selaya	1528	AZEVEDO, J. L. Evolução do Sebastianismo. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918, pp. 194 - 197	Capítulo IV
O Auto da Lusitânia	Peça teatral	Gil Vicente	1531	http://ww3.fl.ul.pt/centros_invt/teatro/pagina/Publicacoes/Pecas/Textos_GV/lusitania.pdf	Capítulo IV
Corpo Cronológico, Parte I, Maço 16, nº 102 – ANTT	Documento Oficial		1531	LIPINER, E. O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 321; HERCULANO, A. História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal. eBooksBrasil, 2009, p. 150.	Capítulo IV

Chancelaria de D. João III, Livro 12, fls. 3 – 5 – ANTT	Documento Oficial		1526	LIPINER, E. O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal . Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 235.	Capítulo IV
Processo de Bento Teixeira - Inquisição de Lisboa, processo 5206, sessões de 12 e 13 de Dezembro de 1597	Processo inquisitorial		1597	WILKE, C. L. História dos judeus portugueses . Lisboa: Edições 70, 2009, p. 90.	Capítulo V
Processo de Pedro Álvares - Inquisição de Évora n° 8628, fls. 74-v°. –ANTT	Processo inquisitorial		1543	https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2370675	Capítulo V
Processo de Luís Dias - Inquisição de Lisboa n° 3734, fl, 15v – ANTT	Processo inquisitorial		1538 – 1541	https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2303700	Capítulo V
Processo de Gil Vaz Bugalho - Inquisição de Évora n° 8760 – ANTT	Processo inquisitorial		1537 - 1551	https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2370804	Capítulo V
Carta de D. João III ao Papa Paulo III	Carta	D. João III	1540	https://books.google.com.br/books?id=xsgIAQAIAAJ&pg=PA229&lpg=PA229&dq=Carta+do+doutor+Jorge+Temudo+a+elRei+D+Jo%C3%A3o+III&source=bl&ots=31NqrVC7qy&sig=ACfU3U17VmAtQBfocXal70vPIPGFnSHBw&hl=ptR&sa=X&ved=2ahUKEwj4mbHazO7gAhVUGbkGHatvAx8Q6AEwAHoECAAQAQ#v=onepage&q=Messias&f=true	Capítulo V
Carta do cardeal D. Henrique (Inquisidor-Mor) a Pedro Domenico	Carta	D. Henrique, Inquisidor-Mor de Portugal	1542	https://books.google.com.br/books?id=xsgIAQAIAAJ&pg=PA229&lpg=PA229&dq=Carta+do+doutor+Jorge+Temudo+a+elRei+D+Jo%C3%A3o+III&source=bl&ots=31NqrVC7qy&sig=ACfU3U17VmAtQBfocXal70vPIPGFnSHBw&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwj4mbHazO7gAhVUGbkGHatvAx8Q6AEwAHoECAAQAQ#v=onepage&q=Messias&f=true	Capítulo V
Carta de D. João III ao Papa Paulo III	Carta	D. João III	1545	LIPINER, E. O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal . Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 192.	Capítulo V
Carta de Francisco Mendes a	Carta	Francisco Mendes		LIPINER, E. O sapateiro de Trancoso e o alfaiate	Capítulo V

Gonçalo Annes Bandarra				de Setúbal . Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 41	
Trovas do Bandarra natural da Villa de Trancoso	Obra autoral	Gonçalo Annes Bandarra	Informação indefinida. Possivelmente entre 1530 e 1540.	BANDARRA, G. A. Trovas do Bandarra natural da Villa de Trancoso . Ebook, 2007.	Capítulo V
Processo de Luís Henriques - Inquisição de Évora, processo nº 11341	Processo inquisitorial		1548	https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2373313	Capítulo V
Processo de António de Valença - Inquisição de Évora, processo nº 8232	Processo inquisitorial		1548	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2370197	Capítulo V
Processo de Gonçalo Annes Bandarra - Inquisição de Lisboa, processo nº 7197	Processo inquisitorial		1541	https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2307269	Capítulo V
Luz Pequena lunar e estelífera da monarquia lusitana.	Obra autoral	Manuel Bocarro Francês	1626/ 2006	BOCARRO FRANCÊS, M. Luz Pequena lunar e estelífera da monarquia lusitana . Rio de Janeiro: MAST, 2006.	Capítulo VI
Anacephaleoses da monarchia luzitana.	Obra autoral	Manuel Bocarro Francês	1624/ 1809	BOCARRO FRANCÊS, M. Anacephaleoses da monarchia luzitana . Lisboa: Typografia Lacerdina, 1809	Capítulo VI
Anacephaleoses da monarchia luzitana.	Obra autoral	Manuel Bocarro Francês	1624	BOCARRO FRANCÊS, M. Anacephaleoses da monarchia luzitana . Lisboa: Antonio Alvarez, 1624.	Capítulo VI